

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

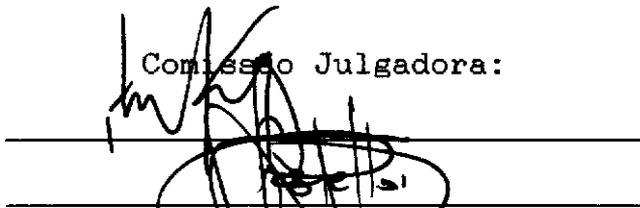
OS MILITARES, O POPULISMO E SUAS INFLUENCIAS NA  
EDUCAÇÃO FISICA EM GOIAS

Lenir Miguel de Lima

Dissertação apresentada como exigência  
parcial para obtenção do Título de  
MESTRE EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA  
à Comissão Julgadora da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de  
Goiás, sob a orientação do Professor  
Doutor Francisco Itami Campos.

GOIANIA-GOIAS  
1992

Comissão Julgadora:

A handwritten signature is written above a horizontal line. Below this line is a circular stamp containing illegible text. A second horizontal line is drawn below the stamp.

Maurício José Souza de Almeida

"Art. III. Fica decretado que; a partir deste instante,  
haverá girassóis em todas as janelas,  
que os girassóis terão direito  
a abrir-se dentro da sombra;  
e que as janelas devem permane-  
cer o dia inteiro,  
abertas para o verde onde cresce a  
esperança."

(Thiago de Mello. "Os Estatutos do Homem")

## AGRADECIMENTOS

Neste momento sinto-me como se estivesse acordando de um longo sonho e envolvida por uma leveza, uma sensação alegre do trabalho cumprido, apesar da desconfiança daqueles que não acreditavam na minha caminhada.

Muitas angústias, tristezas, depressões - tudo que um MESTRANDO tem direito - foram emoções marcantes nesta jornada empreendida e muitas vezes interrompida pelos problemas profissionais, pelas incompreensões de alguns que não confiavam na minha capacidade acadêmica e ainda, pelos problemas domésticos enfrentados por toda mãe brasileira que luta pela construção de sua cidadania.

É agora... aqueles agradecimentos a tantas pessoas que me cercaram com seus bons fluidos, amparando-me e estimulando-me para não cair no desânimo e continuar seguindo em frente.

Ao Prof. Dr. Francisco Itami Campos pela compreensão às minhas limitações.

Ao José Reinaldo e meus filhos Friedrich, Janaina e Camilo que compreendendo esse momento difícil, foram secretários e datilógrafos carinhosos.

Aos companheiros de luta, confidentes, incentivadores, amigos certos nas incertezas: Nivaldo, Maria Helena (Baixinha), Ivone e Marcos.

A turma do "CHA DAS SEIS" pelos momentos de descontração, alegria e apoio moral.

A comadre Regina pela compreensão às minhas falhas nas tarefas do cotidiano acadêmico.

Ao Prof. Walter Celestino pelo incentivo e apoio técnico.

A "Hildíssima"... Eterna secretária da ESEFEGO, sempre carinhosa e atenta a tudo e a todos.

A direção da ESEFEGO por nos abrir suas portas à pesquisa.

A Profa. Perpétua pela gentileza nos contatos feitos com o Deputado Mauro Borges.

Aos estimados amigos e professores-fundadores da ESEFEGO, Capitão Nascimento, Profa. Lys e Prof. Giovani pelo carinho e atenção.

Aos colegas Jairo, Joaquim, Enide, Dalmo, Maria Alice, Murilo, Maria Lucy pela contribuição e disponibilidade às entrevistas.

A Profa. Maria Tereza (Caneca) pelo estímulo e sugestões que nos indicaram novos caminhos.

A Cislene pela paciência em ordenar e digitar os rabiscos.

Ao irmão de arte e de fé, Hugo Zorzetti, pela revisão.

Aos amigos Jandernaide e Rodney pela preciosa transcrição e apoio na impressão gráfica.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que essa etapa da minha vida acadêmica se realizasse,

MUITO OBRIGADA!

### AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao grande amigo e companheiro de lutas Prof. Nivaldo Antônio Nogueira David, pelas longas horas de discussões e leituras na construção deste trabalho, toda minha gratidão e o reconhecimento de sua capacidade profissional e seu comprometimento político-social com a Educação Física no Brasil.

## RESUMO

A partir da história da Educação Física em Goiás, o presente estudo procurou desvelar os fatores políticos nacionais e regionais nela contidos, pensando-a como fenômeno histórico articulado ao processo de reprodução social. Para tal tornou-se necessário explorar a inserção e o entendimento da Educação Física e dos Desportos em alguns momentos da história da Educação Brasileira. Na tentativa de captar as manifestações empíricas da política esportivo-educacional desenvolvida no Governo Mauro Borges (1961-1964), foram pesquisadas fontes primárias e secundárias vinculadas ao Plano de Desenvolvimento deste período, principalmente aquelas do setor educacional. As informações foram obtidas através de uma análise dos conteúdos contidos nas referidas fontes, somadas aos depoimentos de profissionais e políticos ligados à Educação Física e aos Desportos desta época.

No decorrer deste estudo constatou-se que os limites desta política imbricavam-se com outras medidas político-administrativas de racionalidade e modernização, contidas num ideário populista - nacional - desenvolvimentista. O bem estar do povo e a massificação do esporte foram agentes de um projeto

populista de construção de Praças de Esportes do Povo, nos moldes da arquitetura esportiva desenvolvida no Estado Novo (1937-1945). A divulgação e a implementação do esporte popular neste período foram significativas na medida em que revelaram a carência de profissionais habilitados nesta área, em todo estado de Goiás.

Ao Governo Estadual coube o papel de materializar em suas políticas públicas a edificação dos espaços desportivos e, também, a instrumentalização de recursos humanos para o cumprimento da função de agentes educacionais, pela via do desporto de massa, no desenvolvimento populista do aparelho de Estado.

## ABSTRACT

From the history of Physical Education in Goiás, the present study tried to reveal the inherent factors of national and regional politics, thinking about Physical Education as a historical phenomenon articulated from the social reproduction process. To achieve this it became necessary to explore the insertion and understanding of physical education and competitive sports in some moments of history of Brazilian Education. In the hope to capture the empirical manifestation of the Educational Sports policies developed in the Mauro Borges Government (1961 - 1964) were researched from primary and secondary sources attached to the development plan of that period, primarily the policies of the Educational Sector. The information was obtained through an analysis of contents inserted in the referred sources added to interviews of professional and public personalities connected to physical education and sports of that time. Through out the study it can be observed that the limits of those policies ran against other administrative and policies of rationality and modernization, contained in populist ideals of national development. The well being of the population and the

massification of sports were the agents of a populist project to build sports centers in open plazas for the people, much in the way developed in the New State (1937-1945). The advertising and the implementation of popular sports at this period of time was significant as far as it revealed the need for able Physical Education professionals throughout the State. To the State Government was given its share of building sports centers as well as the development of human resources to execute the job of Educational Agents by the means of mass sports in the creation of a populist State.

# S U M A R I O

	página
INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I - A EDUCAÇÃO FISICA NO BRASIL E OS MILITARES.....	19
1. A Educação Física no período: Brasil Império - Primeira República (1820-1930).....	20
2. A Educação Física no período de "formação" do Estado Populista (1930-1937).....	32
3. A Educação Física na ditadura do Estado Novo (1937-45)...	35
4. A Educação Física Pós-Estado Novo (1945-1964).....	45
5. A Educação Física em Goiás e os Militares (1930-1964)....	49
5.1- Presença dos instrutores militares nas aulas de Educação Física escolar e a utilização do "Método Francês" pelos professores civis.....	52
CAPITULO II - A EDUCAÇÃO FISICA E AS CORRENTES PEDAGOGICAS BRASILEIRAS.....	62
1. As mudanças sócio-econômicas e culturais e suas influências na Educação Brasileira.....	62
2. As correntes pedagógicas que marcaram a Primeira República .....	64
2.1. Do ensino de Educação Física.....	69
3. A política da Educação Física no Estado Novo.....	70
3.1. A arquitetura desportiva implantada pelo Estado Novo...	74
CAPITULO III - ESTADO POPULISTA E SUAS ORIGENS HISTORICAS: NO BRASIL E EM GOIAS.....	80
1. Conceito e características do populismo no Brasil.....	80
2. O populismo no Brasil (1930-1937) e a Educação.....	84

3. Reflexos da Revolução de 30 e do populismo Vargasista em Goiás.....	84
4. Populismo no Brasil de 1945-1964.....	90
<b>CAPITULO IV - A EDUCAÇÃO FISICA COMO ESTRATEGIA DE PODER NO GOVERNO MAURO BORGES (1960-1964).....</b>	<b>98</b>
1. Goiás: de Pedro Ludovico a Mauro Borges.....	98
1.1. A estruturação do PSD goiano e a liderança personalista de Pedro Ludovico.....	101
1.2- A renovação dos partidos políticos tradicionais (PDS/UDN) e o Governo Mauro Borges.....	104
2. O discurso ideológico do Estado e a Educação Física em Goiás.....	111
2.1. Fatores que influenciaram a organização da Educação Física em Goiás.....	113
2.2. A criação da Fundação Estadual de Esportes - FEE .....	116
2.3. A construção das Praças de Esportes do Povo em Goiás: uma perspectiva do discurso populista.....	119
3. A criação da Escola Superior de Educação Física de Goiás-ESEFEGO: da formação de professores à instrumentalização técnica das Praças de Esportes do Povo.....	124
3.1. Os professores pioneiros e sua participação na construção da ESEFEGO.....	128
3.2. A "EUFORIA" da PRIMEIRA TURMA DA ESEFEGO (1963-1965)...	130
3.3. Dos fins e dos conteúdos do ensino da Educação Física na ESEFEGO.....	134
3.4. A disciplina militar no cotidiano da ESEFEGO.....	137
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>140</b>
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL.....</b>	<b>146</b>

**APENDICE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

OS MILITARES, O POPULISMO E SUAS INFLUENCIAS NA  
EDUCAÇÃO FISICA EM GOIAS

Lenir Miguel de Lima

GOIANIA-GOIAS  
1992

## INTRODUÇÃO

O interesse desse trabalho assenta-se na tentativa de buscar uma (re)leitura da Educação Física no Brasil e sua interrelação com a Educação, para apreendermos os significantes e tendências através do estudo de seus papéis. Não pretendemos com isto apenas resgatar fatos passados mas sim, a partir da compreensão dos papéis expressos pela Educação Física em alguns momentos históricos desvelar, criticamente, sua configuração no período 1961-1965 em Goiás.

Nossa preocupação em estudar a Educação Física e o Desporto, em Goiás deveu-se à nossa relação profissional com a área, à inexistência de quaisquer outros trabalhos escritos em nosso estado e, principalmente, por ser este período um marco importante em nossa história esportiva.

Ao estudarmos a Educação Física e os Desportos no Brasil foi inevitável um cruzamento com a história da Educação Brasileira. Nesta, deparamo-nos com a presença dos militares em quase todos os seus momentos e assim também o foi com a Educação Física, intrinsecamente, ligada a ela.

Para compreendermos a Educação Física e o Desporto em Goiás foi necessário um mergulho no passado onde descobrimos alguns elementos do Estado Novo que, ainda, sobreviveram neste referido período. Foi importante também, fazermos alguns recortes históricos para entendê-los como parte de uma estratégia política - no governo Vargas, com finalidade eugênica e de produtividade; no governo Mauro Borges, uma preocupação com a mobilização popular e o desenvolvimento sócio-econômico.

Com Vargas aparece no Brasil a primeira modalidade de populismo. Ele soube usar e controlar o povo através da força de sua imagem pessoal e de sua liderança carismática, principalmente através da educação e dos esportes. O estímulo à educação eugênica foi evidenciado através dos políticos e intelectuais que a defenderam nos Congressos apresentando teses "a bem da saúde e do desenvolvimento da raça" - como aquelas do Deputado Jorge Moraes. O grande incentivo à Educação Física e aos esportes, a construção dos grandes espaços esportivos e as grandiosas apresentações de ginástica nas manifestações cívicas fizeram parte da propaganda e divulgação do Estado Novo. A importância dispensada à recreação, ao lazer do operário, de seus familiares e das crianças abandonadas demonstrou como a ideologia populista de Vargas se concretizava. Além do prazer e do uso saudável de seu tempo livre, o operário estaria, através da Educação Física, defendendo seu corpo dos perigos internos (comunismo) e dos externos (a guerra mundial). A preparação corporal visava, portanto, capacitar e adestrar mão-de-obra para o desenvolvimento e à defesa da nação. Como a Educação Física

sempre esteve sob a organização e direção dos militares, a partir da Constituição de 1937 viu reforçados seus objetivos de eugeniação e seus deveres com a defesa nacional, ambos inerentes à disciplina dos quartéis.

A preocupação com o desenvolvimento corporal do Homem Brasileiro (Goiano), com o nacionalismo (regionalismo) e com a economia, esteve, também presente no governo Mauro Borges em sintonia com as metas do Estado Novo e de Juscelino Kubitscheck. O grande momento da Educação Física e dos Desportos em Goiás acontece, sem dúvida, no Governo de Mauro Borges. Foi através de seu Plano de Desenvolvimento que se popularizaram as Praças de Esportes do Povo nos bairros de Goiânia e no interior do estado.

A formação militar do governador influenciou sobremaneira na organização e direção dos órgãos responsáveis pela política esportiva no estado. O caráter da disciplina militar era inerente a eles, principalmente, porque foram dirigidos por capitães do exército. Com a criação da Fundação Estadual de Esportes - FEE - e da Escola Superior de Educação Física em Goiás - ESEFEGO - esta característica militar e a prática político-populista de Mauro Borges ficaram bastante evidenciadas, tanto nos documentos oficiais pesquisados, como nos depoimentos das pessoas por nós entrevistadas.

Desvendar os verdadeiros motivos da criação dessas instituições, os fatores que oportunizaram sua concretização, as influências da política esportiva estadonovista em Goiás e, principalmente, porque os estudantes da ESEFEGO **aceitaram** a disciplina militar imposta em seu cotidiano, serão objetos de

nosso estudo. Em síntese, pretendemos identificar o papel assumido pela Educação Física dentro de uma proposta de "governo progressista", no sentido de colaborar e materializar a sua prática político-ideológica.

A proposta de modernização e valorização do setor educacional desse Governo vinha através da racionalização e da competência técnica contidas em sua ação administrativa. A Educação Física foi contemplada neste Plano com a concretização das Praças de Esportes do Povo, como parte de uma política social e de massificação do esporte popular.

No Capítulo I, partimos de uma visão nacional da Educação Física e as influências militares sobre a mesma, nos diferentes períodos da história do Brasil, até sua regionalização num período determinado. Nossa perspectiva é demonstrar, através dos acontecimentos históricos nacionais, seus reflexos, sua presença e as marcas deixadas pelos militares na Educação Física em Goiás: como foi implantada, quais foram seus precursores, qual sua extensão, que metodologia foi aplicada, etc.

As várias transformações ocorridas na Educação Brasileira assim como, as diferentes correntes pedagógicas que surgiram no Brasil tiveram, também, grande influência sobre a Educação Física. No Capítulo II tentaremos apresentá-las de maneira clara em cada momento histórico da Educação Brasileira relacionando-as com a Educação Física.

Nos Capítulos III e IV tentaremos analisar, em que medida o populismo utilizou a prática educativa inerentes à Educação Física e aos Desportos ao nível nacional e local no

sentido da instrumentalização política do Estado e, enquanto estratégia de poder em Goiás, mais precisamente no Governo Mauro Borges. Neste tópico destacamos a importância dos depoimentos dos professores pioneiros da Educação Física em Goiás, enquanto elementos vivos de constatação da anuência e euforia destes, no desenvolvimento da política implementada pelo programa deste governo. Foi possível encontrar um conjunto de enunciados que caracterizam as categorias pertinentes ao disciplinamento corporal e moral além, da mobilização social - marca preponderante deste período, em nosso Estado.

Com o intuito de alcançar da forma mais objetiva possível, as respostas ao nosso estudo, procuramos selecionar o material (apesar da escassez e dificuldades de localização) sobre o assunto, fixamo-nos mais especificamente nos documentos oficiais da época, na literatura existente sobre a Educação Física no Brasil, nos jornais goianos, nos depoimentos de professores, alunos e em documentos internos da ESEFEGO.

A metodologia utilizada para as entrevistas com os professores, alunos e o ex-governador teve como norte os seguintes eixos de desenvolvimento:

- I - Influência dos militares na ESEFEGO.
- II - Dos fins e conteúdos da Educação Física
- III - Marcas do Populismo na Educação Física em Goiás.

Tivemos, portanto, a preocupação de estudar a Educação Física dentro de um contexto histórico social determinado, sem, no entanto, menosprezar seus momentos históricos precedentes, procurando uma articulação entre os acontecimentos políticos,

ideológicos e educacionais pertinentes a ela. E, por fim apontar os principais elementos desencadeadores de nossa inquietação e oferecer aos estudiosos da Educação Física subsídios para futuros estudos, pelo menos é a nossa intenção.

## CAPITULO I

### A EDUCACAO FISICA NO BRASIL E OS MILITARES

Para entender a lógica da organização e divulgação da Educação Física no Governo MAURO BORGES, torna-se necessária a análise das tendências de Educação Física desenvolvidas no Brasil, desde aquela que se apresenta na sua biologização - a Higienista - até a que valoriza a competição e a superação individual - a Competitivista. A história da Educação Física no Brasil se confunde em vários momentos com a cultura militarista como bem o demonstra Lino Castellani Filho:

"A criação da Escola Militar pela Carta Régia de 04 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da família real ao Brasil; a introdução da Ginástica Alemã, no ano de 1860, através da nomeação do alferes do Estado Maior de segunda classe, Pedro Guilhermino Meyer, alemão, para a função de contra-mestre de Ginástica da Escola Militar; a fundação, pela missão militar francesa, no ano de 1907, daquilo que foi o embrião da Escola de Educação Física da Força Policial de São Paulo - o mais antigo estabelecimento de todo país; - a portaria do Ministério da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criando o Centro Militar de Educação Física, cujo objetivo enunciado em seu artigo primeiro era o de dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas - (...) somados a muitos outros fatos, como por exemplo a marcante presença dos

militares na formação dos primeiros professores civis de Educação Física, em nosso meio, validam a referida afirmação". (1)

## 1. A Educação Física no período Brasil-Império à Primeira República (1820-1930)

Desde o século XIX, a influência dos militares tem sido marcante principalmente, naquilo que diz respeito à Ordem e ao Progresso - princípios positivistas tão bem assimilados pelas instituições militares. Neste século, a Educação Física era vista como elemento fundamental para forjar-se um indivíduo forte e saudável, capaz de participar do desenvolvimento do país saindo de sua condição de Colônia. Esse binômio "Educação Física/Saúde Corporal", ou "Educação Física/Educação do Físico", não foi preocupação exclusiva dos militares, mas também dos médicos, que sob os princípios da medicina social, apregoaram uma "asepsia social" utilizando-se de um conjunto de técnicas de persuasão e manobras de ataque ao poder familiar, denunciando, assim, os malefícios por ela causados extensivas à organização escolar, principalmente, no período colonial. A ação dos médicos - que se auto-definiam a categoria mais competente para a redefinição da "nova" família brasileira - era baseada na prática saudável dos exercícios físicos, dos bons hábitos alimentares, além das táticas de persuasão ao cerne familiar, visando cativar

---

1- Lino CASTELLANI FILHO. Educação no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988, p.34.

e mostrar às famílias os ganhos e benefícios advindos dessa política higienista. (2)

Algumas regras fizeram parte dessa estratégia higienista, como: provocar a distensão entre os membros familiares, criando interesses contraditórios entre os mesmos para facilitar a quebra do poder monolítico-paternalista; mostrar os ganhos e benefícios advindos da sujeição a estas regras; alimentar o gosto pela vida saudável e, por fim, selecionar os aliados dentro da própria família para auxiliar nessa política.(3)

Das obras mais importantes publicadas sobre Educação Física no Brasil, as primeiras datam do período Brasil-Império e tinham uma concepção, eminentemente, higienista que era defendida pela medicina da época. Os médicos higienistas consideravam a Educação Física como uma das maneiras de se resolver os problemas da saúde pública no país. Portanto, o primeiro livro publicado no Brasil, (4) em 1828, por Joaquim Jerônimo Serpa (em Pernambuco), falava da importância da Educação Física - sob o título "TRATADO DE EDUCAÇÃO PHYSICA - MORAL DOS MENINOS". Nele o autor defende a

2. O conceito Educação Física Higienista é característico do período Brasil-Império e, dá ênfase à questão da saúde, cabendo-lhe, ainda, um papel fundamental na formação de indivíduos saudáveis, fortes e dinâmicos, indispensáveis ao desenvolvimento da nação. A Educação Física, portanto, estava integrada ao projeto higienista nacional ou da medicina social, defendido pelos médicos brasileiros à essa época. (Paulo GHIRALDELLI Jr., **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira**, 1988, p.17).

3. Jurandir Freire COSTA. **Ordem Médica e norma familiar**, 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p.29-33.

4. Por ainda não existirem tipografias no Brasil-Império, os livros eram publicados, anteriormente, em Portugal. A única tipografia aqui existente foi destruída por ordem do Marquês de Pombal, alegando motivos de segurança nacional (Inezil P.MARINHO. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Cia Brasil Editora, s.d., p.33)

Educação Física como "a saúde do corpo e a cultura do espírito"(5). Ainda nesse período, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, várias teses foram defendidas sobre o mesmo tema. O Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba defendeu, em 1845, a tese - "ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA"; Joaquim Pedro de Melo, em 1846, defendeu - "GENERALIDADES ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA DOS MENINOS"; Antonio Francisco Gomes, em 1852 - "INFLUENCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO HOMEM" (6). Foram numerosas as teses sobre Educação Física nesse período e sempre voltadas para a saúde, a higiene, a moral, aos hábitos alimentares e aos exercícios físicos. Procuravam mostrar a importância da prática da Educação Física desde a infância até a vida adulta, apontando os perigos do sedentarismo e a inconveniência dos exercícios em excesso. Preconizavam, também, sua importância enquanto preservadora dos bons costumes, da obediência às regras sociais, e das diferentes influências que exercia sobre o homem e a mulher. Portanto, essa concepção social higienista prevaleceu no Brasil Império (1822-1889), e a higienização das cidades era uma estratégia do Estado, e sua eficiência funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos, dirigindo-se em primeiro lugar, à família. (7)

A família, do período colonial, considerava a Educação Física uma atividade improdutiva por estar ligada ao trabalho físico, manual, portanto, sem prestígio junto às classes dominantes, que se sustentavam no trabalho escravo. Estes valores

---

5- Inezil Penna MARINHO, op. cit., p.33

6- Ibid., p.33

7- Jurandir Freire COSTA, op. cit., p.30-3

predominantes, criavam barreiras aos higienistas, apesar de os educadores já defenderem a inclusão da Ginástica nos Colégios, pautados nos princípios da eugenia. A Escola era vista pelos higienistas como um prolongamento da família, onde os filhos estariam protegidos da ação da mesma.

Apesar dessa obstacularização e resistência da família em aceitar a obrigatoriedade da Educação Física nas Escolas, e mesmo porque o pensamento dominante da época a desvalorizava devido a sua pouca importância intelectual; vários políticos demonstraram interesse em sua inserção na grade curricular. Citaremos Rui Barbosa (1849-1923), advogado e político de grande expressão na cultura brasileira e, que, como deputado e senador, emitiu pareceres de grande importância sobre a reforma de ensino e também, para a Educação Física. Em 1822, seu Parecer sobre o Projeto nº 224 - "Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública", Rui Barbosa valorizou a Educação Física, propondo atividades físicas, "quer sob a forma de ginástica, quer sob a de desportos ou exercícios militares" (8) nas escolas. Seu parecer constava de um conjunto de informações, de bibliografia atualizada e de exemplos das grandes nações que, à época, serviram de argumentos substanciais à sua defesa.

"Em suma eis o pensamento do Projeto: 1º) - Instituição de uma sessão especial de ginástica em cada escola normal; 2º) - Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher a harmonia das formas feminis e as

---

8- Inezil Penna MARINHO, op. cit., p.27

exigências da maternidade futura; 3o) - Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas; 4o) - Equiparação em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas". (9)

Rui Barbosa reforçava a concepção higienista da Faculdade de Medicina, reconhecendo, ainda, que através da Educação Física poder-se-iam valorizar "a precisão, a decisão e a energia dos exercícios militares", (10) os quais possibilitavam não só o desenvolvimento corpóreo, como também, eram eficazes na educação do caráter viril. A essa campanha se juntaram vários intelectuais e políticos, publicando e defendendo a Educação Física nas escolas públicas, liceus, escolas normais, sua necessidade desde a infância até à vida adulta. Várias conferências foram realizadas, ainda, no final do Império, sob a presidência de D. Pedro II, contando com nomes de grande expressão na Instrução Pública, como Borges Carneiro, Martins Pacheco, Bandeira Filho, Pedro Manoel Borges e Vitório Costa - defensores da Educação Física. (11)

Inezil Penna Marinho, enaltece e contribuição de Rui Barbosa à Educação Física, intitulando-o de "Paladino da Educação Física no Brasil", e mostra, também, a repercussão desse seu trabalho nas décadas posteriores, exercendo influência decisiva para tornar-se realidade.

9- Idem. **Educação física, recreação e jogos**. Rio de Janeiro: Tip. Batista de Souza e Cia, 1957, p.63-4.

10- Paulo GHIRALDELLI JR. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1988, vol. 10 (Col.Espaço) p. 64

11- Inezil P. MARINHO, op. cit., p.64

Com a proclamação da República foi criado o Ministério da Instrução Pública e o Dr. Ramiz Galvão (inspetor geral da instrução pública) fez um relatório referindo-se à Educação Física como: "um verdadeiro mundo novo a abrir-se nas escolas".(12) Com o Regulamento do Ginásio Nacional (1892), o diretor e vice-diretor do Ginásio deveriam "desenvolver em seus alunos o gosto pelos exercícios de tiro ao alvo, (...) exercícios ginásticos livres, saltos, jogo de voltante, etc, e farão todos os domingos um passeio para fora do centro da cidade". (13)

Fazendo uma apologia à Educação Física, o Deputado amazonense Jorge de Moraes, pronuncia na Câmara, em 21 de dezembro de 1905, um discurso acalorado, fundamentando-se na situação da mesma nos Estados Unidos e na Europa. Este projeto, em seu artigo 1º, justifica a necessidade de se criar duas escolas de educação física no Brasil, sendo uma militar e outra civil. Para instalação das mesmas, propunha que fossem enviados oficiais militares à Europa e América do Norte, para lá estudarem: ao retornarem deveriam assumir a direção das mesmas. Além disso, esse projeto autorizava ao poder executivo a aquisição de imóveis para instalação das mesmas e ainda instituía a prática obrigatória da Ginástica Sueca nos principais estabelecimento de ensino.(14) Foi, ainda, no Amazonas que se criou uma cadeira de Educação Física anexa à

12- Ibid., p.64

13- Ibid., p.64-5

14- Ver Inezil Penna MARINHO, Anexo nº 5. In: **Especialização - fator preponderante na técnica da educação física** (monografia apresentada no concurso para técnico de educação no MESp), Rio de Janeiro, Tip. Baptista de Souza e Cia, 1940.

Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado, em 05 de abril de 1906. Em 1907, com a vinda da Missão Militar Francesa (15) ao Brasil, contratada para ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, uma Sala de Armas foi instalada, destinando-se ao ensino e à prática de esgrima, dando origem à Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, criada em 1909. Essa, a mais antiga Escola de Educação Física do Brasil, formou os primeiros "mestres de ginástica" e "mestres de esgrima" que divulgaram nos meios militar e civil a prática do método sueco e da esgrima. (16)

A presença dos militares no sistema de ensino ficou bastante evidenciada através de duas atividades: a instrução pré-militar e a educação física. A primeira teve uma breve duração (1908-1946) mas a segunda sofreu a sua influência desde a sua concepção e métodos, até à sua prática real e duradoura. (17)

A força dos militares sobre a educação em geral, reforçava os objetivos que se desejavam comparar entre estas duas

---

15- **Missão Militar Francesa** - esta missão, composta de oficiais franceses, foi contratada para instruir a Força Pública de São Paulo, em 1907, sendo a precursora das missões militares estrangeiras no Brasil. O exército brasileiro só começou a receber esse tipo de instrução militar em 1920, quando essa Missão influenciou bastante a sua organização, encarregando-se de três diferentes cursos para oficiais: 1) "Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes; 2) o curso de Estado-Maior; 3) Curso de Revisão do Estado-Maior, para capitães, majores e coronéis que já tivessem esse curso".(José Murilo de CARVALHO, As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: Boris FAUSTO (dir.) - **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, 2 vol. 4.ed., São Paulo: Ed. Bertrand do Brasil, 1990, p. 199-200). Ver I. P. MARINHO, **Educação Física, jogos e recreação**. Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza e Cia, 1957.

16- Ibid., 65-6

17- José Silvério BAIA HORTA. **Os militares e a educação**. Tese de doutoramento, mimeo. s.d.

instituições, sendo, portanto, o Exército considerado pelos militares como uma extensão da Escola. Portanto, deveriam passar por ele, o maior número possível de cidadãos, assim "o regimento tivesse apenas que completar a obra começada pela mãe de família e continuada pelo mestre-escola, de tal forma que o Exército fosse o prolongamento da escola". (18) Seriam os oficiais os elementos fixos que receberiam, instruiriam e educariam os cidadãos, restituindo-os à vida civil; "desta forma os oficiais são verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico", (19) portanto, responsáveis pela formação dos soldados.

Não faltavam as grandes campanhas em prol do serviço militar obrigatório, partindo dos jovens estagiários do Exército Alemão - os "Jovens Turcos" (20) e também, de intelectuais como o poeta Olavo Bilac. Aqueles atribuíam à ignorância cívica e à falta de patriotismo a recusa da população ao serviço militar. O poeta, filho de militar e com grande penetração nas elites civis, empreendeu junto aos universitários, uma campanha persuasiva

---

18- Ibid., p.1

19- Ibid., p.1

20- "Jovens Turcos" - referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal. Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, devido à sua última revolta, em 1911 ela foi transferida para Realengo e como o Marechal Hermes tinha grande interesse na modernização e reestruturação do exército, o Ministro Rio Branco sugeriu o treinamento de oficiais no exército alemão, considerado um dos mais organizados da época. Três turmas de oficiais estagiaram no exército alemão: uma em 1906, a segunda em 1908 e a última em 1910 com 22 membros. Esse último grupo ainda na Alemanha, traçou um plano para difundir os conhecimentos lá adquiridos. Foram os fundadores da revista "A DEFESA NACIONAL", exclusivamente técnica, dedicando-se a traduzir os regulamentos, técnicas, práticas e costumes do exército alemão. Ver Boris FAUSTO (dir.). **O Brasil republicano: sociedade e instituições** - 4. ed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., (Col. História Geral da Civilização Brasileira), 1990, Tomo III, Vol. 2, p.193-8.

dirigindo-lhes mensagens sobre a falta de ideal e o desânimo que pairava sobre as classes cultas. Tentava incentivar os jovens ao serviço militar, conclamando-os, efusivamente, como nesse discurso na Faculdade de Direito em 09 de outubro de 1915:

"... Moços de São Paulo, estudantes de Direito, sêde também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a todos os moços e estudantes de todo o Brasil: num exército admirável, sereis os escoteiros da nossa fé!  
O Brasil não padece apenas da falta de dinheiro: padece e sofre da falta de crença e de esperança. O agonizante não quer morrer: quer viver, salvar-se, reverdecer, reflorescer, rebentar uma nova e fecunda frutificação".

E termina poética e enfaticamente o seu discurso:

"Perto de vós, entre vós, o começo de minha velhice, tocada da graça milagrosa da vossa mocidade, tem gomos verdes, feiticeiros rebentos de ressurreição.

Escuta e acolhe a revolta e a esperança do meu outono, ó primavera de minha terra! Em marcha vitoriosa ó meus irmãos, para o Ideal!" (21)

Defendendo o serviço militar como único e providencial remédio para o nosso definhamento, Bilac afirmava não ser um militarista, mas acreditava que para combater a supremacia militar só era possível através da militarização de todos os civis. E perguntava:

"Que é o serviço militar generalizado? E o tributo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão: o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. E a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória". (22)

21- Apud Aurélio de Lyra TAVARES. **Nosso exército: essa grande escola**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, p.66-7.

22- Ibid., p.66

Isso repercute muito bem no meio militar e em novembro de 1915, é oferecido um banquete ao poeta, no Clube Militar, quando o Capitão Gregório da Fonseca falando em nome do Exército, afirma que a missão dos oficiais é fazer do Exército uma grande Escola do Civismo. Com a introdução do serviço militar obrigatório, a ação educadora dos oficiais estará garantida. Portanto, o Exército e o Povo formarão um ser homogêneo.

Juntamente com Pedro Lessa e Miguel Calmon, Olavo Bilac fundou, em 1916, a mais importante das organizações cívicas - a LIGA DE DEFESA NACIONAL - fiel à concepção "cidadão-soldado" que defendia o Exército como educador do povo para difundir os princípios de ordem e disciplina e, ainda "baseada em uma concepção do nacionalismo que se apresenta como 'ideologia da classe dominante' na medida em que se justifica a 'coesão social' como condição indispensável à existência da 'pátria'". (23) Consideravam legítima a participação dos militares na vida política do país. Na prática esta organização privilegiou a propaganda do serviço militar obrigatório e a educação cívico-patriótica. (24) Existia uma outra corrente em defesa do serviço militar que se contrapunha à Liga de Defesa Nacional. Era a dos "Jovens Turcos", que defendia a profissionalização dos militares, bem como seu distanciamento em relação à política e aos cargos públicos. Consideravam o ensino

23- José Silvério BAIA HORTA, op. cit., p.8

24- Olavo Bilac recebeu várias homenagens do exército brasileiro, tendo sido considerado pelos militares como "... o poeta e o apóstolo da Defesa Nacional" e o dia de seu nascimento, 16 de dezembro, é festejado como o "DIA DO RESERVISTA". (A. Lyra TAVARES, op. cit., p.68).

escolar uma responsabilidade prioritária da Escola, sendo, portanto, contrários à instrução popular através do serviço militar. Esta concepção - "soldado-profissional" - foi bastante difundida e reforçada com a campanha desses "jovens turcos" nos quartéis e nas páginas da revista "DEFESA NACIONAL" por eles fundada.

A campanha dos "Jovens Turcos" foi reforçada com o trabalho da Missão Militar Francesa (1920) que trouxe uma nova concepção de defesa nacional, criando várias escolas com diferentes especialidades e formando oficiais do Estado-Maior. Foi como instrutores que os oficiais da Missão marcaram sua presença no exército brasileiro, executando tarefas fundamentalmente de ensino.

Além dessas duas concepções - "cidadão-soldado" e "soldado-profissional" - surgiu uma terceira, "soldado - corporação". Esta diferia das demais, pois admitia uma intervenção moderadora e controladora na política, sob o controle do Estado-Maior. Através da revista "A DEFESA NACIONAL" - defendeu o direito dos militares de intervir na política. Portanto, "era uma combinação entre o intervencionismo tenentista, (25) com as transformações estruturais da organização

---

25- "Em 5 de julho de 1922, aconteceram as revoltas na Vila Militar, Escola de Realengo e Forte de Copacabana, patrocinadas pelo oficialato jovem. As revoltas foram sufocadas com violência, mas deixaram uma legenda de luta e martírio que muito serviu ao movimento que começava a nascer - o 'tenentismo'. (...) Os 'tenentes' provieram, via de regra, da Escola de Realengo, preocupada em dar formação sociológica e política aos seus alunos, ao contrário da Escola da Praia Vermelha, que era voltada para a formação de militares profissionais e apolíticos. (...) A ambivalência e indefinição ideológica do 'tenentismo' podem ser medidas pelo simples fato de que, de seus escombros, nos anos 30,

militar promovidas pelos jovens 'turcos' e seus aliados". (26)

O movimento "tenentista" não conseguiu atingir seu objetivo primeiro - evitar a posse de Arthur Bernardes - mas representava a insatisfação da sociedade brasileira, principalmente aqueles setores da burocracia do Estado e da sociedade civil-alijados do poder.

Por acreditarem no golpe organizado nos quartéis, não se preocuparam com a mobilização popular. (27) "Os tenentes propugnavam uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independentemente, ou mesmo contra a organização". (28) O conteúdo do movimento "tenentista", portanto, era mais reformista que revolucionário e se utilizava da tática da violência como única forma possível para se atingirem os objetivos propostos, (29) apesar dos oficiais mais maduros tentarem dissuadi-los desse tipo de ação.

Os tenentes utilizaram-se da tática de aliciamento dos oficiais jovens, principalmente os do Realengo, para fortalecerem o movimento e assim conseguirem mais adesões. "A presença de um oficial superior de prestígio à frente do movimento" (30) era

---

emergiram tantos componentes do Integralismo como da Aliança Nacional Libertadora. Os contornos imprecisos do 'tenentismo' permitiram-lhe ramificações à direita - Juarez Távora - como à esquerda - Luiz Carlos Prestes". (Luiz Roberto LOPEZ, *História do Brasil Contemporâneo*, 3. ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p.53-7).

26- José Murilo CARVALHO, op. cit., p.214

27- Luiz Roberto LOPEZ op. cit. p.57.

28- José Murilo CARVALHO, op. cit., p.214

29- Luiz Roberto LOPEZ, op. cit., p.57

30- José Murilo CARVALHO, op. cit., p.221-2

importante para a obtenção de êxito. Assim o foi em 1989 com Decodoro da Fonseca, em 1922 com Hermes da Fonseca e em 1930 com Góis Monteiro. (31)

Esta seria uma intervenção moderadora que atingiria também a imprensa e a economia, sob a coordenação de um Conselho Superior de Defesa Nacional.

O Ministério da Educação teria a responsabilidade da mobilização nacional com vistas ao disciplinamento das novas gerações, através da educação moral e cívica, da educação física ministradas nas escolas.

A Educação Física teria como finalidade precípua a preparação do futuro soldado e essa era, também, a visão de alguns políticos que propunham a transformação das escolas em quartéis. Entretanto essa visão preconizada por Armando Salles Oliveira, (32) não se realizou encontrando oposição nos meios militares, pois os mesmos defendiam a Instrução Pré-Militar aos alunos de 16 anos que por eles seria dirigida e orientada. (33)

## 2. A Educação Física no período de "formação" do Estado populista (1930-1937).

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (M.E.S.P.), em 14 de novembro de 1930, foi nomeado para ocupar a referida pasta, o Sr. Francisco Campos.

31- Ibid., p.222

32- Armando Salles Oliveira era um político liberal, foi governador do Estado de São Paulo e candidato à presidência da República pelo Partido Constitucionalista nas eleições previstas para 1937.

33- J.S. BAIÁ HORTA, op. cit., p.21-3

Francisco Campos, apesar de ter

"livre trânsito entre católicos, liberais e mesmo entre as instituições parafascistas que se multiplicavam (...) não esperou a contribuição dos intelectuais para os projetos pedagógicos da Revolução. Tão logo foi empossado no M.E.S.P., tratou de promover uma reforma imposta a todo o território nacional: criou o Conselho Nacional de Educação, traçou diretrizes para o ensino superior, reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, organizou o ensino no secundário, regulamentou a profissão de contador e estruturou o ensino comercial, etc. Todavia, viciosamente elitista, tal reforma não atacou os problemas do ensino popular nem se preocupou com a expansão ou melhoria da escola primária". (34)

Com relação à Educação Física, especificamente, algumas reformas são feitas - como a de 18 de abril de 1931 que se referia ao ensino secundário - estabelecendo-se a obrigatoriedade dos exercícios de Educação Física, bem como programas precedidos de orientação metodológica, "calcados no Método Francês, (35) e que

34- Paulo GHIRALDELLI Jr. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990 (Col. Magistério 2º grau) p.42

35- METODO FRANCES: teve sua origem na Escola de Joinville-le-Pont, fundada em 15 de julho de 1852 na França. Tal método nasceu das idéias favoráveis à Educação Física do Marechal Soult, então Ministro da Guerra, em colaboração do Comandante D'Argy (discípulo de Amoros) e do sub-oficial de engenharia Napoleão Laisné, também discípulo de Amoros. Com o título "Instrução para o Ensino da Ginástica nos corpos da tropa e nos estabelecimentos militares", a Escola de Joinville-le-Pont adotou tal regulamento, elaborado por uma comissão composta pelo Gal. Aupik, o Cel. Amoros, o Cap. D'Argy, o sub-oficial Lainé e outros.

Em 22 de dezembro de 1904, foi instituída uma comissão interministerial, pelo Presidente da República Francesa, para unificar os métodos nas escolas, ginásios e regimentos. Faziam parte dessa comissão, Démeny, Racine e outros. Desse trabalho resultou o "Manual d'Exercices Physiques et de Jeux Scolaires". Mas foi somente em 1919, após várias tentativas e estudos que surgiu um complemento a esse manual, denominado "Projet de Règlement Général d'Education physique" e consolidado em 1927. Esse regulamento compreende três partes:

Ia. parte: Bases fisiológicas; Bases pedagógicas e Pedagogia aplicada.

IIa. parte: Treinamento esportivo; Esportes individuais; Esportes coletivos e Organizações.

vigoram até 1944"... (36)

Francisco Campos defendia, também, a militarização da juventude nas escolas. Entretanto, esta proposta não foi aceita nos meios militares.

Góis Monteiro teve um papel importante nas transformações que o exército sofre a partir de 1930 e será ele um dos principais idealizadores do projeto intervencionista.

A primeira tentativa desse tipo de intervenção foi liderada por Klinger já no final da Primeira República. (37) Mas só com Góis Monteiro, o responsável pela segunda tentativa, foi que as Forças Armadas obtiveram êxito em um Golpe - o de 1937 - estabelecendo o Estado Novo, com Getúlio Vargas no poder. Neste momento são seus aliados os defensores do exército-profissional, e com eles vem a proibição da participação dos militares na política. Assim,

"a Constituição de 1937 retira o famoso 'dentro da Lei', e o substitui por 'fiel obediência à autoridade do presidente da República', e proíbe até o direito de voto aos militares (...) Desaparecerá o soldado-cidadão para surgir a corporação e a classe". (38)

IIIa. parte: Educação Física Militar. A Ia. parte foi a mais difundida no Brasil, com o nome Método Francês ou Regulamento nº 7. (I.P. MARINHO, **Sistemas e Métodos de Educação Física**, p.77-119)

36- J.P.MARINHO. **Educação Física, Recreação e Jogos**. Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza e Cia, 1957, p.66-7

37- "Bertholdo Klinger, foi talvez o mais brilhante dos jovens 'turcos' e o líder do grupo de A DEFESA NACIONAL, tendo sido inclusive preso por artigos escritos na revista". Suas idéias divergiam daquelas do "tenentismo" (intervencionismo) e das de Leitão de Carvalho (soldado-profissional ou não-intervencionismo). Klinger foi o chefe do Estado Maior das Forças Pacificadoras que promoveram a queda de Washington Luís. CARVALHO, J. M., **As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador**. In: Boris FAUSTO (dir), **O Brasil republicano: sociedade e instituições**, 4a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A. (Col. História Geral da Civilização Brasileira), 1990, Tomo III, vol. 2, p.213-4.

38- J.M. CARVALHO, op. cit., p.215

A importância que o exército adquire com essa

intervenção controladora, justifica a sua interferência em todos os setores da vida nacional, inclusive na educação do povo. Góis Monteiro retoma essa argumentação justificando que

"a política do Exército é a preparação para a Guerra, esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobrepuja a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quando possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo". (39)

Assim, o Exército e a Marinha seriam as forças máximas e dirigentes da nação, e as demais estariam a eles subordinadas. Portanto, a Educação teria uma intervenção direta dos militares com objetivo de educar e organizar o povo rumo à defesa nacional desde os tempos de paz, aos tempos de guerra.

Com a criação da Divisão de Educação Física no M.E.S.P. - em 1937 - o então ministro Gustavo Capanema, confiou sua direção ao Ministério da Guerra, e, em nome da segurança nacional, a Educação Física foi dirigida pelos militares.

### 3. A Educação Física na Ditadura do Estado Novo. (1937-1945).

Com a instituição do Estado Novo uma Nova CONSTITUIÇÃO foi escrita em 1937, produzida por uma tecnocracia getuliana (Francisco Campos), oposta à de 1934 que foi feita por uma Constituinte eleita pelo povo.

---

39- J.S. BAIA HORTA, op. cit., p.16

"Em termos educacionais a Carta de 37 inverteu as tendências democratizantes da Carta de 34. (...) Sem dúvida, a Constituição de 1937 representou os anseios de setores conservadores que, aglutinando-se à figura de Vargas, desejaram imprimir ao Estado uma orientação parafacista". (40)

A Constituição de 37 forneceu indícios de não utilizar os recursos públicos provindos dos impostos, na democratização do ensino à população.

Apesar da Constituição de 37 ter pretendido cercear o avanço democrático do país, as forças populares conseguiram modificá-la, em alguns momentos, através de Getúlio Vargas, que se mostrava sensível aos apelos do povo.

"Assim, durante o Estado Novo, muitas medidas foram tomadas no sentido de cumprir a Constituição, mas também outras foram desenvolvidas no sentido de ultrapassar as leis magnas instauradas com a ditadura varguista". (41)

Entre 1942-46, as Leis Orgânicas do Ensino - também chamadas de REFORMA CAPANEMA - constituíram-se numa série de seis decreto-leis, sobre o ensino primário, secundários, industrial, comercial, normal e agrícola. De uma maneira geral foi elitista e conservadora, oficializando o dualismo educacional, ou seja, a bifurcação do sistema de ensino público destinado às elites e aquele profissionalizante, às classes populares. Foram desse período histórico também outras instituições que interviam na educação formal do país, como: "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P.), Instituto Nacional do Livro (I.N.L.), do

---

40- Paulo GHIRALDELLI Jr. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990, p.81-3  
41- Ibid., p.83

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (S.E.N.A.I.), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (S.E.N.A.C.). A criação dessas instituições e a decretação da Reforma Capanema esboçaram um sistema educacional para o país, até então inexistente".(42)

Na Educação Física Escolar, eram resguardados e aplicados os mesmos métodos e técnicas usadas pelo Exército na preparação física e moral dos soldados. Os programas de ensino eram calcados no "Regulamento nº 7 ou Método Francês" - adaptado do Regulamento da Escola de Joinville-le-Pont, utilizado pelo exército da França.

O Ministro Gustavo Capanema, segundo Inezil Penna Marinho, teve uma administração proveitosa (1937-1945) para a Educação Física, porque, como ministro, criou vários órgãos especializados responsáveis por todas as atividades a ela relacionadas. (43) Inezil cita vários artigos da Constituição de 37 que estavam direta ou indiretamente ligados a Capanema em seu discurso na solenidade de comemoração do 1º Centenário do Colégio Pedro II. Em suas palavras deu grande destaque à educação física das crianças e dos jovens e ao papel desempenhado pelo MESP nesse sentido. Vale registrar aqui o trecho do discurso citado por Inezil P. Marinho (justificando sua defesa a Capanema):

---

42- Ibid. p.83

43- I.P. MARINHO. **História da educação física e dos desportos no Brasil: Brasil colônia - Brasil Império - Brasil República.** (Documentário e Bibliografia). Rio de Janeiro: MES/DEF. 1954 - vol. 4 p.9

"A Educação Física pelo papel que representa na formação integral da personalidade, deve ser ministrada em todas as escolas. As crianças e os adolescentes, sejam quais forem os estudos a que estejam consagrados, precisam receber, com método, segundo processos racionais, esta espécie de educação que lhes será propícia à saúde, que lhes dará ao corpo equilíbrio e agilidade, que os dotará de coragem, alegria e fervor, que concorrerá, afinal, para lhes robustecer o caráter e a inteligência.

O Ministério da Educação e Saúde já montou para este efeito, o órgão adequado, e entra agora a atuar, de modo sistemático, em todo o país, no sentido de organizar a educação física além das escolas, pois pretende também organizá-la nas várias corporações, relacionadas com os interesses da infância e da juventude". (44)

Gustavo Capanema criou, ainda, a Inspeção do Ensino Emendativo que se encarregaria das questões da Educação Física de competência do Ministério da Educação e Saúde Pública-MESP. Apesar dessa Inspeção não chegar a ser instalada, ficou assegurada aos militares a orientação da Educação Física nas escolas, não só como professores, mas também como orientadores nas formações profissionais para o sistema de ensino. (45)

Essa valorização de Capanema à Educação Física, segundo a reportagem do Jornal "A Manhã" (25.06.1935) - ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL) - era conservadora, preconceituosa e fascista. O jornal faz sérias críticas e ironiza Capanema por seu posicionamento confuso e fascista-clerical, desde os idos anos de 1931. (46)

Com a reorganização do Centro Militar de Educação Física -(CMEF)- em 1930 - criado em 1922 - o predomínio dos militares na educação física foi reforçado, principalmente com o

44- Ibid. p.13

45- J. S. BAIÁ HORTA, op. cit., p.60

46- Paulo GHIRALDELLI Jr. op. cit., p.49

funcionamento do Curso Provisório de Educação Física. De lá, partiam todas as orientações e os fundamentos para a difusão e prática da educação física no país, a formação de instrutores e monitores militares para as escolas do exército e admissão de civis para ministrarem a educação física na rede pública de ensino. Tudo isso contribuiu para a manutenção e a garantia do espaço da educação física militarizada nas escolas e foi o "Método Francês ou Regulamento nº 7" - utilizado no exército - que também predominou nas escolas civis até 1944.

Os ministros da Guerra e da Educação estreitaram suas relações administrativas, ao ponto de Capanema solicitar ao Ministro da Guerra sua contribuição na direção e orientação da educação física escolar. Essa transferência administrativa, solicitada pelo ministro da educação, contrariou alguns segmentos da sociedade, como a Associação Brasileira de Educação e a Igreja Católica.

A Associação Brasileira de Educação -(ABE)- criticou severamente essa atitude e propôs um projeto alternativo para a educação, incluindo a educação física escolar.

A Igreja Católica, que exercia grande poder sobre o Estado, sentiu-se agredida em seus princípios cristãos porque a educação física escolar ministrada pelos militares atentava contra a moral e o pudor dos estudantes. Via, na prática dessa educação física, a promiscuidade sexual através dos exercícios corporais, da exposição dos trajés "indecorosos", (grifo nosso), além de enfraquecer o espírito cristão fortalecendo o apego à matéria.

O "MEMORIAL DOS BISPOS" foi um documento importante, enviado ao Governo Federal pelos religiosos, no qual relatavam suas discordâncias e solicitavam a retirada dos militares da direção dos órgãos ligados à educação, bem como davam outras sugestões. (47)

Algumas sugestões foram acatadas pelo Governo Federal, no entanto os militares continuaram dirigindo e assumindo a educação física nos Ministérios da Guerra e da Educação.

O acordo político entre esses dois ministérios era o da troca de interesses e favores. Com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), no Rio de Janeiro - em 17.04.1939 - que se estabeleceu, regimentalmente, a licença para ministrar aulas de educação física nas escolas só aos alunos por ela licenciados. Excluindo-se, assim, os formandos da Escola de Educação Física do Exército/Rio de Janeiro (EEFEX). Foi então que o Ministro da Guerra solicitou do Ministro da Educação os mesmos direitos aos alunos militares. Em sua justificativa o Ministro da Guerra alegava que "... mesmo os militares insistindo sobre a educação física como instrumento de 'revigoramento físico da raça' e de 'preparação física do futuro soldado', não deixam de valorizar também a função do professor e do instrutor de educação física no processo de 'disciplinamento' do povo". (48)

---

47- J.S. BAIA HORTA, op. cit., p.62-4

48- Magali Alonso de LIMA. **Formas arquiteturas esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979, dissertação de mestrado, p.42

Portanto, o elo entre militares e civis continuava também entre as Escolas de Educação Física do Exército (EEFEX) e a Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) da Universidade Nacional do Rio de Janeiro.

Fato importante e que destaca esse posicionamento, vê-se no discurso do Major Inácio de Freitas Rolim, diretor da ENEFD, quando da formatura da primeira turma de 1942. Nessa solenidade o Major enalteceu a criação da Escola, na formação do verdadeiro homem brasileiro. Aquele, capaz de explorar as riquezas e garantir o patrimônio material, moral e a integridade da soberania da nação. Diz ainda do reconhecimento futuro dessa nação que um dia se apresentará forte, feliz e soberana pela pujança física de sua raça. Reafirma a força do Exército no preparo do homem em prol da segurança nacional. (49)

Os objetivos da educação física seriam aqueles refletidos pela formação militar, onde o modelo de homem brasileiro deveria ser o da integridade, da disciplina e ser forte, pois através da regeneração da raça garantiria a segurança nacional.

Defendendo o aprimoramento racial, a disciplina e a obediência, as idéias nazi-fascistas tiveram forte influência sobre a Educação Física no Brasil e também sobre seus precursores, como o Prof. Inezil P. Marinho. Este, em todos os seus livros sobre Educação Física, deixa claro sua convicção sobre o valor da mesma na formação física e moral dos povos, como neste texto abaixo:

---

49- Ibid., p.41

"De fato, é notável a influência da educação física na formação física e moral dos povos. A auto-confiança que ela desperta em cada indivíduo traça para um povo, como o seu principal característico, a fortaleza de ânimo". (50)

Prof. Inezil P. Marinho apoia-se em vários cientistas para defender a educação física como transmissão de qualidades físicas e psíquicas, a exemplo dessa declaração, do Dr. Le Marinel, por ele citada:

"(...) o fim da educação física é procurar conservar a saúde, a energia, a força, o desenvolvimento harmonioso do corpo, o rendimento em trabalho útil, a destreza e a melhor utilização das forças, o equilíbrio das faculdades morais, intelectuais e físicas; em última análise, a transmissão destas qualidades à raça pela hereditariedade". (51)

A Eugenia, segundo o Prof. Inezil, pode ser definida como melhoramento científico da espécie humana, tendo como fim

"evitar ou reduzir ao mínimo a procreação (sic) de indivíduos tarados, que surgem para a vida inferiorizados por estigmas hereditários, agravados por defeitos de criação e de educação". (...) A criança tem direito de nascer em boas condições biológicas, isenta de defeitos físicos ou de taras hereditárias". (52)

Acentuando a importância da educação física para o aprimoramento da raça, Prof. Inezil cita Hitler: "A cultura física não é, pois, um problema que só interesse ao indivíduo ou que afete somente aos pais, mas é um requisito indispensável

50- I.P. MARINHO. **Especialização: fator preponderante na técnica da Educação física.** Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza Cia, 1940, p.28

51- Ibid., p.30

52- Ibid., p.50

para a conservação da raça, a que o Estado deve proteção". (53)

Portanto, não só a educação física deveria ser uma preocupação do indivíduo, como também uma obrigação do Estado. Nesse sentido o Estado Novo aprovou vários projetos e decretos-leis visando a homogeneização da raça e a integração nacional, através da Educação Física, como foi o Decreto-lei nº 19.890 - de 18.04.31, assinado pelo então Ministro da Educação - Francisco Campos.

O "homem-brasileiro", idealizado dentro desta política nacionalista, deveria ser estruturado pela educação física como uma grande obra de construção cultural e formação espiritual. Essa estruturação humana seria a homogeneização étnica das tres raças brasileiras: a branca, a negra e a indígena. Portanto, "integração (unidade), aperfeiçoamento da raça, e sentimentos nacionalistas, são três valores básicos da sociedade desse período nos discursos da Educação Física". (54)

Não só essa miscigenação racial era responsável pelo subdesenvolvimento do Brasil, mas principalmente a indolência do índio e a pouca inteligência do negro que sobrepunham-se às qualidades do branco. Por isso, veicula-se até hoje, determinadas concepções a nível de senso comum, como por exemplo, a de que somos um povo dependente e subdesenvolvido por causa da preguiça, da indolência, apatia, sentimentalismo, irracionalismo,

---

53- Ibid. p.40

54- Magali Alonso de LIMA, op. cit., p.22

malandragem e, o próprio "jeitinho brasileiro" herdados do índio e do negro. (55)

A força e o poder do governo estarão representados pelos militares, nas instituições criadas durante o Estado Novo, com o fim de organizar para a juventude, atividades esportivas e recreativas promovendo o disciplinamento moral, cívico e o adestramento físico.

Esta preparação visava não só a preparação do "corpo do homem brasileiro" para seu aprimoramento físico, mas também, prepará-lo para a defesa da nação e para a produção.

"Para que se possa entender um dos destinatários 'privilegiados' da Educação Física deste período 1937-45 a classe operária, ou segundo os discursos - classes trabalhadoras - necessário se torna contextualizar a produção deste corpo (corpo operário - corpo produtivo) com a estrutura político-econômica e social do período". (56)

Assim, além de "forjar" os corpos e os espíritos da juventude brasileira, a preocupação do Estado Novo voltava-se, também, para a capacitação e qualificação da mão de obra industrial. E, era da Educação Física a responsabilidade pelo adestramento "para manutenção e recuperação da força de trabalho do operariado". (57)

Após a 2ª Guerra Mundial e, devido aos interesses imediatistas da industrialização crescente no país, foram criadas

---

55- João Paulo Subirá MEDINA. *Brasileiros: os corpos de seu corpo - elementos político-filosóficos para uma pedagogia do corpo. Uma contribuição à educação física no Brasil.* Campinas, SP: PUC, 1987, Dissertação de Mestrado.

56- Magali Alonso de LIMA, op. cit., p.43

57- Lino CASTELLANI FILHO, op. cit., p.93-4

as instituições SENAI e SENAC, através do decreto-lei nº 8.621/46 - para controle e fiscalização dos trabalhadores fora das fábricas, em seus "momentos de lazer". (grifo nosso)

Foi criado, também, o "Serviço de Recreação Operária", vinculado ao Ministério do Trabalho atendendo aos anseios dos trabalhadores quanto às áreas esportivas, culturais e escotismo.

A Escola Nacional de Educação Física e Desportos - ENEFD, garantia a formação dos professores sob a orientação dos militares e além disso, o Estado Novo foi autor de vários projetos de praças de esportes, estádios de futebol, parques infantis, que foram construídos não só para o lazer do trabalhador, mas como forma de impor aos corpos que "neles irão ser socializados, limites, obrigações, coerções e adestramentos, enfim numa só palavra, uma disciplina". (58) Todos esses espaços, bem como as atividades neles desenvolvidas estavam sob a direção da Divisão de Educação Física, pertencente ao Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP - e subordinada ao Departamento Nacional de Educação e Saúde, que era o órgão responsável pelas decisões tomadas ao nível federal, sobre Educação Física.

#### 4. A Educação Física Pós-Estado Novo (1945-64)

Com o fim do Estado Novo, a sociedade brasileira buscou formas para retomar o caminho da "normalidade democrática"(59) e, através da mobilização dos vários segmentos sociais e de

58- Magali Alonso de LIMA, op. cit., p.64  
59- Lino CASTELLANI FILHO, op. cit., p.101

políticos, uma nova Carta Magna foi elaborada - em 1946. Esta apresentava traços liberais-democráticos diferentes daqueles do autoritarismo da Carta de 1937.

Por volta de 1947, Clemente Mariani (UDN) - Ministro da Educação no Governo Dutra - constituiu uma comissão de educadores para elaborar um projeto de Lei Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), encaminhada à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948 (arquivada em 1949)

"Integraram esta comissão educadores de várias tendências; escolanovistas que não colaboraram com o Estado Novo, como Fernando de Azevedo, escolanovistas que participaram do Estado Novo, como Lourenço Filho, católicos tradicionalistas como Padre Leonel França e Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athaíde) e outros".(60)

Abria-se um espaço para os debates no campo educacional. Os educadores remanescentes do "Movimento de 30" - que foi abafado pelo Estado Novo - sentiam-se vitoriosos por verem expressos na Constituição de 46 muitas das reivindicações do "Manifesto de 32" por eles defendidas. (61)

A partir dessa data, os debates eclodiram nacionalmente e duas posições se evidenciaram frontalmente. Uma guardando os resquícios autoritários da Carta de 1937, a outra, numa "concepção federativo-descentralizadora do sistema de ensino", sofria as pressões dos interesses privatistas e confessionais. O projeto-lei foi remetido ao Congresso Nacional em 1948 e em 1949 foi arquivado, pelo deputado Gustavo Capanema (PSD) e ex-ministro da Educação no Estado Novo. Somente em 1957 o projeto foi

60- Paulo GHIRALDELLI Jr., op. cit., p.112

61- Ibid. p.101

desarquivado iniciando novamente a sua discussão e finalmente em 1958 a Comissão de Educação e Cultura da Câmara recebeu um substitutivo - o substitutivo Lacerda - modificando profundamente o texto original. (62) Este substitutivo ameaçava a Escola Pública e diante disso, "educadores de várias tendências desencadearam a Campanha de Defesa da Escola Pública". (63) "Em 1959 veio a público o 'Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados'; que invocando as idéias do Manifesto de 32, centralizaram e organizaram a campanha". (64)

No período pós-45, também conhecido como "período da democracia populista", (65) a Educação Física foi envolvida pela nova concepção educacional - o Pedagogismo - estruturado dentro dos princípios escolanovistas que vão dominar, principalmente, no final dos anos 50, a intelectualidade liberal.

O desenvolvimento das práticas desportivas recebem um tratamento especial das autoridades governamentais, principalmente entre 1946 - 1971. (66) Vários decretos-leis e portarias ministeriais são promulgados, dispendo sobre a prática da educação física em duas sessões semanais no ensino médio - Portaria Ministerial nº 5 de 02.01.46; a construção de praças de

---

62- "O substitutivo do deputado Carlos Lacerda (UDN) baseava-se nas teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em 1948. (...) trouxe para o interior do Congresso e para a letra da lei os interesses dos donos das escolas privadas". (P.GHIRALDELLI Jr., op. cit., p.113)

63- Ibid. p.113

64- Ibid. p.114

65- Idem. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira.** São Paulo: Ed. Loyola, 1988. vol. 10 (Col. Espaço). p.37-40

66- Inezil Penna MARINHO. **História da educação física no Brasil.** São Paulo: Cia. Brasil Editora, s.d., p.106

esporte (Dec. Lei nº 9.912 de 07.9.46); autoriza o funcionamento dos cursos superior de Medicina Especializada, Técnica Desportiva, Massagem Especializada e Educação Física Infantil, da Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais. (Dec. lei nº 32.168 - 29.01.53); estabelece o programa para curso básico de Educação Física por Correspondência - Portaria nº 6-Br., de 22.01.63 - e muitos outros. (67) Em todos esses documentos percebe-se o caráter de continuidade contidos naqueles do Estado Novo. A própria lei 4024/61 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conservou características das relações sociais vigentes, sem sequer levar em consideração a educação popular. Apesar de todos os debates ocorridos e da Campanha em prol da Escola Pública, essa lei não modificou, substancialmente, o sistema brasileiro de ensino. Assim, tanto no plano sócio-econômico como no educacional, os desmandos ditatoriais do Estado Novo continuaram prevalecendo.

A Lei 4.024/61 limitou-se a regular o funcionamento e o controle daquilo que já existia, e os verdadeiros problemas educacionais continuaram sem solução.

Nos anos 50-60, a Educação Física estava intimamente ligada ao crescimento da rede escolar de ensino, o que, conseqüentemente, expandiu a sua prática sistemática e metodizada. Um redirecionamento é dado à Educação Física nas escolas públicas, possibilitando, assim, a participação dos

---

67- Ibid. p.119-138

alunos "das camadas assalariadas urbanas que chegavam, a cada ano em maior quantidade aos bancos escolares". (68)

"A concepção Pedagogicista em Educação Física recebeu seu impulso vital principalmente nos anos 50, entrelaçada com a ideologia nacionalista - desenvolvimentista do Governo J. K. (...) A Educação Física Pedagogista, envolvida por esse pensamento, vai dirigir seu discurso para a entidade humana abstrata, deslocando a Educação Física para a tarefa de 'promover o homem' como ser genérico e incapaz de sustentar divergências com seus semelhantes". (69)

## 5. A Educação Física em Goiás e os Militares (1930-1964)

Como aconteceu em todo o Brasil, também Goiás sofreu a influência dos militares na educação física, de maneira marcante, principalmente no período de 1930 a 1960.

A presença dos militares, em Goiás se fez notar desde à orientação-prática dos exercícios físicos nas escolas, até às organizações cívico-desportivas intra e extra-escolares. Não havia nenhuma preocupação didático-pedagógica inserida no contexto educacional.

A Educação Física estava desvinculada do currículo escolar e era considerada um apêndice; completamente alheia à dinâmica da própria Escola. As aulas de Educação Física eram em turnos diferentes aos dos alunos (até hoje ainda acontece isto!).

Antes da nomeação do Inspetor Seccional de Educação Física em Goiás era praticada por "força da lei, apenas no

---

68- Paulo GHIRALDELLI Jr. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira.** São Paulo: Loyola, 1988, vol. 10 (Col.Espaço) p.40.  
69- Ibid. p.40-1

Ginásio Científico e Normal", (70), como eram denominados o 2º grau e o magistério, hoje.

Os colégios se encontravam isolados uns dos outros, sem nenhum relacionamento, não havia eventos esportivos e/ou competições para os aproximarem. No entanto,

"naquela época a Educação Física existia. Tinha-se aula às cinco da manhã e às seis horas da manhã. As aulas eram feitas em horários diferenciados: você estudava à tarde fazia aula (educação física) de manhã; e se estudava de manhã, fazia (educação física) à tarde". (71)

As aulas de educação física obedeciam àqueles objetivos da disciplina física exercida nos quartéis, seguindo o modelo da instrução pré-militar, que se tornou obrigatória aos alunos menores de 16 anos, através da Lei do Ensino Militar de novembro de 1939. (72)

Oficialmente, a presença dos militares no sistema de ensino através da instrução militar teve uma curta duração.

---

70- Entrevista com **Cap. Carlos Ribeiro do Nascimento**, primeiro Presidente da Fundação Estadual de Esportes - F.E.E. - (31/1/62 a 22/11/62); Diretor técnico da F.E.E. (22/11/62 a 9/2/65); Professor fundador da Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO (1962); Vice-diretor da ESEFEGO (20/9/65 a 29/9/65); Diretor da ESEFEGO (29/9/65 a 11/4/66); Administrador das Praças de Esporte do Povo (10/2/65 a 26/6/68).

71- Entrevista com **Joaquim Resende Costa**, aluno da 1ª turma da Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO - (1963-1965); primeiro diretor da Praça de Esportes do Povo - Setor Pedro Ludovico (1964-1975) atualmente, professor de Fisiologia do Esforço e Ginástica na ESEFEGO.

72- J.S. BAIA HORTA, op. cit., p.46

Entretanto,

"quanto à sua influência no desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos métodos, quanto à sua prática, esta foi real e duradoura". (73)

Esta presença militar na Educação Física no Brasil, inicia-se em 1907; quando a Missão Militar Francesa foi contratada para ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, fundou-se, ali, a "SALA DE ARMAS", que foi o embrião da mais antiga escola do Brasil - Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo. Este seria, também, o embrião para a formação dos primeiros "mestres de ginástica" e "mestres de esgrima". Foram eles os responsáveis pela divulgação do método sueco(74), adotado naquela época, e da esgrima nos meios militar e civil. (75) Em Goiás, apesar dos dados serem insuficientes, pudemos constatar através dos depoimentos dos entrevistados que era constante a presença dos militares nas aulas de educação física nas escolas (públicas e privadas) nas décadas de 30 a 50.

73- Ibid., p.45

74- Segundo Inezil Penna MARINHO, em **Sistemas e Métodos de Educação Física**. São Paulo, Papelivros, 6ª ed., s.d., p.182-3: foi Per Henrik Ling o idealizador do método sueco de ginástica. "Para Ling, a ginástica pedagógica e higiênica tem por fim submeter o corpo à vontade; ela é essencialmente educativa e social", devendo, satisfazer as necessidades do corpo e da alma. Destina-se aos dois sexos e a todas as idades, pode ser praticada em quaisquer condições materiais e sociais. Assegura a saúde, a beleza, tendo efeitos corretivos e ortopédicos. "Ela é enérgica e viril pelo emprego econômico das forças e da formação do caráter; social e patriótica, pela educação disciplinada da célula humana a serviço da sociedade. Por meios simples ela assegura resultados certos".

75- Idem. **História da E.F. e dos desportos no Brasil: Brasil Colônia - Brasil Império - Brasil República**. Documentário e Bibliografia) v. 4, Rio de Janeiro: MES/DEF, 1937, p.65-6

### 5.1. Presença dos instrutores militares nas aulas de Educação Física escolar e a utilização do Método Francês pelos professores civis.

Em diversos estados brasileiros, de 1920 a 1928, várias reformas educacionais foram realizadas e a educação física estava incluída nos currículos do ensino primário e secundário. (76) A Associação Brasileira de Educação - ABE - fundada em 1924 no Rio de Janeiro, promoveu uma pesquisa junto aos professores do ensino secundário sobre a importância da educação física. O resultado foi positivo e todos reconheciam a importância e o valor dela para o desenvolvimento dos escolares. Entretanto, apesar da ABE ter realizado vários debates para se discutir a metodologia, a formação profissional e a prática pedagógica dos professores de educação física, um ante-projeto de lei do Ministério da Guerra estava sendo encaminhado com sérias determinações. Entre elas: a obrigatoriedade da prática da Educação Física em todos os estabelecimentos de ensino (a partir de 6 anos); a criação de um Conselho Superior de Educação Física (com sede no Ministério da Guerra) e adotava o Método Francês ou Regulamento Geral de Educação Física enquanto não fosse criado um Método Nacional de Educação Física (77).

Em Goiás a situação era mais caótica devido à sua situação geográfica e política - longe dos centros de poder e de cultura. O acesso à toda essa movimentação da ABE, era impossível

76- Lino CASTELLANI FILHO, op. cit., p.73

77- Ibid., p.74-5

e os documentos referentes à Educação Física não chegavam aqui, a não ser aqueles oficiais.

A Educação Física continuou, portanto, sendo ministrada por "instrutores militares", e aquelas questões básicas discutidas pela ABE, sequer foram conhecidas pelos professores goianos. O "parentesco" - meio mais utilizado para o ingresso nas escolas públicas, agravava ainda mais a situação da Educação Física escolar em Goiás. Os professores Lys Pereira de Sousa e João Jardim Péclat (78), descreveram bem esse momento histórico em Goiás:

"(...) No Lyceu trabalhava, o Prof. Orestes Baiochi, era leigo, italiano e militar; e seu genro Eriberto Clemente - que era leigo, também. Na Escola Normal Oficial - hoje IEG - trabalhava a Profa. Maria Rita Teixeira, casada com Dr. João Teixeira, e cunhada da Profa. Leila Teixeira. A Profa. Dulce - no Santo Agostinho - também era leiga. Isto por volta de 1938/39/40.

(...) A maioria dos professores da Educação Física, até mesmo no interior, nos colégios, ou tinham sido cabos ou sargentos do exército. Porque lá eles tinham essas atividades e depois iam para os colégios. Eu suponho que foi assim. Geralmente era um militar que trabalhava na área.

(...) praticamente era adotado o Método Francês até os anos 50, mais ou menos. Era a filosofia do Método Francês. Tanto que no Liceu, a Escola onde eu estudei - (na ocasião só tinha o Liceu, a Escola Normal Oficial e o Santa Clara) - lá havia todo o equipamento para o Método Francês. Tinha caixa de salto em altura, caixa de salto em extensão, barra fixa, barra dupla,

---

78- **Lys Pereira de Souza**, pioneira da Educação Física em Goiás, formada (em 1944), pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Rio de Janeiro - ENEFD - foi professora-fundadora da Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO - (1962) - Diretora da ESEFEGO (16.3.83 a 26.3.87).

**João Jardim Péclat** - formado pela ENEFD - Rio de Janeiro (1950); foi Inspetor Seccional de Educação Física - MEC/Goiás (1959-1972); foi professor-fundador da ESEFEGO (1962), - Diretor da ESEFEGO (10.10.65 a 12.4.66) em substituição ao 1º diretor capitão Gentil Rezende de Queiroz (1963-1965).

trave, medicinebol e bastão. Coisas que nem a ESEFEGO, quando foi fundada, estava equipada. O Liceu estava muito bem equipado com o Método Francês. Era mesmo a teoria do Método Francês que preconiza e que você tem conhecimento". (79)

O Prof. João Jardim Péclat, relatou as dificuldades dos colégios de Goiânia e do interior do estado quanto à contratação de profissionais formados em Educação Física. Uma das soluções encontradas foi a realização de Cursos de Atualização para os professores leigos (a maioria no estado), organizados pela Inspeção Seccional de Educação Física do MEC-Goiás, após 1959.

"Os Colégios do interior não tinham nenhum professor formado. Todos tinham autorização à título precário. Eu consegui trazer esses professores para a Capital para eles terem uma orientação mais adequada, mas atualizada. Chamavam Cursos de Atualização para professores. Eles saíam daqui municiados com apostilas, livros e novas técnicas. Eu trouxe os melhores professores do Brasil: Profa. Dayse, Darcymires e aquele pessoal do Rio de Janeiro, de Brasília e São Paulo. Então, houve uma nova mentalidade da Educação Física em Goiás". (80)

Destes cursos participavam, também, os professores-leigos da capital, mesmo porque eram a maioria. Em todo o Estado de Goiás existiam menos de dez professores formados em Educação Física. Ou seja: Lys Pereira de Sousa, Eunina Hermano, João Jardim Péclat, Mem de Sá, Leoni Teixeira, Gelcy Clemente Batista, Jair do Valle, Sérgio Giansanti (paulista, formado pela Escola de São Carlos) e Cap. Carlos Ribeiro do Nascimento (gaúcho - formado

---

79- Entrevista com Lys Pereira de Sousa.

80- Entrevista com João Jardim Péclat.

pela Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro - EEFEX). (81)

Foi, principalmente, através dos goianos formados pela ENEFD - Rio de Janeiro, que a metodologia da Educação Física começou a se diversificar e outros métodos foram introduzidos nos colégios públicos e particulares como, a Calistenia e o Método Natural. (82)

A Educação Física escolar, à essa época, era tratada como uma prática de exercícios corporais ou recreativos com a finalidade de adestramento físico, de extravasamento das energias das crianças e adolescentes ou mesmo a prática desportiva para

81- O Decreto-lei nº 4029/19.1.42 (MEC) - instituiu bolsas de estudos para a ENEFD-RJ., a todos os estados do Brasil, como parte da política de Getúlio Vargas para divulgação e incrementação da educação física em todo país. Vários goianos foram contemplados com essas bolsas de estudo, como: Lys Pereira de Sousa, Hélio Medeiros, Eunina Hermano, Leoni Teixeira, Gelcy Clemente Batista, João Jardim Peclat e Jair do Valle.

82-"A Calistenia, é um sistema de ginástica que encontra as suas origens na ginástica sueca e que apresenta, como características, a predominância de formas analíticas, a divisão dos exercícios em oito grupos, a associação da música ao ritmo dos movimentos sobre as posições e exercícios à mão livre e com pequenos aparelhos (halteres, bastões, maças, etc.)" (I. P. MARINHO, **Sistemas e Métodos de Educação Física**, 6a.ed. rev.atual, São Paulo; Papelivros, s.d., p.265.)

"A primeira referência que encontramos a favor da adoção da Calistenia em nosso país situa-se nos Pareceres de Rui Barbosa (...) publicados em 1829." (Idem, 1980, p.60). Com a instalação da Associação Cristã dos Moços - A.C.M. - no Brasil em 1893, foi implantado o 1º núcleo de Calistenia no Rio de Janeiro. E, a partir de 1947 esse método é adotado nas Escolas de Educação Física brasileiras. (Ibid., p.60).

**METODO NATURAL DE HERBERT:** tem por princípios doutrinários: " (...) utilizar os gestos de nossa espécie para adquirir o desenvolvimento físico completo" - sendo sua aplicação e maneira de trabalhar, "aperfeiçoável através da experiência, da observação e pelo controle racional dos resultados. Hérbert, pretendeu utilizar como base de seu método, os gestos característicos do homem, para atingir o seu desenvolvimento completo (Idem, s.d., p.122)

"moldar" o caráter do indivíduo. Tais objetivos estavam contidos na constituição de 1937, em seu artigo 132:

"O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a 'disciplina moral' e o 'adestramento físico', de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação". (83)

A finalidade da Educação Física, portanto, era formar o "homem de ação" - proporcionando-lhe um desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito; "o aperfeiçoamento total do indivíduo, isto é, assegurar não somente o desenvolvimento de suas qualidades físicas, como também de suas aptidões morais e sociais (84).

Este pensamento predomina os conceitos básicos da Educação Física até mesmo após a queda da ditadura do Estado Novo (1945).

As forças responsáveis pela deposição de Getúlio Vargas foram aquelas reacionárias, aliadas - nos momentos mais repressivos - ao Estado Novo. Essas forças nada tinham de democráticas e o golpe à Getúlio Vargas foi muito mais em função de sua aproximação às teses esquerdistas que eclodiam àquela época. (85) Crescia no Brasil o movimento popular e com ele a

83- Apud Magali Alonso de LIMA, op. cit., p.38

84- Inezil Penna MARINHO. **Especialização: fator preponderante na técnica da educação física.** Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza, 1940, p.20.

85- Paulo GHIRALDELLI Jr. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990, p.105.

defesa pela "erradicação do analfabetismo" e pela "elevação cultural do povo". (86)

O pensamento liberal que começa a predominar nesse momento brasileiro é diferente daquele do início do século XX,

"(...) que sonhava com uma 'desodorização e higienização' da sociedade, mas sim de uma concepção que busca integrar a Educação Física como 'disciplina educativa por excelência' no âmbito da rede pública de ensino". (87)

Por isso mesmo, apesar das teorias psicopedagógicas de Dewey (88) e do aumento de estudos sobre a Educação Física Comparada (1945-64) - teoria ligada, principalmente, ao modelo americano - isto não modificou a prática da Educação Física escolar. Esta, apesar de sofrer todas as influências escolanovistas, estava

"(...) comprometida com uma organização didática ainda sob parâmetros militares. Afinal não podemos esquecer que até os anos 50 o 'Regulamento nº 7', ou 'Método Francês', era oficialmente obrigatório como diretriz da prática da Educação Física na rede escolar brasileira". (89)

Em Goiás estas idéias escolanovistas nem foram cogitadas, e a prática da Educação Física nas escolas continuaram a ser ministradas e/ou orientadas por "instrutores militares" até final da década de 50.

86- Ibid., p.108

87- Idem. Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. São Paulo: Ed. Loyola, 1988, p.27

88- DEWEY, John: Ver GILES, Thomas Ranson - História da Educação. São Paulo: EPU, 1987, e CHATEAU, Jean. - Os grandes pedagogistas. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

89- Paulo GHIRALDELLI Jr., op. cit., p.28-9

"Nos colégios quem dava aulas de Educação Física eram os soldados da polícia, que davam uma aula de Educação Física Militar, incompatível com a criança. Então o que acontecia: os pais mandavam os filhos sadios e os recebiam de volta lesados pela natureza da Educação Física Militar do quartel e dada por quem não tinha qualificação". (90)

Além disso, o conteúdo da Educação Física continha aqueles preceitos militares sobre a formação do indivíduo disciplinado, obediente, adestrado, ajustado à sociedade e de bom caráter.

"Naquela época, ela (Educação Física) tinha um aspecto bastante disciplinar. Se preocupava muito com o indivíduo dentro da escola. A prática da atividade desportiva para o bem-estar do indivíduo, para o seu desempenho. Em momento nenhum deixava de abordar o aspecto da prática desportiva, da Educação Física moldando o caráter do indivíduo. Era algo que se batia muito. Tanto que as aulas de Ginástica eram muito rígidas. Tinham uma disciplina muito marcada: 'Essa hora é para isso! Faz tanto disso! Tanto daquilo! Tudo marcadinho... Hoje é que a gente não usa mais isso". (91)

Percebe-se, portanto, que tendo sido a ENEFD-RJ, desde a sua criação em 1939, orientada e dirigida pelos militares, seguindo as normas e regulamentos da Escola Educação Física do Exército/RJ - EEFEX - possuía, também, toda sua formação acadêmica voltada para uma metodologia militarizada. Conseqüentemente, os goianos que lá estudaram aplicaram e difundiram em Goiás, os métodos e técnicas lá apreendidos. Em seus depoimentos, enfatizam a importância dessa metodologia militar, por ser ela um meio de formação disciplinar, moral e de

---

90- Entrevista com Cap. Carlos Ribeiro do Nascimento.

91- Entrevista com Joaquim Resende Costa

obediência às leis, trazendo resultados positivos para a formação do aluno: como disciplina, ordem, higiene, obediência, moral, que eram, também, temas abordados nas aulas práticas através dos exercícios físicos e dos jogos desportivo-recreativos.

"(...) através dessas atividades a gente ia pondo na cabeça dos alunos, que a Educação Física é uma disciplina formativa. Através dessas atividades, a gente tinha que aproveitar as oportunidades para educar, para ensinar, para divulgar a obediência a essas leis, pois é assim que se forma o cidadão. O menino que aprende a não ultrapassar a linha, porque é uma norma do jogo, depois ele vai aprender a cumprir uma lei, porque é uma lei. Isso era o que eu preconizava." (92)

"A matéria básica era a Ginástica. Naquela época nós nos orientávamos pela Escola de Educação Física do Rio de Janeiro e pela Escola de Educação Física do Exército - que é uma **belíssima** Escola; uma **disciplina!** Você se lembra que a disciplina na ESEFEGO era meio militar. Isso foi só resultados positivos e eram esses métodos tradicionais como: Método Francês, Calistenia, Ginástica Natural." (93)

Segundo esses professores, a Educação Física Escolar seguia o "Regulamento nº 7" e as orientações do Ministério da Educação, ou seja, os professores recebiam um "Programa" a ser seguido e anualmente deveriam enviar relatórios detalhados juntamente com os planos de aulas.

Em Goiás, até a década de 50, a Educação Física e os Desportos eram inexpressivos e desprestigiados pelo poder público. As leis e subvenções existentes não eram aplicadas. (94)

92- Entrevista com Lys Pereira de Souza

93- Entrevista com João Jardim Péclat

94- O Art. 161 da Constituição Estadual de 1946, assegurava a prática da educação física e do esporte, bem como, garantia ao Estado e aos municípios subvenção às entidades esportivo-culturais e isenção de taxas e impostos.

Todas as atividades desportivas eram praticadas por atletas amadores que, mesmo participando de competições fora de Goiás, não tinham apoio do Estado.

O Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de Goiás, foi criado pela lei 2.280 de 14/11/58, e deveria ser o órgão responsável para organizar, orientar, fiscalizar e difundir a prática da Educação Física, dos Esportes e da Recreação em todos estabelecimentos de ensino, das redes oficial e particular. Entretanto, esse órgão não conseguiu atingir esses objetivos, por não dispor de meios financeiros, tornando-se um órgão inoperante e sem resultados, apesar da Lei Estadual 566/51. (95)

Os professores eram escolhidos e contratados diretamente pelo Governador do Estado, cujos critérios tanto poderiam ser pelos dotes atléticos como por laços de parentesco (96). Não havia um órgão responsável pela Educação Física no Estado. Em 1959, o Prof. João Jardim Péclat foi convidado pelo diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação (MEC) naquela época - Prof. Alfredo Colombo - para ser Inspetor de Educação Física no Estado de Goiás. Essas Inspetorias estavam sendo criadas em todos os estados e eram os órgãos responsáveis pela organização, direção e fiscalização da Educação Física na rede escolar de ensino. Esse órgão também era o responsável

---

95- A lei 566 de novembro de 1951, criava a Loteria do Estado de Goiás e no seu Art. 4º destinava 30% de sua renda líquida anual à realização dos planos de cultura intelectual, e que foi corrigido pela lei 1370 de 09/11/56, estabelecendo esse percentual às atividades culturais e à construção de praças de esporte.

96- Resquícios da política clientelística e oligárquica que ainda dominava em Goiás.

pela reciclagem dos professores leigos, pela coordenação dos Jogos Escolares em Goiás, pela impressão de apostilas com leis e programas que orientavam a Educação Física e pelo recebimento dos relatórios anuais dos professores. A Inspetoria Seccional de Educação Física de Goiás foi instalada oficialmente em 1967, apesar de já estar funcionando desde 1959, com cadastramento de professores da capital e interior. (97)

A situação da Educação Física nas escolas de Goiás têm, portanto, um novo tratamento a partir desse novo órgão instalado em Goiânia. E, com o Plano de Metas do Governo Mauro Borges, novas perspectivas se abriram com a criação da Fundação Estadual de Esportes -(FEE)- a construção das Praças de Esporte do Povo e com a criação da própria ESEFEGO. Sobre esse assunto trataremos no Capítulo IV.

---

97- Entrevista com Prof. João Jardim Péclat.

## CAPITULO II

### A EDUCAÇÃO FISICA E AS CORRENTES PEDAGOGICAS BRASILEIRAS

#### 1. As mudanças sócio-econômicas e culturais e suas influências na Educação brasileira.

Com o fim da Iª Guerra Mundial, configura-se uma nova organização sócio-cultural no Brasil, principalmente, com o enfraquecimento da sociedade agro-patriarcal.

O Estado Oligárquico apresentava-se como uma forma particular de Estado Capitalista. O modelo agro-exportador possuía vínculos externos com os países centrais embora, internamente, suas relações e estruturas não fossem plenamente capitalistas, o que permitia evasão do excedente econômico (1).

Após a Iª Guerra Mundial esse vínculo externo diminui exigindo uma maior produtividade dos bens de consumo leve, internamente. Com as exigências do mercado interno, com a elevação da produção cafeeira e as insatisfações regionais com o poder vigente, surgem novas formas de divisão social do trabalho.

---

1- Carlos R. Jamil CURY. *Ideologia e Educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1986. 3. ed. (Col. Educação Contemporânea). p.6

A década de 20 é marcada por vários acontecimentos, consequentes da crise do liberalismo europeu e o acesso hegemônico dos Estados Unidos da América do Norte. Assim, acontecem no Brasil, as primeiras greves operárias, as rebeliões militares, a criação do Partido Comunista, a criação da Associação Brasileira de Educação (A.B.E.), a realização da Semana de Arte Moderna, a reorganização da Igreja Católica (2) e do poder. Tais movimentos criaram contradições internas relacionadas com os anseios peculiares aos diferentes setores sociais brasileiros. A classe operária acreditava que só através de uma revolução social poder-se-ia solucionar seus problemas; as camadas médias da sociedade defendiam as reformas sociais, pois através delas ampliariam sua participação na distribuição dos bens e, finalmente, a classe dominante rejeitava qualquer revolução, aceitando, porém, as reformas - desde que não perdessem seus privilégios.

Vários foram, portanto, os valores que abalaram o modelo agro-exportador brasileiro, culminando com alterações na ordem sócio-política do país.

Os grupos dominantes - não participantes do poder - exigiam justiça e representação, progresso, liberdade e bem estar social. Isto evidenciava a não reprodução da hegemonia dos países centrais sobre os periféricos. Dentre estes grupos, destacou-se aquele dos "Tenentes" que propunha uma intervenção do Estado na

---

2- Em 1922 é fundado o "Centro Dom Vital" que tinha por objetivos a formação de quadros para atuar nacionalmente, em defesa da Igreja católica, sob a liderança de D. Sebastião Leme. Jackson de Figueiredo, recém-convertido ao catolicismo, alia-se à D. Leme e funda a Revista ORDEM com a finalidade de divulgar as idéias católicas e criticar o "liberalismo em bases moralistas e reformistas". (CURY, Carlos R.J. op. cit. p.15-6).

economia e na sociedade, para maior "moralização", e exigiam a sucessão presidencial. Após as eleições fraudulentas de 1930, estes grupos emergentes se uniram, rompendo com a hegemonia oligárquica e, "pela Revolução, tomaram o poder".(3)

A Revolução de Trinta permitiu uma renovação da classe dominante, absorvendo aqueles elementos antes excluídos. Houve um declínio da hegemonia agro-cafeeira devido ao crescente interesse industrial. A diversidade das aspirações dos grupos que a consolidaram dificultou a homogeneidade da classe dominante. Formou-se, assim, o que Cury denominou de "Condomínio do Poder": a união de setores sociais, com interesses e aspirações diferentes, tais como: oligarquias regionais, dissidência paulista, camadas da classe média, tenentes, burguesia industrial e oligarquias depositas. Configurou-se, então, o "vazio de poder", uma vez que dessa união heterogênea era difícil emergir um representante dos interesses gerais. Não houve, portanto, uma ruptura radical com o poder econômico anterior, conservando, então, os valores e os ideais oligárquicos.

Nesse cenário vamos encontrar também a Educação, que desde a década de 20 vinha sendo centro de debates entre educadores e políticos, haja vista as interferências da ABE na política educacional.

## **2. As correntes pedagógicas que marcaram a Primeira República.**

No início da Primeira República surge um movimento

---

3- Ibid., p.8

educacional que vai refletir o espírito dos jovens intelectuais brasileiros. É o "entusiasmo pela educação" que marca, principalmente, a sociedade civil da época, refletindo os anseios da burguesia e das camadas médias e é fomentado pelos intelectuais possuidores de força política mas não, diretamente, vinculados ao governo.

Este movimento - "entusiasmo pela educação" - materializou-se pela atuação de entidades da sociedade civil, principalmente, através das "Ligas de desanalfabetização" (4), que marcaram os anos 10. Na década de 20, através das reformas estaduais de educação lideradas pelos jovens intelectuais - conhecidos mais tarde como "profissionais da educação" - a sociedade política divulga essas mudanças educacionais. Nessa mesma década surge o "otimismo pedagógico" que encontra no ideário escolanovista norte-americano emergente, sustentação didático-pedagógica.

O "otimismo pedagógico" preocupado com os problemas educacionais brasileiros, conjuga-se muito bem com o pensamento escolanovista que "centrava suas preocupações na reorganização interna das escolas e no redirecionamento dos padrões didáticos e pedagógicos". (5)

Mais uma vez será a sociedade civil, através das Conferências Brasileiras de Educação - promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) - que irá debater e retirar do Congresso Nacional o monopólio da discussão dos problemas

---

4- Paulo GHIRALDELLI Jr. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990, p.19.

5- *Ibid*, p.19

educacionais. Com a ABE - que reunia professores famosos e desconhecidos na Educação Brasileira - eclodiram as contradições internas entre os dois movimentos: "Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico". Isto colaborou para uma transformação cultural e educacional que ressurgiu em 1924 e ganhou forças após a Revolução de 30.

Pode-se dizer, de modo geral, que a Primeira República foi marcada por três correntes pedagógicas distintas e determinantes das lutas político-pedagógicas desse período. Foram elas: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária.

Estas três correntes estavam ligadas a três segmentos diferentes da sociedade brasileira e possuíam heranças da Pedagogia Jesuítica - que predominou no Brasil cerca de duzentos anos. De cunho religioso-católico, a Pedagogia Jesuítica tinha no "Ratio Studiorum" (6) suas diretrizes educacionais, determinadas pela disciplina rígida, pelo cultivo à atenção e pela perseverança nos estudos.

A primeira dessas três correntes, a Pedagogia Tradicional era defendida por intelectuais ligados à oligarquia dirigente e à Igreja Católica. Estava influenciada pelas teorias pedagógicas americanas e alemãs, principalmente pelo HERBARTISMO (7), que chegou ao Brasil por intermédio de

6- "RATIO STUDIORUM - foi a organização e o plano de estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599" (Paulo GHIRALDELLI, Jr. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990, p.20.

7- HERBARTISMO - pedagogia do filósofo alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841) - defendia o laicismo e possuía uma tendência de "psicologizar a educação". Ver: EBY, F. "Herbart e a ciência da educação". In: História da educação moderna, Rio de Janeiro, Globo, 1962, p. 408-429

intelectuais como Rui Barbosa. "A pedagogia herbartiana forneceu o corpo principal da Pedagogia Tradicional no Brasil". (8)

A Pedagogia Nova abarcava a burguesia e setores da classe média, e estava preocupada com a modernização do Estado e da Sociedade. A divulgação do escolanovismo no Brasil ocorreu após a 1ª Grande Guerra Mundial, com a crescente influência Norte-americana.

"O imperialismo americano impôs não só padrões novos de consumo de bens materiais, mas também padrões novos de consumo de bens culturais, que trouxeram ao país as teorias pedagógicas do Movimento da Escola Nova". (9)

As grandes transformações que o Brasil sofreu nos anos 20 com a modernização, urbanização e a industrialização, refletiram-se também na Educação, através das reformas estaduais inspiradas nos discursos de intelectuais, como Anísio Teixeira (10), Fernando de Azevedo (11) e Lourenço Filho. Portanto, a Pedagogia Nova teve uma ação dupla no Brasil. Por um lado concretizou o "otimismo pedagógico", ganhando adeptos da sociedade civil pertencentes à ABE e de outro lado, através dos governos estaduais - com as reformas educacionais - alcançou vitórias na sociedade política. (12)

8- Paulo GHIRALDELLI Jr., op. cit, p.22

9- Ibid. p.25

10- Ver: TEIXEIRA, Anísio. **Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1950.

11- Fernando de Azevedo, escreveu em 1920 um livro defendendo a Ginástica Sueca, com o título: "Da Educação Física: o que ela é; o que tem sido; o que deveria ser".

12- Paulo GHIRALDELLI Jr., op. cit. p.26

A grande organização e mobilização sindical decorrente da imigração de trabalhadores estrangeiros - italianos, espanhóis, franceses, portugueses - fez com que as teorias pedagógicas socialistas e anarquistas fossem bastante divulgadas no Brasil.

Os princípios fundamentais da Pedagogia Libertária baseavam-se na transformação da ordem econômico-social vigente; na construção do homem novo e da sociedade nova através do ensino, substituindo a "sociedade velha" (Estado-Igreja-Capitalismo) por uma sociedade anarquista socialista. Esta pedagogia tinha como lema: **HOMEM LIVRE SOBRE A TERRA LIVRE** - onde não haveria a divisão de classes, a hierarquia burocratizada nem a centralização de poder. Esse ideal social se refletia no ideal pedagógico de Ferrer (13): **INFANCIA LIVRE E FELIZ**.

O modelo de escola defendido por esta pedagogia inspirava-se na Escola Moderna de Barcelona que pregava: a co-educação sexual (convívio de meninos e meninas): a co-educação social (convívio de classes sociais diferentes): o laicismo combativo (crítica aos princípios religiosos católicos); a não gratuidade (cada família pagava de acordo com suas posses) e o ensino racional-científico (contato com a natureza, criatividade, livre expressão, produção de textos críticos e utilização dos métodos experimentais).

---

13- Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) - educador espanhol, apesar de ser republicano radical, "suas idéias foram bem aceitas pelo movimento libertário brasileiro". Suas obras estavam ligadas à Educação Racionalista que deu origem à várias escolas no Rio, São Paulo, Porto Alegre, etc. (Paulo GHIRALDELLI Jr., op. cit., p.23-4.

## 2.1- Do ensino da Educação Física

Todo esse panorama de transformações da Educação Brasileira vai, de certa forma, transformar também a Educação Física. Esta, muito próxima dos princípios higienistas - característicos do século XIX - aos poucos vai modificando seus conceitos, identificando-se com as mudanças sócio-econômicas e culturais que marcam o século XX.

As reformas educacionais dos estados tratam da Educação Física de maneira especial, considerando-a um componente curricular do ensino primário e secundário. Desperta a atuação dos profissionais da educação, sendo destaque nos debates promovidos pela ABE na III CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCACAO em São Paulo - 1929 (14).

Apesar de todos esforços empreendidos pela ABE na discussão de uma política para Educação Física - no que diz respeito à prática pedagógica dos professores, aos métodos mais adequados ao ensino nas Escolas - o Ministério da Guerra conseguiu aprovação do Método Francês para militares e escolares. O método alemão, até então predominante, foi substituído por aquele denominado oficialmente de Regulamento Geral de Educação Física.

Para a ABE este método não resolveria os problemas da Educação Física Nacional, devido à impossibilidade desse órgão burocrático obter quaisquer resultados positivos.

---

14- Lino CASTELLANI, Filho, op. cit., p.73-4

### 3. A política da Educação Física no Estado Novo.

A constituição de 37 traçou caminhos para a Educação Física contemplando-a em seus artigos 131 e 132 (15) o que não ocorreu com a Constituição 34, explicitamente.

Além da força dos militares sobre o ensino da Educação Física quanto à sua organização e prática, que já ocorria anteriormente, o texto constitucional de 37 veio reforçar a eugeniação da raça brasileira acrescentando-lhe os deveres, para com a segurança nacional e para com o desenvolvimento industrial. Portanto, à Educação Física caberia a formação dos corpos brasileiros para a defesa dos perigos que se afiguravam interna (comunismo) e externamente (a guerra mundial). Quanto aos deveres com a economia a Educação Física deveria capacitar e adestrar mão de obra, preparando-a para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Os discursos da época apregoavam a necessidade de formar uma sociedade com uma "identidade 'brasileira', 'nacional', 'integral' e 'homogênea'" (16) - o que resultava na preocupação do Estado Novo, com o corpo do homem brasileiro.

---

15- "... Artigo 131 - A Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência. Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim, organizar para a juventude, períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação". Apud Lino CASTELLANI Fq, op. cit., p.80).

16- Magali Alonso de LIMA, op. cit., p.19.

Essa preocupação em se formar um modelo de HOMEM BRASILEIRO, dava à Educação Física a incumbência de estruturar, dentro dos valores nacionalistas e eugênicos, esse protótipo que seria o aperfeiçoamento das três raças: branca, negra e indígena. A homogeneização dessas 3 etnias teria, no entanto, tratamentos diferenciados, ou seja, para às elites aperfeiçoar-se-iam os valores de direção e criação através da preparação cultural; para às massas populares, as aptidões relacionadas ao trabalho e à produção.

Esse discurso no entanto, perpassa todo pensamento social brasileiro e encontra em políticos como Ruy Barbosa e Jorge Morais seus defensores.

Ruy Barbosa defendia a Educação Física brasileira justificando a grande importância que ela representava nos países desenvolvidos da Europa e na América do Norte. A Educação Física foi por ele considerada como um remédio eficiente para combater a "calamidade nacional" através da cultura das faculdades mentais e morais". (17).

Jorge Morais baseava seu discurso no desenvolvimento racial e acreditava que somente através de uma Educação Física - sob orientação científica - o Brasil seria capaz de chegar a um único tipo antropológico, apesar dos diferentes tipos brasileiros existentes. (18).

Estes postulados, que se tornaram famosos e foram considerados "eternos" pelo Estado Novo, solidificaram a política da Educação Física e que viria a ser o antídoto à não

---

17- Ibid., p.24

18- Ibid., p.24

homogeneidade e à fraqueza tão características da raça brasileira. Este era o pensamento do Estado Novo e como tal, tomavam como protótipos de homem, os alemães e os italianos.

O Estado Novo, portanto, tinha na Educação Física um meio e uma finalidade precípua: - através do disciplinamento e do treinamento corporal "formar um homem produtivo e dócil". (19). Para tanto foram criados espaços onde a disciplina e o treinamento físico seriam oferecidos à juventude brasileira, ao operariado e seus filhos e aos menores vadios. Estes segmentos da sociedade seriam os privilegiados da Educação Física cuja função era preparar culturalmente as elites e homogeneizar as massas populares.

Podemos considerar, então, a Educação Física no Estado Novo, como uma forma do poder para adestrar e disciplinar a sociedade, principalmente, as massas trabalhadoras. Estas,

"aceitam com alegria e reconhecimento toda organização que lhe ofereça, qualquer que seja o espírito que a inspire, mesmo o da disciplina e da violência". (20)

Foi no Estado Novo que a Educação Física teve reafirmada sua importância fazendo, então, parte integrante de uma política de Educação Nacional.

Essa política de Educação Nacional se transforma no Estado Novo, pois esse regime autoritário "tinha diretrizes definidas e ideologia própria a ser difundida pela

---

19- Ibid., p.25

20- Ibid., p.28

educação". (21). A capacitação da mão de obra e a democratização do ensino elementar visavam a manutenção da ordem social. A educação voltava a "ser pensada como instrumento de conexão com os demais problemas da sociedade" - (22) agora como instrumento capaz de difundir a ideologia do Estado Novo.

A Educação foi instrumentalizada no sentido de servir à sociedade mantendo vínculos com ela e compondo "o quadro estratégico governamental de solução da questão social e do combate à subversão ideológica". (23). Para tanto, duas disciplinas - Educação Física e Educação Moral e Cívica - surgiram para direcionar a Educação rumo aos discursos e à política do governo. A Escola sofreu ajustes para veiculação da nova ideologia dominante, o que ficou claro no Plano Nacional de Educação, devido à ênfase dada ao ensino obrigatório da Educação Física nos cursos primário, secundário e facultativa no superior; e a Educação Moral e Cívica em todos os graus e ramos de ensino. (24)

A preocupação com a moralização social, a eugeniação da raça e o preparo físico para contribuir no mundo do trabalho, mostraram o quanto estas duas disciplinas de ensino se complementavam.

"Essa política esportiva nos garantia o cuidar de 'nossas imensas reservas vivas'", chegando-se ao disparate contido no "Decreto-Lei nº 21.241 (art.

21- Vanilda Pereira PAIVA. Educação popular e educação de adultos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987, p.130.

22- Ibid., p.131

23- Ibid., p.132

24- Lino CASTELLANI FILHO, op. cit., p.84-5

27, letra b) e no item 10 da Portaria nº 13 e 16 de fevereiro de 1938 - que estabeleciam a proibição de matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário - "... de alunos cujo estado patológico os impeçam permanentemente da frequência às aulas de Educação Física..." (25)

A exemplo do que ocorria em outras nações como Alemanha e Itália, possuidoras de organizações de jovens - com objetivo de mantê-los mobilizados para defesa da pátria - o Brasil tentou uma organização semelhante - a Juventude Brasileira. Esta, mesmo não se consolidando praticamente, refletia os anseios dos militares e da classe dominante (26).

### **3.1- A arquitetura desportiva implantada pelo Estado Novo.**

Sempre com o objetivo de formar o corpo do homem brasileiro, o Estado Novo preocupou-se também com a construção dos espaços esportivos. A produção social desses espaços obedeceram procedimentos que seriam utilizados para que - num espaço e num tempo - se produzisse corporal e mentalmente o HOMEM BRASILEIRO. (27)

As disciplinas - métodos que controlam os movimentos e ações do corpo - através de sua força impõem ao indivíduo uma docilidade compatível com os objetivos ideológicos dominantes.

No Estado Novo a arquitetura desportiva foi considerada enquanto construção para utilização social. O discurso arquitetural, então, como indica Magali Lima,

25- Ibid., p.85-6

26- Ver: CASTELLANI Filho, Lino, op. cit., p.85-92.

27- Magali Alonso LIMA, op. cit., p.62

"será tomado em função dos discursos da Educação Física, ou seja, como uma cosmologia, um recorte, uma concepção informada por essas formações discursivas que interpretam o espaço, produzindo realidades palpáveis (praças, parques, etc...) e impondo aos corpos que nele irão ser socializados, limites, obrigações, coerções e adestramentos, enfim numa só palavra, uma disciplina. Disciplina de 'corpos' e 'espíritos' para formação deste 'Homem Brasileiro'". (28)

Foi, portanto, através da Educação Física que esses discursos arquiteturais se materializaram nesses espaços esportivos que eram verdadeiros campos de forças onde existiam possibilidades estratégicas para disciplinar corpos e espíritos.

A evolução desses espaços esportivos e da própria arquitetura desportiva não se fazia identicamente em todo país. Havia mesmo a construção pretenciosa e estravagante destes - em detrimento de outros setores mais necessitados: moradia, hospitais, etc - como foi o projeto de construção de uma 'Cidade Olímpica' em Jacarepaguá (29). Alguns estados foram transformados em verdadeiros "Espaços Esportivos" em colaboração com arquitetos que legitimavam esta proposta, como o estado de Minas Gerais, que foi dividido em 26 zonas esportivas, demonstrando, assim, a amplitude e a proposta da Educação Física para o Estado Novo.

O planejamento urbano-esportivo apresentou pressupostos e funções definidos para a Educação Física, ou seja como utilizá-la para disciplinar e controlar os "corpos" nesses espaços.

Os professores de Educação Física tinham um papel importante neste cenário - controle da sociedade através do

28- Ibid., p.63-4

29- Ibid., p.67

disciplinamento do corpo do individuo. Seus propósitos, portanto, iam além dos benefícios físicos individuais e atingiam o coletivo através de sua influência, estímulos, entretenimentos para modificar e instruir o público.

Outro espaço esportivo de relevância, criado no Estado Novo foi o Estádio de Futebol do Pacaembu em São Paulo - em 1940,

"... Vargas declarava que a construção não valia apenas como expressão arquitetônica, mas como afirmação da capacidade e esforço do regime na execução do programa de realizações". (30)

Com o fim de ampliar sua utilização além daquelas dos jogos semanais de futebol, este referido Estádio foi transformado em CENTRO DE EDUCAÇÃO FISICA DO PACAEMBU. Neste, seriam oferecidas atividades físicas para toda população, exigindo-se de seus associados somente "três fotografias, disciplina e assiduidade. O resto nós mesmos endireitamos". (31)

O Estado Novo utilizou-se do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - criado em 1939, não só para divulgar e promover as realizações de Getúlio Vargas, mas também como órgão de censura de todas atividades artísticas (Teatro, cinema, música, literatura, etc), radiodifusão, imprensa e das atividades esportivo-recreativas.

As manifestações e solenidades públicas tinham a função de sugerir a unidade nacional e como tal foram utilizadas por Getúlio Vargas.

30- Nelson Jahr GARCIA, **Ideologia e Propaganda Política: a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas.** São Paulo: Loyola, 1982, p.109

31- Magali A. LIMA, op. cit., p.70

"No Estado Novo organizaram-se comemorações, inaugurações, visitas, onde se concentravam desde grandes massas até pequenos grupos formados por setores específicos - militares, empresários, funcionários públicos". (32)

Grandes datas nacionais tornaram-se o ponto alto dessas comemorações como "aniversário de Getúlio Vargas em 19 abril (a partir de 1940), dia do trabalho em 1º de maio, a semana da pátria em setembro, a revolução de 30 em 3 de outubro, a implantação do 'Estado Nacional' em 10 de novembro" (33).

A Educação Física estava presente nestas celebrações através dos desfiles escolares, das demonstrações de ginástica, dos jogos de futebol, etc. Seu trabalho constante junto às escolas, clubes, praças de esporte, parques infantis, etc., garantia a manutenção e o controle desses corpos, tornando-os facilmente manipuláveis.

Tendo como destinatários dessa Educação Física - os operários e seus filhos, a juventude brasileira e os menores dos morros e favelas - o Estado Novo criou, também, os CLUBES DE MENORES OPERARIOS. Nestes clubes, a forma utilizada pela Educação Física seria a de "padronizar, homogeneizar, forjar este HOMEM, esta máquina humana pobre por herança" (34) - seria, portanto, transformar o CORPO-OPERARIO em CORPO-PRODUTIVO.

Através destes micro-espacos a Educação Física desempenharia, ao nível da existência individual, o controle sobre a sociedade. Os educadores do físico seriam os artistas da

---

32- Nelson Jahr GARCIA, op. cit., p.113

33- Ibid., p.113-114

34- Magali A. LIMA, op. cit., p.52

disciplina corporal, dominando não só o tempo (livre, de ócio, de recreação, de lazer, etc) do trabalhador como, também, seu espaço. Assim, as Praças de Esportes estariam não só, sob direção do Estado e/ou Município, mas também de um Professor de Educação Física. Este, deveria possuir requisitos ditados pelos órgãos esportivos do Estado Novo, ou seja, possuir condições de chefia, de direção, ser atraente, discreto, possuir tal entusiasmo e alegria capaz de contagiar as crianças e frequentadores das Praças de Esporte, para poder guiá-los na direção dos interesses propostos pelo governo, como bem define Júlio Rodrigues, citado por Magali Lima:

" O professor da praça de esportes não é necessariamente um professor: é um Chefe e mesclando-se com meninos nos seus jogos, dirige-os, mais pela sugestão que por qualquer outro ensinamento"... (35)

O professor de Educação Física deveria deter conhecimentos científicos biológicos, psicológicos e sociológicos além de possuir as qualidades pessoais como: "firmeza de caráter(...); vitalidade; domínio pessoal (...); entusiasmo (...); alegria; disposição para o trabalho (não pode ter preguiça mental); tato; boa atitude (...); boa apresentação (uniforme irrepreensível, apresentação simpática); voz agradável". (36) Ele deveria possuir uma preparação aprimorada necessária para lutar pela causa nacional, como um construtor da raça brasileira.

---

35- Ibid., p.97

36- Ibid., p.76

Concluindo,

"... os espaços produzidos com um determinado fim, ou seja, de controle da sociedade, permitem também aos agentes para os quais estes espaços são construídos a possibilidade de sua manipulação". (37)

### CAPITULO III

#### ESTADO POPULISTA E SUAS ORIGENS HISTORICAS: NO BRASIL E EM GOIAS

##### 1. Conceito e características do populismo no Brasil.

Na tentativa de definir mais claramente o populismo, lançamos mão do conceito adotado por Weffort:

"O populismo foi um modo determinado de manipulação das classes populares mas foi, também, um modo de expressão de suas insatisfações".(1)

Além de ser uma forma de manipulação das massas é, também, forma de participação dessas, criando-lhes ainda, a ilusão de que participam dos processos decisórios.

"O discurso populista, seja ele de chamamento, analítico e/ou pedagógico pode ser resumido num conjunto de idéias onde predominam categorias tipo: participação popular, bem estar da população, paz social, harmonia entre as classes sociais, distribuição dos frutos do desenvolvimento, etc; convergindo para os dois grandes temas em moda na época - nacionalismo e desenvolvimentismo." (2)

1- Francisco WEFFORT. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.62.

2- Francisco C.E. RABELO. **Governo Mauro Borges: tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás.** Belo Horizonte, UFMG, 1978 - Tese Mestrado, mimeo, p.36

O populismo surge no Brasil no período pós-Revolução de 30, quando o seu crescimento era notável no México, sob o governo de Cárdenas e na Argentina, com Perón, ampliando-se por toda América Latina.

A Revolução de 30 caracterizou-se pela crise da Oligarquia (3) com as novas classes emergentes; portanto, com a decadência dos grupos oligárquicos ampliaram-se as bases sociais do Estado com a participação da classe média e da burguesia industrial.

A Revolução de 30 foi um marco importante na transição histórica do Brasil que, apesar de não ter tido a participação popular, trouxe algumas modificações sócio-econômicas importantes. Ela não foi transformadora do sistema político brasileiro, uma vez que o poder central apenas mudou de mãos; saindo da oligarquia da Primeira República, para a burguesia urbano-industrial. Foi, portanto, uma revolução de "cima para baixo" visando barrar o ascenso das forças populares descontentes. Ficou célebre a frase de Antônio Carlos (governador de Minas Gerais): "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Assim, as mudanças que ocorreram deram ao país a ilusão de grandes conquistas como: os pleitos eleitorais, o reconhecimento dos parlamentares (deputados e senadores) e a autonomia aos estados. Contudo, o pacto heterogêneo da Revolução de 30, resultante da coligação entre Aliança Liberal, tenentes e sindicatos, possuindo interesses contraditórios entre si,

---

3- Oligarquia, expressão que se refere "aqueles grupos cujo poder econômico e político decorria da propriedade da terra e do controle exercido sobre os que nela trabalhavam. No que se refere à estrutura de classes, as oligarquias se caracterizavam como

acarretou sérias dificuldades na hora de resolver os grandes problemas nacionais.

Mas foi nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que as regras do jogo econômico agro-exportador foram destruídas e foram criados novos mecanismos de acumulação do capital. Isto favoreceu a formação de uma sociedade urbano-industrial que provocou a reorientação do aparelho de Estado, bem como, a imposição da burocracia como um de seus agentes mais dinâmicos.(4)

Numa análise linear, esses acontecimentos parecem mecânicos e tranquilos, entretanto, grandes conflitos ocorreram e concessões foram feitas à "Velha Ordem" para que uma "Nova", surgisse.

Essa "Nova Ordem", se implantou em dois momentos diferentes: primeiro, "através de mecanismos corretivos (instrumentos de política econômica) e, mais tarde, pelo próprio planejamento".(5) Todas essas mudanças ocorreram dentro de uma luta política que envolveu interesses diferentes devido à composição conjuntural de classes variadas e diferentes grupos sociais. Isto caracterizou o período como um todo que, com a cisão da minoria dominante, a alteração da estrutura de poder e a necessidade de incorporação das massas no jogo político, solidificou o populismo.

---

burguesia agrária', já que a economia estava assentada sobre um sistema de relações de produção de natureza capitalista". (Nelson Jahr GARCIA, op. cit. p.25)

4- Francisco C. E. RABELO, op. cit. p.10

5- Ibid., p.10

Os líderes políticos que surgiam não possuíam posições definidas para orientar suas atividades em direção à manutenção ou mudança de uma situação existente. A própria política pessoal era pouco explícita. Isto dificultava um consenso mínimo em torno de suas concepções. O ponto de união entre estes setores era, portanto, a conquista do voto popular e a manipulação das aspirações populares.

## 2. O populismo no Brasil - (1930 a 1937) - e a Educação

A Revolução de 30 - que foi um marco importante na transição histórica do Brasil - abriu novas possibilidades de debates em todas as esferas da realidade brasileira. Os debates pedagógicos tiveram continuidade e tornaram-se mais claros e concretos com a elaboração da Constituição de 1934. Os dois grupos que se defrontaram na luta pela consolidação de seus princípios pedagógicos foram: os Pioneiros da Escola Nova e os líderes intelectuais católicos. Estes grupos foram convidados a sugerir sobre o capítulo referente à educação, na Constituição de 34, que estava sendo elaborada e entraram em choque na luta pela concretização de suas propostas na futura Constituição.

"A Constituição brasileira de 1934 não chegou a fazer referência explícita à Educação Física. No entanto, a ela se dirigiu quando deu competência à União, aos Estados e aos Municípios para 'estimular a educação eugênica'. A relação da Educação Física com a Educação Eugênica ficara ainda mais evidenciada por ocasião do I Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em julho de 1929, quando o Dr. Jorge de Moraes apresentou na sessão inaugural do evento, na seção 'Da Educação Física como fator eugênico: sua orientação no Brasil', três teses que podem ser condensadas na primeira delas... 'a bem da saúde e desenvolvimento da raça...'" (6).

## 3. Reflexos da Revolução de 30 e do populismo Vargasista em Goiás.

Após a Revolução de 30 acontecem algumas mudanças no poder em Goiás, antes dominado pela oligarquia Caiadista (desde 1912).

---

6- Lino CASTELLANI FILHO, op. cit., p.81.

O aparelho estatal era utilizado para controle e manutenção do poder político e econômico dessas famílias. Os métodos utilizados visavam à intervenção direta no sistema administrativo promulgando-se leis que beneficiavam e protegiam seus interesses. O processo eleitoral era controlado através de leis e apurações fraudulentas que os mantinham no poder, bem como sua legitimação junto à população era feita através do domínio exercido sobre os jornais e os partidos políticos.

Com o apoio do Governo Federal e de importantes - "coronéis" - políticos do interior do estado- as famílias Caiado, Paranhos e Lopes Moraes mantiveram-se no poder por longo tempo.

Todas as famílias, quando no poder, utilizavam-se dos mesmos mecanismos para se firmarem; ou seja, a coerção e cooptação de alianças através da hostilização a antigos aliados ou à composição com velhos inimigos. (7).

A oligarquia dos Caiado teve grande expressão política partidária, sendo responsável pela organização da UDN em Goiás.

Ao nível da política nacional, Goiás apresentava uma posição inexpressiva e obscura, portanto era através de seus senadores que os "coronéis" se aproximavam do Governo Federal. Daí, estes darem maior importância à Senatória da República do que à Presidência do Estado.

A Revolução de Trinta poucas transformações trouxe a Goiás, chegando aqui por força da "coluna mineira" que, sem resistência nenhuma, controlou o Estado e entregou o governo a

---

7- Eliana Maria F. CARNEIRO. Educação em Goiás de 1964 a 1978: a política que não é a do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Dissertação de Mestrado, p.52.

uma Junta Governativa composta pelos opositores aos "caiado", até então dominantes. (8).

Pedro Ludovico integrou essa Junta Governativa e com apoio de seu sogro - um "coronel" do sudoeste goiano - chega ao poder, como Interventor Federal em Goiás. Inicia-se seu poderio pessoal na política em Goiás. (9). Apesar de seu discurso progressista, forjado nos ideais da Aliança Liberal e criticando a Velha República, Pedro Ludovico deu continuidade à política oligárquica, agora sob a dominação familiar dos "Ludovico". Portanto, a Revolução de Trinta em nada alterava o "status quo" da oligarquia dominante que só perdia o controle direto do poder político para o Poder Central.

O fortalecimento político de Pedro Ludovico cresce, apesar da cisão da Aliança Liberal em Goiás, quando alguns dissidentes e coronéis municipais se unem a Antônio de Ramos Caiado (Totó Caiado), líder e Senador da família Caiado.

Com a formação dos partidos políticos em 1945, a liderança de Pedro Ludovico é consolidada e até a década de 60 o PSD se apresentará como o partido mais forte em Goiás.

Durante todo o período que Pedro Ludovico esteve no comando político em Goiás, o populismo de Getúlio Vargas não se encontrava presente no Estado. A política goiana guardava, ainda, características conservadoras da familiaridade e da oligarquia.

O bi-partidarismo abrigava, a nível nacional os grupos antagonistas em luta constante pelo poder. Em Goiás, os dois

---

8- Francisco Itami CAMPOS. **Questão agrária: bases sociais da política goiana.** São Paulo:USP, 1985. Tese Doutorado, p.139

9- Eliana Maria F. CARNEIRO, op. cit., p.58

partidos de expressão, até 1930, eram o Partido Democrata, situacionista confundia-se com seu chefe absoluto - Totó Caiado; e o Partido Republicano que abrigava os opositoristas - era integrado por adeptos da Aliança Liberal e vivia em permanente pregação revolucionária. (10) Apesar das grandes transformações sofridas após 1930, a estrutura partidária e as filiações obedeceram a essa mesma divisão. De um lado o PSD chefiado por Pedro Ludovico e de outro a UDN, dos Caiado e outros adversários de Pedro Ludovico.

Pedro Ludovico manteve-se à frente das decisões políticas de 1930 a 1964 e sua atuação foi decisiva para que o PSD (a partir de 1945) tivesse o respaldo eleitoral e grande penetração no interior.

A partir de 1930 Goiás responde às exigências do poder central, preservando, no entanto, a prática da política tradicional para resolução dos conflitos regionais. Apesar de assumir as medidas ditadas pelo governo central, Goiás possuía diferenças econômico-culturais dos grandes centros, por ser um estado agro-pastoril e aqueles, em fase de industrialização.

Objetivando a reconstrução econômico-social, a Aliança Liberal Goiana tenta atingir dois pontos principais: a partir da crítica às oligarquias, criar uma nova mentalidade para governar; e, através da educação, promover a reconstrução social.

Em seu relatório à Getúlio Vargas, em 1933, Pedro Ludovico demonstrou existir em Goiás o entusiasmo pela educação, onde políticos e educadores se uniam em prol de uma renovação pedagógica. O primeiro capítulo desse relatório dedicava grande

---

10- Francisco C.E. RABELO, op. cit., p. 79

importância à educação. Brzezinski cita trechos do mesmo, ressaltando essa preocupação de Pedro Ludovico:

"... o governo revolucionário, desejando com entusiasmo difundir a educação, para ela voltou as suas vistas desde a sua hora inaugural..." (11).

A primeira preocupação de Pedro Ludovico foi a formação de professores para a escola primária - início da escolarização. Portanto, ele deu grande ênfase à reformulação do ensino normal através do Decreto-lei nº 659 de 28 de janeiro de 1931, sob a coordenação do Secretário do Interior José Honorato Silva Souza. Este Secretário lutou, também, para a admissão de professores somente através de concursos públicos. Desejava com isto, evitar a interferência político-partidária tão utilizada àquela época. (12)

As grandes mudanças ocorridas na Educação em Goiás, tiveram como princípios norteadores o ideário pedagógico escolanovista (13). Dentre estas inovações evidenciaram-se: a

---

11- Iria BRZEZINSKI. A formação do professor para o início da escolarização. Goiânia: Ed. UCG/SE, 1987, p.81.

12- Ibid., p.81

13- José Honorato da Silva Souza - citado por Brzezinski - justifica a reforma do ensino normal fundamentando-se nos princípios escolanovistas definindo assim o ensino:

"... este deverá ser ministrado, sempre que possível, pelos métodos experimentaes, incentivando o docente às iniciativas dos alumnos, educando-os, assim, ao dar preferência a seus próprios esforços. Em resumo, deverá o programa instrutivo ser desdobrado paralelamente, ao educativo, certos todos de que só assim o espírito de formação receberá o germen que, desenvolvido, fará que o homem de amanhã não se afaste do caminho do bem e do dever para com os seus semelhantes e para com a pátria" (Ibid. p.82).

ampliação do Curso Normal de 3 para 4 anos; a redução do Curso Complementar para 2 anos; os métodos e programas de ensino deveriam obedecer àqueles da Pedagogia Nova; e a introdução da História de Goiás no Currículo do ensino Normal, apresentada como inédita (14) por José Honorato.

Apartir de 1931 a convicção nestas inovações era tão notável que acreditava-se ser a Escola Normal Oficial de Goiás o modelo para as particulares. A preocupação maior desta escola estava dirigida para a capacitação de professores, principalmente no que se referia ao domínio de conteúdos e à solidez do método aplicado.

Goiás tentou, como nos demais estados brasileiros, expandir as oportunidades escolares. No entanto, não conseguiu atingir o índice desejável de escolarização, pois 79,69% da população em idade escolar estava, ainda, fora da escola. (15). Demonstrando uma preocupação com o aperfeiçoamento dos professores da rede oficial de ensino, o governo de Pedro Ludovico apoiou oficialmente o I<sup>o</sup> CONGRESSO ANUAL DO ENSINO PRIMARIO DO ESTADO, através do Decreto nº 3892-B - de 04 de outubro de 1933.

---

14- Este ineditismo é contestado por Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, que comprova a presença do estudo da HISTORIA DE GOIAS na Escola Normal e no Curso Anexo, desde 1904 (Ibid., p. 82).

15- Ibid., p.84

#### 4. Populismo no Brasil - 1945 a 1964

Nem o crescimento da indústria brasileira, que sextuplicou de 1940 a 1961, conseguiu tornar independentes os empresários brasileiros que mantinham uma forte relação com o Estado por não conseguirem veicular suas demandas. Assim, o Estado se torna também um elemento central no plano econômico e sobre o centro político decisivo para o qual se dirigem os setores produtivos. Portanto, a burguesia industrial foi incapaz de estabelecer a hegemonia na sociedade política brasileira.

A partir de 1945, com o retorno da democracia - anistia aos presos políticos, a criação dos partidos políticos e com nova Constituição brasileira - há o retorno das eleições.

Foi então, eleito Gaspar Dutra, que realizou um governo sem muitas iniciativas. Bastante conservador, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e tornou ilegal o Partido Comunista Brasileiro. Esse estilo de governo contribuiu para o retorno de Vargas ao poder em 31 de janeiro de 1951.

Nesta fase do governo de Vargas foram marcantes as campanhas nacionalistas, como a exploração do petróleo e do aço.

Não só o nacionalismo estava presente nesse governo, como também o populismo de Vargas continuava. Frente às graves dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, as greves por melhores salários, etc., às quais Vargas deu uma resposta populista: - o aumento de salários. Por isso, foi acusado de pretender instalar uma "República Sindicalista" e começou a sofrer forte oposição no Congresso - (UDN) - e na imprensa através de Carlos Lacerda.

Vários acontecimentos ocorreram, como o atentado à Carlos Lacerda, quando responsabilizaram-se membros da guarda presidencial pelo mesmo.

Diante das pressões do Congresso e dos militares, Vargas preferiu o suicídio à renúncia, na manhã de 24 de agosto de 1954.

Assumiu seu vice - Café Filho, considerado pelos ministros militares como um governo frágil e transitório, além de não pertencer a aliança PSD-PTB que sustentou o governo Vargas.

Café Filho era do PSP de Ademar de Barros e seus ministros eram os conservadores da UDN que fizeram oposição a Vargas e ao discurso nacionalista populista. Por isso, Café Filho teve como opositores não só o PTB como também os nacionalistas. Seu tempo no Governo foi curto (1954-1955) e ele saiu por motivos de saúde assumindo em seu lugar Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, que no entanto foi deposto pelo Gal. Lott. Esse, era ministro da Guerra e se demitiu após desentendimentos com Carlos Luz devido ao discurso do Cel. Mamede contra a posse de JK, no enterro do Major Vaz que fora assassinado. A recusa de Carlos Luz em punir Mamede e não se pronunciar claramente à favor da posse de JK, foram argumentos suficientes para Lott denunciá-lo como golpista e mobilizar o Exército para derrubá-lo. (16) Em seu lugar assumiu Nereu Ramos (presidente Supremo Tribunal Federal), que garantiu a posse de JK e João Goulart.

---

16- Ricardo MARANHÃO. O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964) In: Boris FAUSTO (dir). O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964) 3. vol. Tomo III. São Paulo: Difel, 1981, p.280

Juscelino Kubitschek de Oliveira governou o país de 31/01/56 a 31/01/61 e ao longo de seu governo a UDN foi oposição minoritária e favorável a um golpe militar. Várias revoltas foram por ela apoiadas como as de Aragarças e Jacareacanga, esbarrando-se na aura de político hábil populista do presidente JK.

A aliança PSD-PTB apesar das diferenças internas - pois o PSD estava mais voltado para a política de conciliação entre patrão e empregados, enquanto o PTB apoiava as reivindicações dos trabalhadores - JK conseguia trabalhar essa contradição convencendo os políticos opositoristas a fazerem aliança convencido que era melhor conviver com ela, para combatê-la mais radicalmente.

Assim, JK conseguiu "sócios" de matizes diferentes que se beneficiavam dos ganhos da política "desenvolvimentista" por ele implementada; como o foram os udenistas não "radicais", empresários e industriais que não colocavam em xeque essa aliança política.

A política "desenvolvimentista" incentivou o capital estrangeiro, permitindo investimentos externos sem cobertura cambial com a importação de equipamentos segundo uma classificação prioritária dada pelo próprio governo. Apesar de já existir a indústria brasileira, esta se viu obrigada a associar-se à indústria estrangeira para obtenção desses privilégios. Esta tendência, herdada do governo Café Filho, estava contida na Instrução 113 baixada no início de 1955.

Mantendo essa tendência e obrigando as indústrias brasileiras a se associarem aos estrangeiros, "JK permitiu nos seus 'Cinquenta Anos em Cinco' a instalação da indústria de bens

de consumo durável, ampliando a de bens de produção como setor decisivo" (17). Seu "Plano de Metas", contemplava seis setores importantes como: Energia, Transportes, Alimentação, Indústria de base, Educação e a "meta síntese" - a Construção de Brasília. Esse plano estava moldado às nossas peculiaridades, mantendo a autonomia entre as forças sociais em conflito e o Estado redirecionando a economia sem alterar os padrões de funcionamento pré-existentes. Não perturbou a correlação de forças entre as classes dominantes nem desequilibrou as alianças e compromissos entre os setores produtivos. Entretanto, a ideologia "desenvolvimentista" e "nacionalista" de JK tentava ocultar a implantação de uma dinâmica monopolista externa, a subordinação do capital nacional ao estrangeiro e ainda, considerava uma relação de "inferioridade" e não de "exploração" a dos países desenvolvidos com os subdesenvolvidos. Por isso, dava mais ênfase ao "desenvolvimentismo" porque, o "nacionalismo" tendia para o combate ao capital estrangeiro. Então, o "Pacto Populista" permitir ao governo usar como moeda de legitimação o "desenvolvimentismo" industrial. Além de que, esse "pacto" fortalecia também o Estado e o Executivo através da criação de organizações paralelas (CPA, SUDENE, Grupos de Trabalho, Grupos Executivos) permitindo ao presidente passar por cima da Constituição racionalizando a administração e a execução da política econômica.

Algumas concessões trabalhistas legitimavam a não participação popular nas decisões governamentais que acreditavam

---

(17) Ibid., p.264

ser "BOM GOVERNO", aquele que conseguisse resolver as necessidades imediatas e históricas do povo.

O conservadorismo do Governo JK ficava oculto pelas críticas do udenismo, através da imprensa, que malhavam impiedosamente suas medidas populistas e também porque a UDN não confiava nas "massas". Sobre a questão do nacionalismo, JK soube faturar alto o prestígio nacional, quando em 1959 rompeu com o FMI, apesar da dificuldade financeira do país e do crescente processo inflacionário. Os norte-americanos condicionavam ao empréstimo (de 300 milhões de dólares) a adoção de uma política de estabilização monetária nos moldes do FMI. Apesar do ministro da fazenda, Lucas Lopes, defender essa medida, foram os oposicionistas que se encarregaram de defendê-la claramente, discursando contra a atitude de JK; isso colocou-os como "pró-americanos" e entreguistas e Juscelino como "nacionalista" aumentando seu prestígio popular.

No período de 1945 a 1964, os governos se valeram do discurso "nacionalista" para sua legitimação junto ao povo e contraditoriamente, mantinham e abriam as portas ao capital estrangeiro. Assim, valeu somente enquanto legitimação desses governos tornando-se um obstáculo a ser derrubado quando se tornou bandeira de alguns setores políticos.

A UDN conseguiu se recuperar um pouco, quando apoiou a candidatura de Jânio Quadros defendida por Lacerda e contra a de Juarez Magalhães. Jânio Quadros teve uma carreira política meteórica e populista o que lhe assegurava fácil penetração nas classes média e operária devido ao seu discurso moralista

inflamado e à defesa da igualdade na distribuição das rendas. Além disso, "o fato de não pertencer a partido algum lhe dava inclusive a mobilidade para fazer alianças à direita". (18)

Suas características - "personalista e apolítica" - contribuíram no fortalecimento da idéia conservadora de que o sistema partidário estava falido. Isto atraiu a UDN, que não possuindo eficácia suficiente para chegar à presidência, preferiu Jânio Quadros que não tinha comprometimento com a aliança PSD-PTB.

Entretanto a vitória de Jânio Quadros e João Goulart em 03 de outubro de 1960, deixava em evidência as contradições políticas entre os dois. Por um lado, Jânio defendia a proposta econômica conservadora e monetarista; por outro lado, Jango defendia as propostas nacionalistas e as reivindicações dos trabalhadores.

A tentativa de realizar uma política de estabilização aceitável para o FMI, junto à uma política externa independente, foi extremamente difícil para Jânio Quadros. Assim, ele não conseguiu equilibrar os desafios e restrições da política interna com a conjuntura internacional. Os udenistas apertavam o cerco com suas críticas anti-comunistas e pró-americanos, através da imprensa de Lacerda. Também a burocracia do Estado e os políticos estavam descontentes devido aos seus famosos "bilhetinhos" e decretos "moralizadores" da administração.

Sua aproximação aos países socialistas, principalmente a defesa de Cuba na OEA, a condecoração de "Che" Guevara, o

---

18- Ibid., p.281

aumento da jornada de trabalho do funcionalismo público, as restrições de crédito, o controle antiinflacionário, congelamento salarial, foram medidas que colocaram em xeque a sua popularidade isolando-o do poder.

Sua renúncia, em 25 de agosto de 1961, tinha como objetivo atingir três setores que o apoiaram na eleição a presidente. Pretendia, primeiro: sensibilizar a UDN considerando que esta temesse perder a única chance de estar no poder; segundo: conseguir o apoio dos militares que temiam a perigosa figura esquerdista de Jango; terceiro: o apoio das massas que o levaram ao poder. Mas sua prática política ambígua aproximando-se dos comunistas e prestigiando as forças conservadoras, suas vacilações governamentais fizeram com que políticos, militares e as massas populares aceitassem rapidamente sua renúncia.

João Goulart assumiu a presidência em 07 de setembro de 1961, adotando medidas que o levaram à queda pelo Golpe Militar de 64. Tais medidas foram: a recuperação dos poderes atribuídos ao presidente de um decreto-lei estabelecendo o monopólio estatal sobre a importação de petróleo e seus derivados; a regulamentação em janeiro de 1964, de remessa de lucros para o exterior; e a assinatura, em 13 de março de 1964, durante uma concentração popular na Central do Brasil no Rio de Janeiro, de decretos nacionalizando as refinarias de petróleo e desapropriando propriedades rurais para fins de reforma agrária.

Industriais e banqueiros receosos de perderem suas riquezas, apressaram-se a enviar dinheiro para depósitos no exterior, enfraquecendo, ainda mais as finanças do país.

Intensificaram-se os preparativos dos militares para a derrubada do presidente junto aos governadores que, publicamente, rompiam com João Goulart.

A política populista que caracterizou a conjuntura nacional de 1954-1964, tivera necessidade de abrir-se aos interesses dos trabalhadores que forçavam "brechas" tentando aumentar sua participação na política governamental. Principalmente, no início dos anos 60, com o aumento da crise interna, os próprios trabalhadores empurraram Jango contra a parede.

Jango, alegando querer evitar uma guerra civil, dirigiu-se ao Uruguai onde pediu asilo.

Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos deputados, assumiu provisoriamente a presidência da república.

Com a promulgação do Ato Institucional pelo Comando Supremo, em 09 de abril de 1964, estabelecendo a eleição direta para Presidente e dando-lhe poderes para decretar estado de sítio e suspender as garantias constitucionais, iniciava-se a Ditadura Militar no Brasil. No dia 15 de abril, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército tomava posse como presidente da República.

## CAPITULO IV

### A EDUCAÇÃO FISICA COMO ESTRATEGIA DE PODER NO GOVERNO

MAURO BORGES (1960-1964)

#### 1. Goiás: de Pedro Ludovico a Mauro Borges

Após a Revolução de 30 a população do estado de Goiás apresentava, ainda, características decorrentes de sua atividade agro-pecuária, vivendo em fazendas ou pequenos povoados sob o controle dos fazendeiros donos das terras. Várias formas de pagamento aos trabalhadores rurais, foram regulamentadas em leis e poderiam ser feitas através do próprio rendimento da lavoura ou de quartos da produção, na pecuária. Isso evidenciava a exploração da força de trabalho do homem do campo que vivia bastante oprimido, principalmente pelos contratos feitos com os patrões. As formas de exploração controladas por estes contratos subjugavam o trabalhador, obrigando-o a se manter preso ao mesmo, só conseguindo dele se libertar, após sua quitação. As formas mais comuns desses contratos de trabalho

foram: jornaleiro (trabalho diarista anotando no "jornal diário"- 06 h às 18 h), ou meeiro, parceiro e arrendatário (1).

O Estado era dominado pelas oligarquias que estando próximas ao governo federal e mantendo com ele amplo relacionamento, ampliava seus poderes sobre a população rural.

A questão da posse da terra, apesar de existir uma lei regulamentando-a desde 1923, era frequentemente burlada via "título provisório" concedido pela mesma. Devido ao desconhecimento do governo de Goiás dos limites de suas terras devolutas e também, pelo favorecimento da lei aos abastados, o poder público estimulou os grandes latifundiários. Esses, compravam pequenos tratos de terras, pagando um preço mínimo e tomavam posse de grandes áreas, regularizando-as, posteriormente. O pequeno lavrador ficava à mercê dos grandes proprietários, favorecidos pela legislação que dava preferência à quem dispunha de dinheiro para pagamento à vista destas terras, além de um conjunto de exigências necessárias para a aquisição das mesmas como, o custo de demarcação e outras questões burocráticas que dificultavam, ainda mais ao homem simples do campo a legalização de sua pequena propriedade rural. Junto à essa legislação - protetora da classe dominante - vigorou, também, em Goiás uma legislação trabalhista, altamente, repressiva e exploradora da mão-de-obra camponesa, como mencionamos anteriormente. Essa política de caráter oligárquico ficou mais evidente com a organização dos partidos "CONSERVADOR E LIBERAL", e

---

1- Francisco Itami CAMPOS. *Questão agrária: bases sociais da política goiana*. São Paulo: USP, 1985, Tese de Doutorado, p.122.

principalmente com um tipo de dominação das clãs familiares - o "coronelismo" (2). Foram, portanto, os grandes latifúndios e a pecuária as bases da economia goiana e onde se estruturaram, também, suas bases políticas.

Em Goiás, desde 1912, dominava a oligarquia dos Caiado que após a Revolução de 30 perdia seu domínio com a nomeação de Pedro Ludovico, por Getúlio Vargas, como Interventor Federal do Estado.

A partir de 1930, Goiás responde às exigências do Governo Vargas (organização centralizadora), preservando, no entanto, a prática da política tradicional para resolução dos conflitos regionais com a utilização da "justiça dos coronéis".

A essa época, tem início um projeto do Governo Central- A MARCHA PARA O OESTE, e Goiás incorpora-se às exigências da produção capitalista nacional, nele contidas.

Com a substituição das importações, Goiás passa a fornecer matéria prima para as indústrias nacionais e alimentos para o abastecimento dos centros urbanos.

O objetivo desse projeto era "interiorizar" e promover a ocupação dos vazios demográficos" (3), através dos programas de colonização patrocinados pelos governos federal e estadual, sob várias formas, necessárias à concretização da unidade e da segurança nacional.

---

2- CORONELISMO: Ver V.W. LEAL. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1975. Cap. I

3- Maria Tereza Canesin GUIMARAES. Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64). Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988 (Col. Teses Universitárias), p.28)

A ação do governo de Pedro Ludovico foi incentivar essa expansão capitalista, através de vários eventos como: a transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia; a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em Ceres (1941); a abertura de estradas e a expansão da rede ferroviária até a cidade de Anápolis. Todos estes acontecimentos colaboraram para o crescimento do movimento migratório para Goiás, principalmente com a mudança da capital.

Houve, então, um grande desenvolvimento do Estado nos setores da agricultura e da pecuária, ocupando o Mato Grosso Goiano e, posteriormente, as terras do norte de Goiás. Essa ocupação não se deu de modo tranquilo e pacífico, mas gerou grandes conflitos entre os proprietários fundiários e os camponeses. Aqueles, viam oportunidades para u'a maior apropriação de terras, estes, a ocupação das terras devolutas através da posse. No entanto, os grandes proprietários eram apoiados pelo Estado que reprimia os posseiros através de suas milícias ou concordava com a "justiça privada dos 'coronéis'"(4).

#### 1.1- A estruturação do PSD goiano e a liderança personalista de Pedro Ludovico.

Pedro Ludovico Teixeira, era genro de um grande proprietário de terras no sudeste goiano e assumiu a política em Goiás quando foi nomeado Interventor Federal em 1930. Iniciava-

---

4- Dalva Maria B.L. Dias SOUZA. 1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários na gestação da ditadura). Goiânia: ICHL/UFG, 1990. Dissertação de Mestrado, p.38

se, assim, sua trajetória de líder político. Em 1935 foi eleito, indiretamente, governador de Goiás e novamente foi Interventor Federal pelo Estado Novo de 1937 a 1945.

Com a queda do Estado Novo, houve a reestruturação dos partidos políticos surgindo o PSD e a UDN (5), aglutinando as forças políticas de Pedro Ludovico e da família Caiado, respectivamente. Em 1947 a UDN elegeu o governador de Goiás e Pedro Ludovico fica, então, afastado dos quadros administrativos até 1950, sem, no entanto, perder o controle e a liderança do PSD goiano.

"sua força política fundamentava-se no PSD, então comprometido com os interesses dos fazendeiros do interior, ou seja com os chefes políticos locais" (6)

Seu prestígio político não foi abalado, e nas eleições de 1950 se elege governador do estado pelo PSD, desta vez pelo voto direto. A partir daí, o PSD consolidou-se como o maior partido político de Goiás e Pedro Ludovico elegeu seus sucessores - todos do PSD: José Ludovico de Almeida em 1954; José Feliciano Ferreira em 1956 e Mauro Borges Teixeira - seu filho - em 1960 (7). Foi eleito senador da república em mandatos sucessivos até sua cassação em 1964, pela Ditadura Militar.

Apesar de algumas discordâncias entre os políticos do

---

5- União Democrática Nacional - UDN - partido político formado pela reestruturação política de 1945 e que obedeceu às filiações anteriores do Partido Democrático - constituído pelos adversários de Pedro Ludovico - os CAIADO - elementos ligados ao poder antes de 1930 e liderados por Totó Caiado, cujo objetivo era o revanchismo. Ver: Francisco C.E. RABELO, op. cit., p.83.

6- Francisco C.E. RABELO, op. cit., p.7

7- Dalva Maria B. L. Dias SOUZA, op. cit., p.35.

PSD - provocando dissidências no partido - Pedro Ludovico impôs sua liderança durante todo o período de 1930 - 1964. Sua

"orientação 'personalista' e 'autoritária' (...) ao mesmo tempo que era elemento que assegurava a dominação do PSD, contribuía para o seu fracionamento, embora sem comprometê-la". (8)

Assim é que, os dois partidos - PSD e UDN - conseguem equilibrar-se nas eleições de 1947/48 em todos os municípios goianos - o PSD com 26 e a UDN com 22 municípios.

"A UDN elegeu o Governador, fez somente 10 deputados estaduais, enquanto o PSD fez 16 do total de 32 deputados". (9)

Na análise de Rabelo, não existe uma explicação satisfatória para a perda do controle político do PSD para a UDN; uma vez que estes partidos, dividiam proporcionalmente o eleitorado dos municípios goianos. A reestruturação partidária de 1945, assim como, a transferência da capital para Goiânia, podem ser a explicação para a fraqueza temporária do PSD em Goiás.

Pedro Ludovico continuava sendo o centro em torno do qual girava toda ação partidária. A sua decisão sobre quaisquer candidaturas era de suma importância pois, só ele poderia aprová-las ou não. (10)

A mudança da capital assegurou a Pedro Ludovico a liderança política, uma vez que se ampliavam e eram fortalecidas suas bases de apoio em todo Estado.

8- Francisco C.E. RABELO, op. cit., p.80-1

9- Ibid., p.81

10- Ibid., p.81

"A construção de Goiânia viria representar sua consolidação como líder progressista" (11)

Embora, Pedro Ludovico apresentasse esses "traços progressistas" e mesmo com a renovação partidária, mantinha-se dentro do jogo político tradicional - com uma orientação "personalista e autoritária".

## **1.2. A renovação dos partidos políticos tradicionais - PSD/UDN - e o Governo Mauro Borges.**

Uma preocupação - o enfraquecimento do PSD - dominou, a partir de 1956, determinados setores da política goiana que voltaram sua atenção ao descontentamento e às manifestações do homem da zona rural. A questão dos conflitos da terra, a renovação das ações políticas até então adotadas, passaram a ser prioritárias no Governo José Feliciano, visando, também, a ampliação das bases de apoio e a promoção do desenvolvimento econômico de Goiás. (12)

A década de 50 é marcada por vários fatos nacionais que vão influenciar na produção, tanto, da agricultura, como da pecuária, concorrendo também para a modernização e racionalização administrativa do Estado. Estes acontecimentos como, o início da construção de Brasília, a construção da rodovia Belém-Brasília, a implantação de colônias agrícolas, concretizaram, também, a

---

11- Eliana Maria F. CARNEIRO. Educação em Goiás de 1964 a 1978: a política que não é a do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Dissertação de Mestrado, p.61.

12- Aparecida C.F. CAMPOS. Política educacional do ensino primário em Goiás - 1961/1964. São Paulo: PUC, 1991. Dissertação de Mestrado, p.9-10.

ocupação contínua do Estado através da política de colonização e migração (13).

"Nos anos 50 e 60, à medida que se desenvolvia o capitalismo industrial, com base no centro sul, as estruturas agrárias eram alteradas em várias regiões do país. Particularmente, em Goiás, a lógica desse processo resultou em inúmeros conflitos sociais no campo, principalmente, na região (...) centro-oeste e norte goiano onde a luta pela posse da terra configurou-se amplamente" (14)

Com a transferência do poder central para o centro-oeste - localizando-se em Brasília - Goiás recebe os fluxos da modernidade e do desenvolvimento característicos desse período. Portanto, as bases rurais do Estado são questionadas, incorporando outros interesses de setores não ligados aos proprietários rurais. O campesinato vai rompendo acentuadamente sua dependência com os proprietários rurais,

"buscando na apropriação da terra mediante a posse, garantir a sobrevivência fora da dominação coronelista. De outro lado, Brasília não somente pelo seu valor simbólico, mas pela ideologia desenvolvimentista do período do governo de Juscelino Kubitschek, obriga Goiás a se defrontar com o novo e a assumir o progresso" (15)

Portanto, foi ainda no Governo de José Feliciano Ferreira que as mudanças e ações políticas ocorreram. O ano de 1960 é marcante para o PSD goiano, com início da renovação partidária, embora guardando os resquícios tradicionais da política de Pedro Ludovico.

---

13- Maria Tereza Canesin GUIMARAES, op. cit., p.30

14- Ibid., p.34

15- Dalva Maria B. L. Dias SOUZA, op. cit., p.37

Foi neste contexto de renovação dos partidos tradicionais - PSD/UDN - e crescimento dos menores - PTB/PSP/PDC/PSB - que surgiu a candidatura de Mauro Borges, trabalhada com antecedência por um comitê dirigido pelo Cônego José Trindade e o Advogado Hermano Vieira. Outros elementos atuantes na ALA JOVEM do PSD, como Waiteno Cunha e Sebastião Arantes, também defenderam esta candidatura. "Foram consultados todos os diretórios do interior e, por fim, a palavra final coube a Pedro Ludovico". (16) Portanto, foi a força e o poderio político de Pedro Ludovico que garantiu sua candidatura.

Mauro Borges, após conclusão do Curso na Escola do Comando Maior do Exército, foi nomeado em 1951 diretor da Estrada de Ferro de Goiás. Eleito Deputado Federal por Goiás em 1958, apesar de sua atuação em várias comissões na Câmara, Mauro Borges não possuía a experiência política e a liderança carismática de seu pai - Pedro Ludovico.

O processo de renovação partidária, de mudanças nas ações políticas tradicionais iniciadas no Governo de José Feliciano, vão continuar de maneira mais concreta no Governo de Mauro Borges. Ele apresentou uma proposta desenvolvimentista de governo e seu "Plano de Metas" era bastante avançado para a época. Este plano, já aprovado pela Assembléia Legislativa desde o governo anterior foi elaborado por técnicos da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. O PLANO MB,

---

16- Francisco C.E. RABELO, op. cit., p.83

"contemplava medidas para a criação de uma máquina burocrática racionalizada para viabilizar as metas traçadas, em consonância com o Plano de Metas de Juscelino Kubtischek". (17)

Em coligação - PSD/PTB - Mauro Borges foi eleito aglutinando as forças oposicionistas através de alianças e dos interesses de forças populares urbanas e rurais que se organizavam. Isto trouxe-lhe alguns problemas com as forças tradicionais possedistas, principalmente, porque eliminou o clientelismo dos "coronéis" do interior, admitiu na administração pública pessoas ligadas a UDN - valorizando a capacidade pessoal - e também pelo apoio à organização sindical urbana e rural, através da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS). Utilizou-se, também da euforia nacionalista-desenvolvimentista para sedimentar o apoio popular, culminando com a intensa mobilização popular, agravando ainda mais seu relacionamento com a dissidência possedista.

Com estas medidas Mauro Borges se expõe a um processo de crítica aos desmandos políticos oligárquicos que Goiás sofria devido aos assassinatos ocorridos nas lutas pela posse da terra e sendo por isso, alvo da imprensa nacional como a "terra de banditismo e jagunçagem" (18)

As contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, ocorreram, principalmente, no Governo de Mauro Borges, que através da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), procurou soluções pacíficas e humanas. Devido à grave situação da conjuntura política, Mauro Borges tentou articular e

17- Dalva M. B. L. D. SOUZA, op. cit., p.38

18- Ibid., p.39

"manter o apoio das classes populares, predominantemente composta por trabalhadores rurais em razão de Goiás ser um Estado eminentemente agrícola". (19)

O movimento camponês ganhava vulto nacionalmente e, em Goiás realizou-se um encontro de trabalhadores do campo, em setembro de 1961 com o objetivo de "discutir-se a necessidade do governo distribuir, a preço módico, as terras trabalhadas aos seus legítimos ocupantes". (20) Desse encontro saiu uma delegação representando o norte de Goiás - (Porangatu, Itaucú, Formoso, Trombas, Serra Grande e outros municípios) - para o I Congresso Nacional de "Lavradores e Trabalhadores Agrícolas" em Belo Horizonte - 17 de novembro de 1961. O Secretário Erides Guimarães da SETAS, vinculado ao PTB, participou desse encontro e empenhou-se na defesa das reivindicações dos trabalhadores, "(...) oferecendo condições para que os camponeses possam trabalhar nas terras que realmente lhes pertençam" (21).

Para solucionar os conflitos do campo, o governo Mauro Borges utilizou-se da política de colonização (22), da mobilização dos camponeses para formação dos sindicatos ou mesmo a legislação trabalhista do Estado Novo para o campo.

---

19- Maria Tereza C. GUIMARAES, op. cit., p.92

20- Ibid, p.103

21- Ibid. p.104

22- "A política de colonização consistia em um instrumento através do qual o Estado propunha a realização da reforma agrária nos moldes cooperativistas, para o aumento da produtividade agrícola dentro de um projeto de modernização capitalista da agricultura". (GUIMARAES 1988, p. 97). Através do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO - foram criados os núcleos coloniais de: Tocantinópolis, Bernardo Sayão e o combinado Agro Urbano de Arraias. (Ibid., p.95)

Nesta mobilização camponesa, Mauro Borges contou com o apoio do Partido Comunista e da Igreja Católica, esta através do Movimento de Educação de Base - MEB. Este movimento católico desenvolvia-se, principalmente, no nordeste do país e incorporava além da educação, questões desenvolvimentistas como reforma agrária, sindicalismo, cooperativismo, etc. Com a instalação do SETER-GO - Sistema Radiofônico de Goiás - o MEB iniciou, experimentalmente, em setembro 61 as escolas radiofônicas através da Rádio Difusora de Goiânia. Este projeto atingiu cerca de 30 escolas nos municípios mais próximos à Goiânia como Trindade, Inhumas, Guapó, Bela Vista, Brazabrantes, Hidrolândia e Ipameri, visando, principalmente, os adultos (23).

O Plano MB dá uma importância especial à educação, destinando-lhe recursos de acordos nacionais e internacionais, tanto para aperfeiçoamento de recursos humanos, como para cursos de treinamento de professores leigos, etc. (24)

Rabelo analisa o Governo Mauro Borges em três momentos diferentes, de acordo com as forças políticas que o apoiavam.

O primeiro momento, seria aquele da aliança com o PTB tendo em vista a mobilização social, possibilitando a aproximação de Mauro Borges aos nacionalistas e à orientação estatizante de governo.

O segundo momento, agravado pelo relacionamento com os dissidentes do PSD e conseqüente ruptura com o PTB. As velhas

---

23- Walderês Nunes LOUREIRO e Maria Tereza Canesin GUIMARAES. A formação de professores primários no governo Mauro Borges. Goiânia: 1990, mimeo., p.04

24- Aparecida C.F. CAMPOS, op. cit., p.49

lideranças pessedistas, até então marginalizadas, retomam a hegemonia aliando-se ao PDC e aos militares.

Com o golpe de 31 de março 64, Goiás sofreu a intervenção militar, marcando o terceiro momento do governo MB, atingindo primeiro seu secretariado, e chegando finalmente a Mauro Borges que se aliara à "Frente Nacionalista de Libertação" (FNL), liderada por Brizola. Com grande mobilização popular a FNL foi lançada em Goiânia com a presença de vários nacionalistas quando emitiram a "CARTA DE GOIANIA". (25)

Através do "Manifesto à Nação", Mauro Borges defendeu João Goulart, recebendo apoio massivo e significativo de políticos, de várias associações de classe e do movimento estudantil que formou os famosos "Pelotões de Resistência Democrática", recebendo treinamento da própria Polícia Militar (26).

A pressão militar ao governo goiano cresce após o Movimento 64 e vários funcionários estatais são indiciados em processos movidos pelo Inquérito Policial Militar. Três secretários de Estado têm seus direitos políticos cassados: Pe. Ruy Rodrigues da Silva, da Educação; Wilson da Paixão, do Interior e Justiça; Walteno Cunha Barbosa, da Administração. (27)

Mauro Borges foi acusado de apoiar as ligas camponesas lideradas por José Porfírio; de nomear comunistas para cargos de destaque na administração e de estar conivente com a ação e agitação dos comunistas no Estado.

25- Francisco C.E. RABELO, op. cit., p.98

26- Ibid. p.97

27- Francisco Itami CAMPOS, op. cit., p.244

Num estado acostumado as lideranças oligárquicas e aos "coronéis" do interior, era extremamente difícil governar mantendo alianças e sugerindo transformações tentando igualar politicamente Goiás aos grandes estados brasileiros.

O Plano MB, pretendia, acima das querelas partidárias projetar Goiás no cenário nacional e por isso contava com todas as forças políticas, apesar da insatisfação dos velhos pessedistas que acusavam MB de fazer aliança com a oposição.

Mauro Borges mostrou-se um hábil administrador preocupando-se com a lisura dos gastos públicos, com a correção e disciplina de seus quadros administrativos. Preocupava-se, também, com a descentralização do poder, através de mecanismos burocráticos evitando o acúmulo de atividades diretamente ligadas ao Governador.

Através de seu Plano de Desenvolvimento, Mauro Borges conseguiu estar próximo das bases populares, principalmente, por ter sido o mesmo aprovado antes de sua posse - o que lhe garantiu manipulação de verbas para construção de obras. O contato direto com os líderes políticos acontecia através dos convênios para execução de obras e, com a população por ocasião das inaugurações e lançamentos de novos projetos.

## 2. O discurso ideológico do Estado e a Educação Física em Goiás.

Entendendo a noção de Estado num sentido mais amplo em que Estado é também o sindicato, o partido, a Igreja os organismos de cultura que, não só formam opinião, como participam da correlação de forças determinantes dos mecanismos de poder. E,

ainda, que hegemonia implica numa luta no interior desses aparelhos da sociedade civil em busca do consenso nas posições para um determinado projeto global da sociedade, poderíamos neste sentido dizer que "ESTADO = Sociedade política + Sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção" (28).

A ideologia (29) nacional-desenvolvimentista que estava presente no governo federal, também se apresentava em Goiás significando a "intervenção do poder público no domínio econômico; na incrementação da indústria de base; atuação do Estado nos setores fundamentais, onde o capital particular não se interessou ou não teve recursos suficientes para explorá-los" (30). Entretanto, esse nacionalismo não significava "xenofobismo", aceitando de bom grado o capital estrangeiro para "(...) uma política de desenvolvimento do Brasil para os brasileiros" (31). Assim, Mauro Borges espelhava-se na política de JK que, aprovando o capital estrangeiro dava ênfase ao "desenvolvimentismo" implementando e racionalizando tecnicamente o Estado. O "racionalismo" aparecia em determinados momentos como invocação populista, ou seja, JK utilizou-se do rompimento com FMI em 1959, para aumentar seu prestígio populista ao nível nacional e Mauro Borges na Campanha o NIQUEL É NOSSO: "em defesa das riquezas do Estado e contra o truste do níquel". (32)

28- Antonio GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1984, p.149.

29- Ideologia entendida no "significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas". (Antonio GRAMSCI. *Concepção dialética da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1984, p.16

30- Aparecida C.F. CAMPOS, op. cit., p.23

31- Ibid., p.23

32- Francisco C.E. RABELO, op. cit., p. 151

Essa campanha foi liderada pela União Goiana dos Estudantes Secundaristas - UGES e pela CGT, contando com a participação de camponeses e do povo em geral.

A intervenção do Estado no setor econômico justificava, também, em Goiás o nacionalismo realizado através da criação de autarquias e sociedades mistas, fortalecendo o Executivo.

Sob a argumentação de que o desenvolvimento só seria possível através do planejamento, MB instituiu alguns mecanismos que possibilitaram a criação desse órgãos que acompanhariam a execução do Plano MB. Foram então criadas: a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento de Goiás - SUPLAN; a METAGO - Companhia Metais de Goiás S.A.; a COSEGO - Companhia de Seguros do Estado de Goiás; CIAGO - Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás; IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás; IPASGO - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás, entre outros.

Na área da Educação Física e dos Esportes foi criada a Fundação Estadual de Esportes - FEE - através da Lei nº 3645 de 12 de outubro de 1961, "sob a fiscalização e orientação do Governo do Estado, com jurisdição em todo território goiano com sede e fôro em Goiânia". (33)

## **2.1. Fatores que influenciaram a organização da Educação Física em Goiás.**

A situação educacional de Goiás não era das melhores, apresentando alto índice de analfabetismo e, as iniciativas do

---

33- Goiás - Diário Oficial nº 8712.

Plano MB estavam mais voltadas para o homem do campo, através dos programas de alfabetização de adultos. Entretanto, o Plano previa a formação de recursos humanos para os vários setores e a educação estava aí incluída. Além da Secretaria de Educação e Cultura, outros órgãos se encarregariam desta formação. Eram objetivos do plano não só a educação formal, como também, a qualificação da mão-de-obra rural e urbana.

Era grande o número de professores leigos, no período 50-60, principalmente, para o início de escolarização. Os cursos normais tinham mais a função de preparar as moças (normalistas) para o "casamento", do que para o ensino primário, devido ao currículo que, dava maior importância às disciplinas de música, canto, desenho e principalmente, com a inclusão de Higiene e Puericultura. (34) O curso normal era também utilizado como trampolim para a universidade. Assim, apesar do grande número de professoras habilitadas crescia, a admissão de professores leigos em Goiás - cerca de 77,1% (35).

Na Educação Física, o número de professores leigos, também, era grande, por não existir em Goiás uma Escola de formação desses profissionais. Segundo informações do professor João Jardim Péclat, era de 99% os professores leigos no interior e na capital do estado, até a criação da ESEFEGO em 1962.

"Naquela época, a Educação Física existia com 99% de professores leigos, no interior e mesmo na capital. Tivemos a grande satisfação de ser o criador dos Jogos

---

34- Iria BRZEZNSKI. A formação do professor para o início da escolarização. Goiânia: Ed. UCG/SE, 1987, p.127.  
35- Ibid., p.142.

Escolares em Goiás, em 1959. Foi um reboiço na cidade. Havia rivais tradicionais, como o Lyceu, Instituto de Educação de Goiás, Santa Clara, São José. Aqueles times de colegiais. Foi crescendo essa competição, tanto assim, que era uma festa na cidade por ocasião dos Jogos Escolares ou Colegiais daquela época. Seguindo orientação do MEC, eu cadastrei todos os professores de Educação Física dos Colégios e comecei com uma reciclagem, ou melhor, uma orientação para esses professores que nunca tiveram nenhuma instrução do que era Educação Física em Goiás. Imprimimos apostilas com a Legislação, que naquela época era a Portaria 168 - que regulamentava a Educação Física no Brasil. A prática educativa obrigatória, três vezes por semana, com normas que eram obrigadas a ser cumpridas como: número de aulas, relatórios no fim do ano. Fomos organizando um arquivo e com a instalação oficial da Inspetoria Seccional de Educação Física em 1967, nós já tínhamos um cadastro de todos os professores de Educação Física. Alguns com dois ou três anos de treinamento."

Para a qualificação dos professores leigos, Mauro Borges assinou convênios com o Instituto de Estudos Pedagógicos - INEP - que possuía uma política de atualização e aperfeiçoamento de professores - em acordos com FISI/UNESCO - na área de formação do magistério. Aos professores leigos de Educação Física, estes cursos eram organizados pela Inspetoria Seccional de Educação Física - MEC em Goiás, como foi dito, anteriormente, pelo Prof. João Jardim Péclat.

Em sua MENSAGEM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 1961, o Governador Mauro Borges dedicou um espaço especial à Educação Física e Desportos, justificando a sua importância para a população e a necessidade de sua organização.

"Devemos reconhecer que nosso Estado não possui, infelizmente, uma organização ampla e poderosa de amparo e apoio à educação física e aos desportos. Estamos dispostos a criá-la. É indispensável que o esporte não se circunscreva apenas aos círculos profissionais ou a alguns poucos clubes de pessoas abastadas.

Temos que levar a cultura física e os prazeres da prática esportiva às grandes massas da população. Faremos construir nas principais cidades praças de esportes populares, providas de todas as instalações modernas, com piscinas, quadras de tênis, vôlei, basquete, e campo de futebol, para uso de qualquer cidadão comum.

Em cada praça de esporte haverá um técnico em educação física, para orientar a juventude nos modernos padrões da cultura física". (36)

## 2.2. A criação da Fundação Estadual de Esportes - FEE.

Existia no Estado um órgão responsável pela Educação Física - Departamento de Educação Física e Esportes de Goiás - DEFE - criado pela Lei nº 2280, de 14 de novembro de 1958, com a finalidade de organizar e difundir a prática esportiva nos estabelecimentos de ensino público e privado e nas instituições de recreação. E, conforme a justificativa apresentada pelo Deputado Estadual Nelson Siqueira, o mesmo não conseguiu atingir os objetivos propostos.

"Infelizmente, em que pese a boa intenção do legislador em instituir tão útil órgão da administração pública, o mesmo por motivos vários, não correspondem ao fim almejado.

Não dispondo o referido Departamento de meios financeiros para levar avante o seu vasto plano de realização, nada pode fazer em benefício do esporte em geral, não passando, assim, de um órgão inoperante e de resultados quase nulos, muito embora tenha sido de elevados objetivos a sua criação.

(...) Mas como a prática do desporte em nosso meio vem tomando certo vulto e desenvolvimento, entendemos ter chegado o momento de se criar uma fundação capaz de prestar assistência efetiva e direta às atividades relacionadas com a educação física e esportes em Goiás.

Dai o motivo pelo qual tomamos a liberdade de elaborar o presente projeto de lei sob (sic) o assunto,

o qual, em linhas gerais, dá as atribuições do órgão que pretendemos criar, assim como a sua constituição e funcionamento". (37)

Aprovado o projeto de criação da Fundação Estadual de Esportes - FEE -, a Lei nº 3645, de 12/10/61 foi publicada no Diário Oficial de Goiás em 24/11/61.

Entre os objetivos da FEE, destacamos alguns itens do Art. 2º dessa lei, que consideramos mais importantes para nossa análise, tais como:

- "I - organizar, orientar, fiscalizar e difundir a prática do esporte em todo território goiano;
- III- amparar o esporte amador, dentro de suas possibilidades técnicas e financeiras, e fiscalizar a prática do esporte em organizações esportivas desde que o solicitar as instituições particulares afins;
- IV- promover a formação e aperfeiçoamento de professores, técnicos e médicos especializados em esportes;
- VII- projetar, executar, construir e administrar praças de esportes no Estado;"

No seu Estatuto, no Capítulo I: Da Natureza, Sede de Duração - o Art. 1º diz:

"(...) é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria do Governo, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação específica."

---

37- Nelson SIQUEIRA. Anteprojeto de Lei - criação da Fundação Estadual de Esportes. Goiânia: Assembléia Legislativa, 1961, p.5-6

Este seria, portanto, o órgão responsável pela Educação Física e os Esportes em todo estado com autonomia financeira e administrativa. É interessante observar que a fiscalização das instituições particulares, também era de sua alçada, além da formação e aperfeiçoamento de professores, técnicos e médicos (grifos nossos). A construção de Praças de Esportes constava no Plano MB e como vimos no item VII, da Lei 3645 - estas seriam projetadas, construídas e administradas pela F.E.E.

Alguns professores de Educação Física foram convidados pelo Governador Mauro Borges para discutir e assessorar o Deputado Nelson Siqueira no Projeto de criação da Fundação Estadual Esportes - F.E.E., como o Capitão Carlos Ribeiro do Nascimento que em entrevista nos relatou o seguinte:

"Para estruturar essas praças foi criada a Fundação Estadual de Esportes. Na época o Deputado Nelson Siqueira ficou encarregado de preparar o Projeto e eu fui o seu assessor - técnico. Eu fui fundador e criador junto com o Nelson Siqueira. Obedecendo as determinações do Governador, participei das discussões, levantamentos, estudos, etc. Assim fomos fazer o levantamento do número de professores de Educação Física existentes em Goiás e só encontramos cinco professores. Isso em 1962 - não é no século passado não! Podemos enumerá-los: Profa. Lys, Prof. Sérgio, Prof. Giovani, eu e o Prof. José Alves que não estava militando. Então, éramos quatro e precisávamos de professores para todas as Praças, que depois de estruturadas tinham um currículo de prática a cumprir. A comunidade do bairro, preenchia uma ficha, e era encaminhada para uma turma.

Havia um programa que incluía, Educação Física, Voleibol, Basquetebol, etc. E nós éramos somente cinco professores, o que era impossível para atender todas as praças e a administração da F.E.E. Nos Colégios quem dava aulas de Educação Física eram os soldados da polícia; que davam uma Educação Física Militar, incompatível com a criança. Então o que acontecia: os pais mandavam os filhos sadios e os recebiam de volta lesados pela natureza da Educação Física Militar do

quartel e dada por quem não tinha qualificação. Então resolvemos fazer o Curso de Monitores pela F.E.E. Nós procurávamos os desportistas para fazer o Curso de Monitores para atender às praças e depois, para atender os Colégios, é que foi criado o Curso de Educação Física. Em princípio só se exigia o Ginásio completo e o Científico poderia se completar até o final do Curso de Educação Física. Isso na primeira turma. A partir da segunda turma só se aceitaria com 2º grau completo e daí o curso passou a ser Superior de Educação Física e, a Escola passou a ser a Escola Superior de Educação Física de Goiás."

Não havendo profissionais capacitados para assumir essas praças de esportes, houve então a necessidade premente de se criar um curso para monitores. Foi, então, criada a Escola de Educação Física de Goiás, através da Lei 4193 - 22/10/62.

"Em ordem de serviço encaminhada ao Capitão Carlos Ribeiro do Nascimento, presidente da Fundação Estadual de Esportes, o governador Mauro Borges recomenda que seja entregue, desde logo, a Praça de Esportes do Povo de Vila Nova à Escola de Educação Física, a fim de que o estabelecimento ali seja sediado e possa funcionar dentro do prazo previsto.

A Fundação Estadual de Esportes passará, assim, a direção do aludido estádio popular ao Capitão José Gentil Rezende de Queirós, diretor da Escola Goiana de Educação Física". (38)

### 2.3. A construção das Praças de Esportes do Povo em Goiás: uma perspectiva do discurso populista.

Foi bastante discutido e analisado, nos capítulos anteriores, como a Educação Física foi utilizada para manipulação das massas populares, tanto pelos militares como pelos políticos.

Neste momento, queremos retomar alguns pontos, apenas para examinarmos quais os objetivos da Educação Física no governo Mauro Borges.

No Estado Novo, houve um resgate da Educação Física que, pela primeira vez integrou a Constituição - (1937). Os postulados da Educação Física estavam direcionados para a economia e à defesa da nação. Ao Estado caberia a formação da juventude brasileira, através do disciplinamento moral e adestramento físico em instituições públicas ou privadas. Foram propostos planos de ação para organização e atuação da Educação Física junto aos Estados e Prefeituras Municipais - para, ao nível estadual, estabelecer-se uma "unidade de doutrina" e uma "orientação definitiva da Educação Física Nacional"; ao nível municipal - organização dos "Parques de Recreio, campos de jogos e piscinas..." (39)

No capítulo anterior falamos, também, da importância da arquitetura desportiva, dos espaços de lazer e seus objetivos.

Todos os detalhes arquitetônicos, instrumental e material foram bastante estudados e nada foi construído ao acaso. A Educação Física deveria ocupar as

"horas livres e todos os espaços dos indivíduos aulas pelo rádio (casa), nas escolas, nos parques, clubes, nas fábricas e mesmo as penitenciárias, repartições públicas, dela não se subtraindo nem mesmo as populações indígenas" (40)

---

39- Magali A. LIMA, op. cit., p.41

40- Ibid., p.81

Embora tivessem peculiaridades em relação ao local de construção, estes espaços esportivo-recreativos guardavam algo em comum: a imposição de um 'saber biológico-social', buscando através do disciplinamento corporal a " 'integração' e 'padronização' de toda 'Raça Brasileira' ". (41)

Dentre os espaços esportivos concebidos pelo Estado Novo detalharemos aquele que refutamos de maior importância para este estudo - Praças de Esportes. Segundo LIMA, as praças de esportes tinham uma "função controladora e corretora da 'periculosidade possível' dos indivíduos". (42)

As Praças de Esportes possuíam uma composição arquitetônica específica, constando de um conjunto esportivo, constituído por um Ginásio poli-esportivo, uma piscina, quadras externas de vólibol e basquetebol, campo de futebol, um conjunto de aparelhos de ginástica como, barras duplas e traves de equilíbrio, além de uma torre de escalada e dois pórticos.

A função dessas Praças de Esportes seria, então, oportunizar às crianças, adolescentes e adultos o contato com a recreação, com o esporte e outras atividades sociais ali organizadas, para que, através destas extravasassem suas "energias acumuladas" usando-as de maneira saudável nas horas de lazer. As Praças de Esportes seriam, um espaço onde se controlaria o tempo de lazer dos indivíduos evitando-se o crescimento da delinquência. A proposta era "de atividades

---

41- Ibid., p.81

42- Ibid., p.94

controladas, corretivas (educação popular) e preventivas, através de um espaço esportivo". (43)

No Governo de Mauro Borges, as Praças de Esportes do Povo, seriam prioritárias nos bairros mais afastados do centro de Goiânia e nas cidades mais populosas do interior.

A idéia da construção das Praças de Esportes do Povo, estava ligada às condições sócio-econômicas do povo goiano, à falta de lazer e às dificuldades da classe popular para frequentarem os Clubes das cidades.

Sendo o esporte um elemento de grande poder de mobilização e socialização, seria ele, estrategicamente, utilizado para legitimar a política esportiva do governo Mauro Borges. Esta política não se encontrava clara no seu Plano de Governo, entretanto, um povo com saúde e disposição física teria maior produtividade podendo, assim, participar do desenvolvimento econômico do Estado - proposto pelo planejamento global.

Em entrevista a nós concedida, Mauro Borges - agora Deputado Federal - falou das Praças de Esporte do Povo:

"Eu achava isso: devido a pobreza do nosso povo, às dificuldades do menino da classe média ou do povo mais pobre de participar de um clube, levava ao Estado a necessidade de fazer as Praças de Esportes do Povo, dando um caráter mais amplo não só da Praça de Esportes, mas na sua maneira de viver, de sentir o uso de piscinas, enfim uma melhoria do padrão de vida, através de uma oportunidade de todos para pisarem dentro de uma Praça de Esportes. O chuveiro para tomar banho. As crianças pobres que lá chegassem eram orientadas como se fazia as normas de higiene, tinham toalhas para se enxugarem. Elas eram bem orientadas na prática da ginástica individual e nos esportes. Essa

era a nossa ambição. Mas devido à antecipação do término de meu governo, perdi um ano... eram cinco anos, eu só fiz quatro anos e o último - o 4º - já mal podia governar devido às pressões contra mim, pelo pessoal da chamada Revolução de 64. De maneira que foi um ideal muito grande. Eu passo na porta da ESEFEGO e me sinto orgulhoso de ver a bandeira tremular lá, de ver as piscinas, de ver a juventude praticar esporte, de tudo isso". (44)

Quanto aos critérios para construção dessas Praças de Esportes do Povo, Mauro Borges nos respondeu:

"Nenhum critério, digamos assim, de importância. A cidade que tivesse mais recursos, mais necessidades, mais gente. A idéia era generalizar, se nós tivéssemos tido tempo. Nós queríamos que em cada cidade do estado tivesse uma Praça de Esportes do Povo. Essa era a idéia! Que desse oportunidade a todos. Aí, atrás disso, surgiriam fatalmente outros aspectos de consciência da cultura, que normalmente não eram tratados nas Escolas. Por exemplo, esse lado musical, o amor à música, às artes. Poderia no futuro ser associado, acoplado - à uma Praça de Esportes do Povo. Realizar concertos; -mandar fazer as conchas acústicas para isto. Dar ao povo oportunidade de ouvir grandes cantores. Isso já se pensava... Mas seria um problema de evolução e, eu não tive tempo. (...) essa idéia da Praça de Esportes do Povo é exatamente uma demonstração que não tinha divisões de classes, de riqueza, de poder, era aberta para todos. Era uma maneira a mais de ajudar na educação, inclusive dos mais pobres. (...) Eu pensava que a Praça de Esportes do Povo seria uma oportunidade para que desabrochasse entre as crianças mais pobres valores individuais na prática de competições, essa coisa toda". (grifos nossos).

Na mensagem enviada à Assembléia Legislativa de 1963, Mauro Borges presta contas das atividades realizadas pela F.E.E., entre as quais, a inauguração da 1ª etapa da Praça de Esportes do Povo de Vila Nova (em 6/10/63); a construção das Praças de Esportes do Povo: de Campinas (na Vila Operária), do Setor Pedro

---

44- Entrevistamos o Deputado Federal Mauro Borges Teixeira, em seu Gabinete na Câmara, no dia 10/2/92, em Brasília

Ludovico, da cidade de Rio Verde e os entendimentos e levantamentos topográficos feitos nas cidades de Itumbiara, Anápolis e Firminópolis para futuras construções das mesmas. (45)

As idéias que predominam o discurso de Mauro Borges, tanto na entrevista, como nos documentos analisados, confirmam aquelas apresentadas por Rabelo, citadas no Capítulo III deste trabalho (página 80), ou seja - "participação popular, bem estar da população, paz social, harmonia entre as classes, etc." - que vão reforçar o populismo e o nacional - desenvolvimentismo da época. Nossos grifos são, exatamente, para confirmar a política populista de Mauro Borges que, através das Praças de Esportes do Povo, mobilizava a população "menos favorecida da sorte", "presenteando-a" com o lazer organizado, disciplinado, preenchendo as suas horas livres.

### 3. A criação da Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFEGO: da formação de professores à instrumentalização técnica das Praças de Esportes do povo.

O Plano MB baseava-se na política nacional-desenvolvimentista de JK, e tinha como alvo atingir os diferentes setores econômicos-sociais. No setor educacional apresentava duas vertentes: 1. Educação Popular (alfabetização de adultos); 2. Reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura (formação e recrutamento de professores). (46)

---

45- Mauro Borges TEIXEIRA. Mensagem à Assembléia Legislativa de 1963. Goiânia, p.129-130.

46- Walderês N. LOUREIRO e Maria Tereza C. GUIMARAES, op. cit. p.4

Para isto, Mauro Borges contou com o financiamento estrangeiro, principalmente o acordo - PONTO IV - "através da formação de muitos profissionais da educação através do 'Programa de Assistência Brasileiro-Americana de Ensino Elementar' - PABAEE, destinado ao aperfeiçoamento do Ensino Primário e Normal". (47)

Era evidente a política desenvolvimentista do Plano MB e na Educação isto também ocorreu, não só através dos convênios internacionais, mas também pela própria política educacional defendida pela Secretaria de Educação e Cultura de Goiás.

"(...) Definir o que entendemos por política educacional. Porque não entendemos, como numerosos analistas, que a educação seja um fator desprezível, dentro do processo de desenvolvimento econômico, ou que seja um produto deste, isto é, manifestação do progresso social. Precisamos despertar para a verdade de que os investimentos na educação constituem uma peça fundamental do processo de desenvolvimento econômico, talvez a peça basilar, onde se assenta toda a estrutura do desenvolvimento.

(...) É preciso, assim, que os investimentos na educação precedam, ou, pelo menos, acompanhem os investimentos que visam o aumento do estoque de capital da comunidade, de tal forma que um se complete no outro.

Cumpramos aperfeiçoar, adaptando-a às exigências da vida moderna, a educação do homem, a fim de aumentar a sua participação no processo de desenvolvimento. Para isto é indispensável imprimir ao ensino uma orientação prática, objetiva, que tenha em vista a formação do homem em função da sua produtividade e não vise apenas a educação para a democracia". (48)

Nos discursos de Mauro Borges a Educação assumiu vital importância, uma vez que seria ela a propulsora do desenvolvimento. Além disso, o professor seria o elemento

47- Aparecida C.F. CAMPOS, op. cit., p.100

48- Mauro B. TEIXEIRA. Mensagem à Assembléia Legislativa, 1963, p.85

fundamental para a transformação e o desenvolvimento da sociedade, na preparação do homem para a vida social, para sua realização profissional e para receber os avanços tecnológicos modernos. Campos (49), cita trechos dos discursos de MB onde, homem-educação-fábrica se interrelacionam:

" Ninguém argüirá, por certo, da importância da professora primária para o desenvolvimento sócio-econômico de um país. O homem instruído, educado, pode produzir muito mais eficientemente que o analfabeto ou semi-alfabetizado, porque tem mais condições de receber os avanços tecnológicos de nossa era". (D.O. set/62).  
" Uma comunidade não poderá desenvolver se o seu povo não estiver convenientemente preparado para as grandes tarefas que esse desenvolvimento certamente lhe trará. De nada valeria a instalação de fábricas, com modernos equipamentos, se não se formasse, antes, os operários especializados que irão movimentar a maquinaria". (D.O. out/62)

Era necessário, portanto, um professor, formado dentro dos moldes tecnicistas, onde o pragmatismo superaria o academicismo, oferecendo ao homem maiores possibilidades para produzir, o que reverteria no desenvolvimento - econômico e na melhoria do nível salarial. (50)

"Em razão desta filosofia prática, mais condizente com as necessidades do país, vamos educar para o desenvolvimento e não para o contemplativismo." (51) (grifos nossos).

Esta preocupação com a formação de mão-de-obra especializada atingiu a Educação Física, quando da criação da

---

49- Apud Aparecida C.F. CAMPOS, op. cit., p.118-119

50- Ibid. p.120

51- Mauro Borges TEIXEIRA, op. cit., p.81

F.E.E. - seria esta fundação a responsável pela "formação e aperfeiçoamento de professores, técnicos e médicos especializados em esportes"(52).

A F.E.E. foi criada para dar sustentação teórico-prática ao esporte, bem como à pesquisa na área esportiva estabelecendo medidas capazes de assegurar à Educação Física, eficiência e aperfeiçoamento técnico.

A prática esportiva nas Praças de Esportes do Povo, deveria não só propiciar a melhoria da saúde, mas também educar para a vida através da disciplina, da formação do caráter, assim, proporcionando à população pobre a alegria de viver (53); portanto:

"A F.E.E., que se encontra vivamente empenhada na tarefa de desenvolver a cultura física e esportiva, contribuirá, se atentarmos para a verdade do aforismo - MENS SANA IN CORPORE SANO - igualmente para a cultura intelectual do povo menos favorecido da sorte.

Para esse mister, haverá, em cada uma das Praças de Esportes do Povo disseminadas por todo o território goiano, professores especializados nas várias modalidades esportivas, a fim de orientar cada frequentador, levando-o ao esporte de sua preferência e de acordo com seu biotipo". (54)

Para se alcançar tais objetivos, esse projeto teve algumas dificuldades como a grande deficiência de professores habilitados em Educação Física, no estado de Goiás.

A Praça de Esportes do Povo de Vila Nova já estava funcionando - desde sua inauguração no dia 06 de outubro de 1962-

---

52- Goiás. Lei nº 3645, de 12/10/62 - D.O nº 8712. Art. 2º - item IV.

53- Mauro Borges TEIXEIRA. Entrevista.

54- Mauro B. TEIXEIRA, Mensagem à Assembléia Legislativa. Goiânia, 1963, p.131.

com certa precariedade de recursos humanos especializados, uma vez que eram somente seis (06) os professores formados contratados pelo estado. Eram eles: Capitão Carlos Ribeiro do Nascimento, Professora Lys Pereira de Sousa, Prof. João Jardim Péclat, Prof. Sérgio Giansante, Prof. Gelcy Clemente Batista e Prof. José Alves.

Diante deste quadro de carência de recursos humanos, criou-se o Curso de Monitores de Educação Física para atendimento às Praças de Esportes do Povo, sob a coordenação e direção da F.E.E. que já possuía estas atribuições na sua lei de criação. Seria um curso intensivo para suprir esta emergência. No entanto, em novembro do mesmo ano, o Cap. Carlos Ribeiro do Nascimento recebeu uma Ordem de Serviço do governador Mauro Borges, oficializando a entrega da Praça de Esportes de Vila Nova à Escola de Educação Física de Goiás - criada em 22.10.62.

"Então resolvemos fazer o Curso de Monitores pela F.E.E. Nós procurávamos os desportistas para fazer o Curso de Monitores para atender às Praças. Depois, para atender os Colégios, é que foi criado o Curso de Educação Física". (55)

### **3.1. Os professores pioneiros e sua participação na construção da ESEFEGO.**

Por sua experiência esportiva no Exército, o governador Mauro Borges olhava a Educação Física e o desporto de maneira especial. Por seu plano de governo, arrojado e desenvolvimentista, via na prática desportiva um meio de atingir

o "desenvolvimento da sociedade, o bem estar, (...) o aperfeiçoamento físico do homem e até mesmo moral; (...) sua importância na formação do caráter e na alegria de viver." (56)

Sua aproximação, ainda no Exército, com o Cap. Carlos Ribeiro Nascimento fez com que Mauro Borges o convidasse para sua assessoria de assuntos esportivos. Assim, juntamente com o Dep. Nelson Siqueira, o Capitão Nascimento contribuiu para elaboração do ante-projeto de criação da F.E.E. Outros profissionais militantes na área foram, também, convidados para compor esta comissão e que, posteriormente, seriam os fundadores da ESEFEGO.

Os conceitos defendidos, por estes professores-fundadores, sobre a Educação Física estavam delineados dentro da preocupação do governo, ou seja: contribuição para a formação profissional e do caráter; uma Educação Física com disciplina formativa, que levaria o aluno a obedecer as leis da sociedade; o respeito aos adversários e às autoridades assim apontados pela Profa. Lys P. Sousa;

"Uma disciplina especificamente de Moral e Civismo, não havia. Mas a formação do professor de Educação Física no conceito - dentro de um conceito de Educação - e todo professor deve ser um educador com letras maiúsculas - deve pelo menos ser a pessoa que transmite, que divulga, que ensina. Não tinha uma disciplina. Acho que talvez, em Organização. A Ginástica era a disciplina. Eu mesma, que era "Caxias", dentro das minhas atividades - primeiro Ginástica, depois Recreação - tive oportunidades de focar através das competições, as mínimas coisas. Você como minha aluna, deve estar lembrada. Eu fazia muita questão que se observasse a linha; que se esperasse a batida na mão para sair correndo; que não se xingasse o juiz de ladrão - que era muito comum nos primórdios de Goiânia, quando havia as competições, a mulherada,

entrar no campo de sombrinha e bater no juiz. Era aquele tipo de negócio difícil. Então através dessas atividades a gente ia pondo na cabeça dos alunos, que a Educação Física é uma disciplina formativa. Através dessas atividades, a gente tinha que divulgar a obediência a essas leis, pois é assim que se forma o cidadão.

O menino que aprende a não ultrapassar a linha, porque é uma norma do jogo, depois ele vai aprender a cumprir uma lei, porque é uma lei. Isso era o que eu preconizava" (57)

Seria uma Educação Física recreativa e disciplinada, uma prática desportiva saudável ou a massificação do desporto oferecido à população pobre, como nos relatou o Prof. João Jardim Péclat:

"A massificação do desporto gratuito. Nunca o povão poderia frequentar o Jôquei, o Country, o Jaó, ou nadar numa piscina desses Clubes sociais. Então, a intenção dele era Praça de Esportes do Povo - aquilo falava tudo. Tanto que ele escolheu o Setor Pedro Ludovico, que era um bairro pobre naquela época, hoje está mudado. Escolheu o bairro Operário - em Campinas, Setor dos Funcionários, para reunir aquela população que não tinham acesso aos Clubes. As Praças de Esportes funcionavam, também, como um Clube de Recreação. Havia o Parque Infantil para as crianças. Era tudo o que o nome dizia: "Praça de Esportes do Povo". Era uma nova mentalidade, uma nova concepção da prática da Educação Física" (58)

### 3.2. A "euforia" da 1ª TURMA DA ESEFEGO - 1963 A 1965.

A criação da Escola de Educação Física de Goiás foi um acontecimento que marcou o governo Mauro Borges, principalmente, porque integrou-se ao plano educacional, com a reestruturação da Secretaria de Educação e à reforma político-econômica, com a criação de autarquias e sociedades de economia mista.

---

57- Lys Pereira Sousa - Entrevista

58- João Jardim Péclat - Entrevista

O esporte em Goiás nas décadas anteriores restringia-se aos clubes e, nas escolas, praticamente, inexistia - apesar da aceitação dos estudantes.

O gosto pelo esporte, a prática esportiva e a própria vocação profissional, foram motivos que estimularam os primeiros candidatos ao Curso de "Monitores de Educação Física", destinado ao preenchimento dos quadros administrativos das Praças de Esportes do Povo.

O planejamento do governo tinha uma meta básica que era a preparação de recursos humanos para o competente e eficiente exercício funcional junto ao Estado. Através de convênios nacionais e internacionais o Estado, promoveu esse recrutamento e aprimoramento de pessoal em todos os setores. Assim é que na Secretaria de Educação e Cultura, com a preocupação voltada para o ensino básico (primário e normal) foram criados os Centros de Treinamentos para Professores Leigos (CTPL) e os Centros de Treinamentos para Professores Primários (C.T.P.P.) que deveriam substituir os cursos Normais, hoje - Magistério. E, como dissemos anteriormente, as atividades esportivas de todo estado ficariam sob a coordenação de uma autarquia - a Fundação Estadual de Esportes - F.E.E. A preparação e aperfeiçoamento de técnicos esportivos e monitores seriam de sua inteira responsabilidade. Entretanto, com a grande deficiência neste setor, foram conclamados a estes cursos, aqueles indivíduos que já eram desportistas (59), ou que já trabalhavam na área e só

---

59- Cap. Carlos Ribeiro Nascimento - Entrevista

posteriormente, através de concurso vestibular, foi aberto ao público devido à grande demanda.

Com a urgência de implantação das Praças de Esportes do Povo, o Curso de "Monitores de Educação Física" tornou-se de suma importância para a formação de profissionais especializados. Contudo, a rede escolar de ensino (pública e privada), também carecia destes profissionais e mais uma vez, a "urgência" contribuiu para a transformação do "Curso de Monitores", em curso de formação de "Professores de Educação Física". Aquele que seria um curso intensivo de um ano, sem exigir dos candidatos o segundo grau completo, evoluiu para um curso de nível superior.

Para os primeiros alunos, o Curso de Educação Física era uma grande descoberta, uma novidade, uma aspiração profissional, o prazer da prática desportiva, o entusiasmo pelo trabalho junto à comunidade.

Foi nesse clima de euforia e estupefação que a "primeira turma" foi envolvida pelo projeto de massificação esportiva das "Praças de Esportes do Povo".

Embevecidos pela alegria e pela novidade proporcionadas pelo Curso de Educação Física (de monitores ou de professores), os alunos não questionavam a metodologia aplicada, nem o currículo e, muito menos, o desempenho acadêmico de seus docentes.

"Era uma participação muito efetiva, muito vibrante! Como era um curso novo, tanto para quem estava fazendo, como para a própria comunidade que via nos estudantes de Educação Física pessoas diferentes; (...) em função dessa estranheza que a comunidade demonstrava, parece que nós alunos tínhamos uma responsabilidade muito grande em mostrar a importância desse curso e em esclarecer para (essa) comunidade, através de palavras,

ações e de trabalho (...) o valor da Educação Física. (...) Nós ficamos sabendo que a montagem desse currículo foi feita com base, exatamente nos conhecimentos e nas experiências desses professores nossos, que vieram (do curso) do Rio de Janeiro; (...) porque os primeiros professores vieram de lá e da Escola de Educação Física do Exército" (60)

Quanto à participação discente na condução da ESEFEGO, vale, ainda, o registro de alguns depoimentos neste sentido:

"Nossa participação era muito pequena. No primeiro ano nós éramos alunos sem qualquer representação estudantil. Já no segundo ano, em 1964, foi criado o Diretório Acadêmico Resende Queiroz e o Laércio Milazzo foi seu presidente enquanto nós fomos alunos. A partir daí, nós trabalhamos com a direção e havia um repasse de verbas para promoções esportivas, apesar de não interferirmos muito na vida administrativa da Escola.

Entretanto, sentimos que nós alunos, éramos a parte mais importante da sua existência. Tanto é que, começamos o curso em março e, já no final de abril, a ESEFEGO em quase sua totalidade, fomos assistir os Jogos Panamericanos em São Paulo, 1963.

Tínhamos apenas um mês e meio de curso e pouco entendíamos de esporte ainda. Tivemos uma excelente recepção lá. Ficamos hospedados no Pacaembu. Visitamos todos os locais com o trânsito livre, dado ao conhecimento e influência que o Cap. Rezende tinha nos meios desportivos. Tivemos uma experiência muito boa. Sentimos, então, que éramos as pessoas mais importantes da Escola, enquanto seus alunos." (61)

"Era excelente! Havia uma participação muito grande. Havia um espírito de equipe e de grupo entre todos nós. Nós girávamos em torno da ESEFEGO e a ESEFEGO girava em torno de nós. Vivíamos a ESEFEGO vinte e quatro horas por dia. Nós falamos até hoje: "Igual à nossa turma nunca teve até hoje na ESEFEGO." (62)

---

60- Enide Aldina F.N.Ferreira-entrevista. Aluna da I Turma - (1963-1965) e hoje pertencente à assessoria pedagógica da ESEFEGO.

61- Jairo Bianchi Peres-entrevista. Aluno da I Turma da ESEFEGO (1963-1965), atualmente é professor de Ginástica Olímpica na referida Escola.

62- Maria Lucy Ferreira - entrevista. Aluna da I Turma e atualmente professora de Didática na ESEFEGO.

"Naquela época a gente não chegava a notar qual era a mais importante, porque tudo era novidade. Eu não sei se havia algum eixo. O que ficava bem evidente, é que a prática era que, na realidade, puxava as outras matérias - prá gente que não era acostumado com aquilo. Vínhamos do 2º grau acostumados com matérias teóricas, mas não com as disciplinas práticas e os professores da época bem rígidos, disciplinadores mesmo. A aula de formação, ordem unida o tempo todo; em formação para a chamada às sete horas. Então isso marcou o pessoal da época. O pessoal estava aberto para receber tudo. E não tinha um nível de consciência em que processo estava envolvido. Nem para questionar. Você observa que só muito tempo depois é que se tinha condição de sentar e discutir o próprio curso que estava fazendo. Só depois de muita experiência. Mas enquanto aluno do curso, você estava extasiado com a beleza da coisa! (...) Tinha um detalhe interessante: no começo da Escola, o Diretor um militar e a linha dele toda era, a gente pensava um pouco. Então, a gente obedecia. As vezes você fazia e depois não sabia porque tinha feito. Mas todo mundo adorava a prática. Então, ninguém reclamava. Apesar de discordar, não se contestava. Se bem que, de vez em quando, havia brigas violentas entre diretor e aluno. Os alunos participavam muito, mas ao nível de orientação de pessoas que conheciam mais alguma coisa. Mas a participação dos alunos era grande em qualquer iniciativa, às vezes não dos próprios alunos. Mas se alguém falava assim: "Vai ter Jogos Colegiais" - o pessoal participava e tinha um nível de responsabilidade - fazia e a coisa acontecia MESMO! Isso não tinha dúvidas! Mesmo nas aulas, a participação do pessoal era grande. Se ele não fazia aula, era porque não veio ou porque não podia vir à Escola. Mas o pessoal tinha dedicação. Era por amor, por gostar mesmo!" (63)

### 3.3. Dos fins e dos conteúdos do ensino da Educação Física na ESEFEGO

Mesmo sendo um órgão autárquico, a ESEFEGO estava vinculada à Secretaria de Educação e Cultura de Goiás e tinha

---

63- Joaquim Resende Costa - entrevista. Aluno da I Turma, hoje professor de Fisiologia do Esforço na ESEFEGO.

como finalidades aquelas contidas na Mensagem de 1963, enviada à Assembléia Legislativa por Mauro Borges:

"Formará Instrutores que cuidarão de orientar e despertar nossa juventude para o cultivo da forma física, meio disciplinador de suas energias" (64),

além de fornecer orientação técnica aos frequentadores das Praças de Esportes do Povo, parte integrante do seu Plano de Governo.

Esta finalidade - formação de monitores - é considerada como uma prioridade em todos os depoimentos de professores e alunos da ESFEGO nesse período, entretanto, outros objetivos são frequentemente citados por eles, como: suprir a deficiência de professores da Educação Física habilitados em Goiás; a aplicação de novos métodos de Educação Física escolar; o desempenho técnico-desportivo; as competições inter-colegiais; a recreação orientada (ruas de recreio); a massificação esportiva. Tudo isto, visando proporcionar o bem estar do indivíduo. (grifo nosso)

Na perspectiva do Governador Mauro Borges que visava incorporar as massas ao seu projeto de Governo, a prática esportiva oferecida à população da periferia, orientada por profissionais competentes alcançaria os objetivos propostos, ou seja:

"Melhoria do padrão de vida; a socialização dos bens da vida; do prazer; da educação; do desenvolvimento da cultura intelectual do povo menos favorecido da sorte; uma oportunidade para que desabrochasse, entre as crianças mais pobres, valores individuais na prática das competições" (65)

---

64- Mauro Borges TEIXEIRA - Mensagem à Assembléia Legislativa, 1963, p.106

65- Mauro Borges Teixeira - Entrevista

e principalmente, através das atividades esportivas desenvolvidas nas Praças de Esportes do Povo. Portanto, estas praças eram o alvo principal do projeto esportivo de Mauro Borges. Com a criação da ESEFEGO abriram-se novas perspectivas ampliando este projeto. A ESEFEGO, seria, então, o núcleo de formação pedagógica e científica de professores, técnicos desportistas e médicos especialistas no desporto.

Numa análise mais detalhada do Currículo da ESEFEGO, vamos encontrar no I<sup>o</sup> REGIMENTO INTERNO, no TITULO II, CAPITULO I a organização de cinco cursos com seus respectivos objetivos e disciplinas: a) Curso de Educação Física; b) Curso de Educação Física Infantil; c) Curso Superior de Técnica Desportiva; d) Curso Superior de Medicina Aplicada à Educação Física e Desportos; e) Curso de Massagem (66).

Apesar de serem cursos diferentes, seus objetivos estavam voltados para o trabalho físico, visto sob os ângulos da biologia humana e do aperfeiçoamento da técnica desportiva.

Observamos através da grade curricular que dava organicidade ao curso de Educação Física, uma ênfase das ciências biológicas e da prática desportiva, para instrumentalizar os profissionais no sentido de saber diagnosticar as condições físicas no desenvolvimento das atividades relacionadas ao trabalho físico e desportivo. Tanto assim que havia o Departamento de Cultura Científica onde as disciplinas da área biológica, enumeradas no Capítulo II de seu

---

66- Ver Apêndice nº I: I<sup>o</sup> Regimento Interno da Escola Superior de Educação Física de Goiás - 1964 (Capítulo I e II).

1º Regimento Interno, eram em número bastante significativo em relação às do Departamento de Cultura Geral. Nas três séries do curso de Educação Física constatamos que eram oito as disciplinas da área biológica -com uma carga horária total de 380 horas/aula- e as disciplinas pedagógicas um número de quatro, com uma carga horária de 240 horas/aula, e no Departamento de Cultura Técnica, vinte e quatro disciplinas com carga horária de 1.635 horas/aula (67). Além disso, tanto o currículo como seu conteúdo programático obedeceram aos modelos da Escola de Educação Física do Exército - Rio de Janeiro - EEFEX - e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos - Rio de Janeiro - ENEFD.

### 3.4- A disciplina militar no cotidiano da ESEFEGO.

A ESEFEGO, nos seus primeiros anos de funcionamento vivenciou em seu cotidiano pedagógico um certo ritual comparável àquele de um quartel militar. Havia a ORDEM DO DIA que era lida inicialmente pelo diretor da Escola, Cap. Resende de Queiroz com todos os alunos e professores perfilados no pátio. Era feita a chamada nominal dos alunos; seus uniformes, cabelos e barbas eram fiscalizados; a Bandeira Nacional era hasteada e cantava-se o Hino Nacional. Os avisos gerais, os elogios e repreensões ocorridos durante a semana eram afixados no QUADRO DE TRABALHO SEMANAL (QTS). NO QUADRO DE TRABALHO MENSAL (QTM) eram colocados os resumos de todos os acontecimentos, no final do mês.

---

67- As cargas horárias foram calculadas comparando-se as grades curriculares de 1963 e 1967, por não estarem as mesmas previstas no 1º Regimento Interno e por falta de documentação correspondente na Secretaria da ESEFEGO.

Era realmente um verdadeiro ritual seguido diariamente por todos, alunos e professores, como nos confirmou o Prof. Joaquim R. Costa:

"Se alguém foi repreendido; se foi suspenso; se foi chamado a atenção; se foi elogiado; se fez um trabalho de destaque; qualquer coisa, estava lá no quadro. Isso era um ritual! Acontecia mesmo!"

No bojo das preocupações dos professores e alunos estava a questão da disciplina, que também era enfatizada nos discursos e depoimentos proferidos por Mauro Borges:

"(...) a disciplina é um fator fundamental no sucesso da vida. Os povos mais disciplinados são hoje proeminentes como, os japoneses, os alemães. São povos que se desenvolveram mais, apesar da Guerra. Mas são os povos mais disciplinados e de grandes atletas, também. (...) o que mostra o quanto a disciplina é importante na formação do caráter e à prática dos esportes de um modo geral". (68)

O respeito às ordens, a hierarquia, a disciplina, a rigidez dos horários, o uniforme, foram aspectos do cotidiano do curso apontados, por professores e alunos, como importantes embora os considerassem, às vezes, bem exagerados. No entanto, não negaram seu valor para a prática da Educação Física, dos desportos e para a formação da moral e do caráter do estudante.

O cotidiano da ESEFEGO obedecia regras pré-estabelecidas num modelo ritualístico-militar, onde a figura máxima do diretor-Capitão Resende Queiroz era repetida e suas ordens seguidas sem contestações.

A 1ª TURMA DA ESEFEGO participava das solenidades cívicas organizadas pela Escola ou pelos órgãos oficiais, sempre com muita:

"disposição, alegria, garbo, prazer, garra, amor à Educação Física. A participação era efetiva e com todo efetivo da Escola: professores e alunos bem uniformizados, alinhados! Eramos sempre um destaque em todas as solenidades cívicas". (69) (grifos nossos)

As palavras por nós assinaladas demonstram a relação íntima entre Exército e ESEFEGO, relatadas com ênfase e muito orgulho pelo professor.

Conforme os propósitos do idealizador da ESEFEGO, Governador Mauro Borges, a disciplina era fator que deveria ser preservado em todos os âmbitos da atividade humana.

Esse princípio norteador da conduta humana era um elemento intrínseco à lógica de funcionamento da ESEFEGO, enquanto espaço de formação de profissionais.

---

69- Dalmo Antonio de Paula Teixeira. Prof por nós entrevistado, foi aluno da 1ª TURMA ESEFEGO, atualmente Prof. de Recreação na mesma.

## CONCLUSÃO

"Na tarde cálida de sábado, quem foi ao estádio 'Pedro Ludovico' ficou profundamente surpreso, envolvido por agradável surpresa, ao apreciar o palco em que as seleções de futebol de Goiânia e de Brasília preliaram, num ambiente em que não houve vencidos e nem vencedores, porque, afinal, a vitória laureou todo o esporte goiano" (1)

Um momento de euforia perpassava a população goiana de maneira geral, com nítida influência da construção de Brasília trazendo novas perspectivas para o Centro-oeste; da eclosão e concretude do movimento estudantil; da reorganização da sociedade civil e dos partidos políticos. Neste panorama estava retratada a força do "Governo dos Planos" e o entusiasmo do povo. A vitória laureou a todos, inclusive, o esporte goiano. Estavam sendo inauguradas as arquibancadas do estádio da Avenida Paranaíba, de onde brotaria a fama de nosso futebol.

O artigo publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás traduzia um acontecimento festivo do Governo Mauro Borges quando eram inaugurados melhoramentos em um Estádio de Futebol da capital, marcando o plano de esportes desse governo.

---

1- A vez do esporte. **Diário Oficial do Estado de Goiás.** 02.10.1962, última página.

"O povo ali presente, em sua capacidade de previsão, inteirou-se de que a meta dos esportes na atual administração estadual, é para ser cumprida, como para serem cumpridas são todas as outras" (2)

Neste evento ficou patente a popularidade do governador pelo esfuziante entusiasmo demonstrado pelos aplausos do povo, quando de sua chegada ao referido espaço esportivo.

Estava salvo o esporte goiano que, recebendo este estádio reformado com capacidade de receber 5000 torcedores, concretizava, também, a sua auto-sustentação financeira,

"(...) assegurando excelentes rendas, sem que para isso, seja necessário escorchar o povo com a elevação astronômica dos preços dos ingressos". (3)

Paralelamente a estes acontecimentos de melhorias e reformas dos espaços esportivos...

"(...) da Metrópole, seguem os trabalhos das chamadas 'Praças de Esportes do Povo', que se disseminarão por todos os bairros goianienses, por todos os municípios de nosso Estado, levando à nossa juventude aquelas condições primeiras que lhe faltavam, para o bom cultivo do físico e da mente". (4)

Era,

"a dança frenética dos milhões de cruzeiros, levada a cabo em benefício de nossa mocidade, para que amanhã nossas gerações sejam mais fortes, mais aptas a enfrentar as duras vicissitudes da vida" (5)

Neste discurso estava contida a importância dada à saúde física objetivando uma contraposição aos revezes da vida e,

- 
- 2- Ibidem
  - 3- Ibidem
  - 4- Ibidem
  - 5- Ibidem

transformando-se em arma de combate aos problemas sociais que porventura ocorressem.

"Em resultado da sábia política instituída em nosso Estado, muito em breve veremos Goiás semeado de palcos para competições atléticas, de estádios, não de particulares, não de homens privilegiados, mas do povo, tanto de ricos como de pobres, especialmente destes últimos, que até há pouco tempo não desfrutavam do direito de frequentar os clubes, mas apenas de pagar ingressos para assistir a uma ou outra competição, sem mais nenhuma regalia". (6)

Percebe-se, aqui, a presença do populismo de Mauro Borges destacando-se no ideário nacional-desenvolvimentista uma tentativa de fortalecimento da economia regional. A manipulação das massas através dos grandes eventos esportivos era um meio utilizado para se dar a ilusão de que elas participavam e eram beneficiadas por este Plano de Esportes para o Povo. Era a ilusão de sua participação nos momentos do desenvolvimento educacional e desportivo.

Este modelo político espelhava, concretamente, o chamamento de participação das massas, contando com a ingenuidade de um elemento importante, a igualdade das classes sociais. Referia-se a esta suposta harmonia social como uma possibilidade de superar as dicotomias existentes. Era, também, um modelo pedagógico que preconizava a distribuição igualitária dos bens da produção almejando o bem estar da população, convergindo sempre para os temas da época - o nacionalismo e o desenvolvimentismo econômico.

---

6- Ibidem.

A estratégia de poder configura-se positivamente a partir daí e a Educação Física e os Desportos tornam-se, visivelmente, diferentes porque são sistematizados e organizados, concretamente, dentro de uma política esportivo-educacional.

"Se o rumo que está sendo dado ao setor esportivo de nossa terra for mantido pelas administrações vindouras, nosso Estado poderá vangloriar-se, dentro de prazo muito curto, de se haver tornado na Unidade Federativa com maior número de praças de esportes, fazendo com que aqui a mocidade mantenha um elevado nível de cultura física, só comparável ao existente nos mais adiantados países do mundo" (7)

Esta realidade falseada pelo discurso populista impressionava à população que, ingenuamente, acreditava nesta pretensão do governo goiano. Como naquelas qualidades ou necessidades defendidas pelo Estado Novo - a homogeneidade, a identidade brasileira, a nacionalidade do corpo do homem brasileiro, também aqui estes pressupostos estavam delineados nos discursos oficiais. Percebemos que a Educação Física e os Desportos estavam sendo pensados como instrumentos de hegemonia da saúde popular, do desenvolvimento econômico-social, e, ao mesmo tempo, compondo o quadro estratégico do governo para divulgar a ideologia do Estado.

A produção arquitetural desses espaços esportivos (praças esportes do povo, parques infantis, estádios, etc.) obedeceram à lógica da corporificação dos indivíduos em modelos de homens capazes de identificar e reproduzir a própria imagem. Esta, disseminada pelo Estado ou ainda pelo disciplinamento e

---

7- Ibidem

controle dos corpos e espíritos estimulados para o bem estar social, e, subalternizados por um Plano de Governo.

A manipulação popular realizava-se nestes espaços sócio-esportivos que, através de realidades palpáveis (praças, estádios, etc.), impunham aos corpos ali socializados, limites, obrigações, coerções e adestramentos para se alcançar um protótipo ideal de "Homem Brasileiro".

"Os primeiros e vigorosos passos, para que forjemos aqui uma geração em que o aprimoramento do físico estará estreitamente aliado à mente sadia do povo, foram dados com intuição e firmeza". (8)

Verifica-se que, em Goiás, a presença destas categorias eugenistas permanecem mesmo passadas algumas décadas da queda do Estado Novo.

Formar o "homem de ação" preservando-lhe a harmonia corporal e espiritual, assegurando o seu desenvolvimento físico, moral e social, era uma finalidade a ser alcançada para o cumprimento dos seus deveres com a economia e com a defesa nacional. Era a transformação desse "homem de ação" - (de físico e mente sadios) - em instrumento de mobilização e legitimação desse governo que pretendia ser progressista e nacionalista.

No populismo brasileiro, do período de Vargas, a Educação Física foi tratada como um instrumento de manipulação social e de aprimoramento eugênico.

Grandes eventos cívicos, grandes espaços esportivos, grandes manifestações públicas aconteciam no sentido de legitimar

---

8- Ibidem.

a ditadura Vargas, com uma eficiente divulgação pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda. Também a preocupação com a saúde do povo, sua disciplina corporal e moral era uma constante e a Educação Física era o meio utilizado para se alcançar o modelo de HOMEM BRASILEIRO almejado: dócil, disciplinado, honesto, saudável, produtivo.

Em Goiás, com um pouco menos de grandeza e intensidade, o populismo de Mauro Borges utilizou desta estratégia de mobilização, através da criação de órgãos estatais como, a FEE e a ESEFEGO.

A FEE teve relevante papel nesta ação político-administrativa pois era de sua responsabilidade a construção e direção das Praças de Esportes do Povo. A ESEFEGO contribuiu para a formação de recursos humanos responsáveis pela materialização e vivificação destas praças. Portanto o esporte saudável, bem orientado, alegre e prazeroso ao povo "menos favorecido da sorte" era uma meta das Praças de Esportes do Povo disseminadas, estrategicamente, nos bairros periféricos de Goiânia e nas cidades mais importantes do interior de Goiás...

**ERA A VEZ DO ESPORTE !**

## BIBLIOGRAFIA GERAL

### A. BRASIL

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR - ANDES. O poder e o saber: a universidade em debate. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1980
- BAIA HORTA, José Silvério. Os militares e a educação. Tese de doutoramento, mimeo., s.d.
- CARVALHO, A. de Melo. Cultura Física e desenvolvimento. Lisboa, Compendium, 1973.
- CARVALHO, José Murilo. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: Boris FAUSTO (dir). O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). 4. ed., 2. vol, TOMO III. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1990 (História Geral da Civilização Brasileira).
- CASTELLANI Fq, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas, Papirus, 1988.
- CHATEAU, Jean. Os grandes pedagogistas. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE - Cadernos CEDES. O profissional do Ensino - debates sobre sua formação. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do Progresso: A universidade administrada. Descaminhos da Educação Pós-68 - In: Cadernos Debate nº 8
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporã. 2. ed., Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves Editora S.A., 1986.
- \_\_\_\_\_. A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- \_\_\_\_\_. e GOES, Moacyr. O golpe da educação. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 (Brasil: os anos do autoritarismo).
- CURY, Carlos R. Jamil. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986 (Col. Educação Contemporânea).

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1983, (Metodologia - estudos).

FAUSTO, Boris (dir) . *O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964)*. 3. vol. Tomo III, São Paulo, DIFEL, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Revolução de Trinta*. São Paulo, Brasiliense, 1972.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Os militares como categoria social*. São Paulo: Global Ed., 1979.

FISCHMANN, Roseli (org.). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986 (Leituras AFINS).

FLORESTAN, Fernandes. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2. ed. rev. ampliada, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

GARCIA, Nelson Jahr. *Ideologia e propaganda política: a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4. ed. rev. São Paulo, Moraes, 1980.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *O que é Pedagogia?* São Paulo, Ed. Brasiliense S.A., Col. Primeiros Passos, 1987.

\_\_\_\_\_. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

\_\_\_\_\_. *Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1988, vol. 10 (coleção Espaço).

\_\_\_\_\_. *História da Educação*, São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Magistério 2º grau).

\_\_\_\_\_. *Notas para uma teoria dos conteúdos da Educação Física*. São Paulo, Minas Gerais, Informática, 1991.

GILES, Thomas Ranson. *História da Educação*. São Paulo: EPU, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.

\_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.

IANNI, Octávio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. "Populismo e classes subalternas" - *Debate e Crítica* - nº 1 - julho/dez 1973: 7-17.

- IANNI Octavio. **O ciclo da Revolução Burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro Vozes, 1985.
- LIBANEO, J. Carlos. **Democratização da Escola Pública: pedagogia crítico social dos conteúdos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e Ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e bases**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- LIMA, Magali Alonso de. **Formas arquiteturais esportivas no estado novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979, Dissertação Mestrado.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 3. ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- LOURENÇO F<sup>o</sup>, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 7. ed. rev. São Paulo: Edição Melhoramentos, s. d.
- MARANHAO, Ricardo. **O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964)**. In: Boris FAUSTO. **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**, 3 vol., Tomo III, São Paulo: DIFEL, 1981.
- MARINHO, Inezil Penna. **Especialização - Fator preponderante na técnica da Educação Física**. Rio de Janeiro: Tip. Batista de Sousa, 1940.
- \_\_\_\_\_. **História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Brasil colônia - Brasil Império - Brasil República (Documentário e Bibliografia)**. vol. 4. Rio de Janeiro, MES/DEF, 1954.
- \_\_\_\_\_. **O conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico**. In: **Boletim de Educação Física** nº 10, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo da Filosofia da Educação Física e dos Desportos**. Brasília: Horizonte, 1984.
- MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo... e "mente": bases para a renovação e transformação da educação física**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Brasileiros: Os corpos de seu corpo: Elementos Político-Filosófico para uma Pedagogia do corpo. Uma contribuição à Educação Física no Brasil**. Campinas, SP, PUC, 1987, Dissertação Mestrado.
- MORAIS, Regis de. **História e Pensamento na Educação Brasileira: contribuição de Tristão de Athayde**. Campinas: Papyrus, 1985.

- NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1990 (Educação Contemporânea).
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 4. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.
- PINTO, Alvaro Vieira. A questão da Universidade. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 8. ed., São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade necessária. 4. ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1988.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964). In: Boris FAUSTO (dir) O Brasil republicano: Sociedade e política. 3 v. TOMO III. São Paulo: Difel, 1981.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 40).
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 17. ed. rev. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- SOARES, Carmem Lucia et alii. Metodologia do ensino de Educação Física, coletivo de autores, São Paulo: Cortez, 1922 (Coleção Magistério 2º grau).
- SODRE, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 12. ed., São Paulo: Difel, 1987.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. Nosso exército: essa grande escola. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- TEIXEIRA, Anísio. Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- TOTA, Antonio Pedro. O Estado Novo. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. (Tudo é História (114)). s.d.
- WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

## B. GOIAS

- BRZEZINSKI, Iria. A formação do professor para o início da escolarização. Goiânia: Ed. UCG/SE, 1987.
- CAMPOS, Aparecida Curado Faria. Política Educacional do Ensino primário em Goiás - 1961/1964. Dissertação Mestrado. PUC - São Paulo: 1991.
- CAMPOS, Francisco Itami. Questão agrária: bases sociais da política goiana. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1985.
- CARNEIRO, Eliana Maria França. Educação em Goiás de 1964 a 1978: a política que não é a do Estado. Dissertação Mestrado. FGV. Rio de Janeiro, 1984.
- GUIMARAES, Maria Tereza Canesin. Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64). Goiânia; Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988. (Coleção Teses Universitárias, 47)
- LOUREIRO, Walderês N. e GUIMARAES, M. Tereza. A formação de professores primários no governo Mauro Borges. Goiânia: 1990, mimeo.
- RABELO, Francisco Chagas Evangelista. Governo MAURO BORGES: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás. Dissertação Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1975.
- SOUZA, Dalva Maria B. Lima Dias. 1964 em Goiás, o ovo da serpente (militares e proprietários na gestação da ditadura). Dissertação Mestrado, ICHL/UFG - Goiânia, Go: 1990.
- VEIGA, Ilma Alencastro. Aspiração em habilitação profissional dos professores de Educação Física não titulados, da 4ª superintendência regional, de educação e cultura de Goiás. Santa Maria/RS, Dissertação de Mestrado, UFSM, 1973.

## C. PERIODICOS - FONTES

- Diário Oficial de Goiás
- Jornal O POPULAR
- Jornal FOLHA DE GOYAZ
- Jornal CINCO DE MARÇO
- Correio Oficial de Goyaz

## C. DOCUMENTOS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Departamento do Ensino Médio. O artigo 7º da Lei 5692/71 no ensino de 2º grau. Brasília, 1978.

BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, Divisão de Educação Física. Primeiro Congresso panamericano de educação física. 19/31/julho de 1943. Rio de Janeiro, Anais, vol. II.

GOIAS, Secretaria da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 174 de 7 de julho de 1967. ESEFEGO, Goiânia, 1967.

GOIAS, Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás. Governo Mauro Borges Teixeira. Goiânia, 1961: Vol I - "Análise e a Estrutura Econômica do Estado", vol. II - "Diretrizes para 1961-65".

RIBAS JUNIOR, Emílio Rodrigues. Mensagem à Assembléia Legislativa. Goiânia: CERNE - Gráfica de Goiás, 1965.

TEIXEIRA, Mauro Borges. Mensagem à Assembléia Legislativa. Goiânia, 1961.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa. Goiânia. Departamento Estadual de Imprensa, 1962.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa. Goiânia: Dep. Estadual Imprensa, 1963.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa. Goiânia: CERNE - Gráfica de Goiás, 1964.

## A P E N D I C E

I - 10 Regimento Interno da Escola Superior de Educação Física de Goiás - Capítulos I e II.

II- Critérios e Roteiros para as entrevistas.

I - 10 REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE  
GOIAS - ESEFEGO - CAPITULOS I E II

"CAPITULO I - DOS CURSOS:

Art. 3º - A Escola ministrará os seguintes cursos:

- a) Curso Superior de Educação Física
- b) Curso Superior de Educação Física Infantil
- c) Curso Superior de Técnica Desportiva
- d) Curso Superior de Medicina aplicada à Educação Física e Desportos.
- e) Curso de Massagem

Art. 4º - O curso Superior de Educação Física, tem por fim formar professores de Educação Física:

- a) dotados de conhecimentos das diferentes formas de trabalho físico;
- b) capazes de executar, organizar, dirigir o trabalho físico aplicável a qualquer categoria de indivíduos normais e, em colaboração com o médico especializado, promover a adequação do mesmo às condições bio-psicológicas dos que se afastarem da normalidades;
- c) aptos para compreender o sentido espiritual da educação física e sua importância na formação do homem brasileiro.

Art. 5º - O curso de Educação Física Infantil, tem por fim preparar professores normalistas especializados em educação física:

a) dotados de conhecimentos das diversas formas de trabalho físico aplicáveis à infância;

b) capazes de executar, organizar e dirigir esse trabalho e, em colaboração com o médico especializado, promover adequação do mesmo às condições bio-psicológicas das crianças que se afastarem da normalidade.

Art. 6º - O curso de Técnica Desportiva tem por fim formar Técnicos em Desportos:

a) aptos para executar, organizar e dirigir os desportos de sua especialidade e promover o preparo individual e coletivo dos atletas que eles se dediquem;

b) capazes de contribuir, pelas suas observações estudos e experimentações, para o aperfeiçoamento da técnica desportiva.

Art. 7º - O curso de Massagem tem por fim preparar profissionais capazes de cumprir as prescrições médicas relativas às massagens terapêuticas e às desportivas.

Art. 8º - O curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos tem por fim formar médicos especializados:

a) conhecedores das modificações somato-psíquicas relacionadas com o trabalho físico;

b) competentes para indicar ou contra-indicar exercícios físicos de acordo com as possibilidades individuais.

## CAPITULO II - DOS CURRICULOS

Art. 9º - O Curso Superior de Educação Física terá a duração de 3 anos e obedecerá ao seguinte currículo:

**1a série**

**DEPARTAMENTO DE CULTURA CIENTIFICA**

- 1- Anatomia Humana
- 2- Fisioterapia Aplicada
- 3- Fisiologia Aplicada
- 4- Higiene Aplicada

**DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL**

- 1- Metodologia da Educação Física e dos Desportos

**DEPARTAMENTO DE CULTURA TECNICA**

- 1- Educação Física Geral Masculina
- 2- Educação Física Geral Feminina
- 3- Desportos Aquáticos e Náuticos Masculinos
- 4- Desportos Aquáticos Femininos
- 5- Desportos Terrestres Individuais
- 6- Desportos Terrestres Coletivos
- 7- Desportos de Ataque e Defesa
- 8- Ginástica Ritmica

**2a série**

**DEPARTAMENTO DE CULTURA CIENTIFICA**

- 1- Traumamologia Desportiva e Socorros de Urgência
- 2- Cinesiologia Aplicada
- 3- Metabologia Aplicada

**DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL**

- 1- Metodologia da Educação Física e dos Desportos.

**DEPARTAMENTO DE CULTURA TECNICA**

- 1- Educação Física Geral Masculina
- 2- Educação Física Geral Feminina
- 3- Desportos Aquáticos e Náuticos Masculinos
- 4- Desportos Aquáticos Femininos
- 5- Desportos Terrestres Individuais
- 6- Desportos Terrestres Coletivos
- 7- Desportos de Ataque e Defesa
- 8- Ginástica Ritmica

### 3a série

#### DEPARTAMENTO DE CULTURA CIENTIFICA

- 1- Biometria Aplicada

#### DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

- 1- Psicologia Aplicada
- 2- Metodologia da Educação Física e dos Desportos
- 3- História e Organização da Educação Física e dos Desportos
- 4- Sociologia

#### DEPARTAMENTO DE CULTURA TECNICA

- 1- Educação Física Geral Masculina
- 2- Educação Física Geral Feminina
- 3- Desportos Aquáticos e Náuticos Masculinos
- 4- Desportos Aquáticos Femininos
- 5- Desportos Terrestres Individuais
- 6- Desportos Terrestres Coletivos
- 7- Desportos de Ataque e Defesa
- 8- Ginástica Ritmica

1<sub>o</sub> - O ensino da Fisioterapia limitar-se-á ao da Ginástica de Correção ou de Socorros de Urgência; o de Biometria Aplicada visará ministrar conhecimentos gerais; o de Psicologia assim como o de Cinesiologia tratará unicamente de problemas relativos à criança, e o de História e Organização da Educação Física e dos Desportos terá uma vista somente os desportos considerados no curso.

2<sub>o</sub> - Aprovação nas disciplinas 11, 12, 13, e 14 far-se-á pela apuração de frequência mínima e do aproveitamento.

3<sub>o</sub> - Os conhecimentos de Anatomia Humana serão ministrados em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 11º - O Curso de Técnica Desportiva terá a duração de 1 ano e obedecerá ao seguinte currículo aplicado aos desportos da especialização.

- 1- Cinesiologia Aplicada
- 2- Fisiologia Aplicada
- 3- Psicologia Aplicada
- 4- Metodologia dos Desportos
- 5- História e Organização dos Desportos
- 6- Desportos de Especialização

Parágrafo Unico: Os conhecimentos de Anatomia Humana serão ministrados em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 12º - O Curso de Massagem terá a duração de 1 ano e obedecerá o seguinte currículo:

- 1- Higiene Aplicada
- 2- Fisiologia Aplicada
- 3- Fisioterapia Aplicada
- 4- Traumatologia e Socorros de Urgência
- 5- Educação Física Geral
- 6- Desportos Aquáticos e Náuticos
- 7- Desportos Terrestres Individuais
- 8- Desportos Terrestres Coletivos
- 9- Desportos de Ataque e Defesa
- 10- Ginástica Ritmica

Art.13º - O curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos terá a duração de 1 ano e obedecerá o seguinte currículo:

- 1- Higiene Aplicada
- 2- Cinesiologia Aplicada
- 3- Fisiologia Aplicada
- 4- Fisioterapia Aplicada
- 5- Psicologia Aplicada
- 6- Biometria Aplicada
- 7- Metabologia Aplicada
- 8- Traumatologia Aplicada
- 9- Metodologia da Educação Física
- 10- História e Organização da Educação Física e dos Desportos

- 11- Educação Física Geral
- 12- Desportos Aquáticos e Náuticos
- 13- Desportos Terrestres Individuais

Art. 14º - Nos cursos a que se referem os art. 9º a 13º, o programa de cada disciplina, sob forma de plano de ensino será organizado pelo respectivo professor, e aprovado pela congregação do estabelecimento.

## II - CRITERIOS E ROTEIROS PARA AS ENTREVISTAS

Os critérios para seleção dos entrevistados foram:

- 1- Professores pioneiros da Educação Física em Goiás e fundadores da ESEFEGO e FEE.
- 2- Alunos da 1ª TURMA DA ESEFEFO (1963-65)
- 3- Ex-Governador de Goiás - Deputado Mauro Borges Teixeira.

Devido a impossibilidade de contatarmos com todos os professores fundadores e ex-alunos da ESEFEGO, registramos somente as entrevistas de três professores (dois dos quais foram diretores da ESEFEGO no período citado) e sete ex-alunos (dois dos quais foram diretores de Praças de Esportes do Povo). A entrevista obedeceu um roteiro com três eixos distintos:

I) Dos fins e dos conteúdos da Educação Física

II) Influência dos militares na ESEFEGO

III) Marcas do Populismo na Educação Física em Goiás

com perguntas abertas, deixando ao entrevistado liberdade para sua explanação. Para os professores fundadores e ex-alunos o roteiro utilizado foi o mesmo. Para o Deputado Federal Mauro Borges utilizamos outras perguntas, obedecendo, porém, os mesmos eixos de discussão.

Seguem os 2 roteiros utilizados:

1. Professores-fundadores, ex-diretores e ex-alunos da 1ª Turma da ESEFEGO.

Orientação Para Entrevista:

1º Eixo: Dos fins e dos conteúdos da Educação Física.

- 01- Que motivos o(a) levaram a fazer o Curso de Educação Física, em que época e local? Quais os objetivos da Educação Física na época?
- 02- A Educação Física era centrada na recreação, no desporto, disciplinamento escolar, formação do caráter ou preservação da saúde?
- 03- A Educação Física estava mais voltada para a Escola, Clube ou para outras atividades? Qual era a dominante?
- 04- O (a) Sr(a) fez algum curso de especialização? Quando e onde? Qual disciplina lhe chamou a atenção?
- 05- Qual sua participação na construção da Educação Física em Goiás? E especialmente da ESEFEGO, quanto a: projetos, planos de trabalho, currículos, ementas?
- 06- Quais disciplinas o(a) Sr(a) lecionou na ESEFEGO?
- 07- A finalidade do Curso de Educação Física em Goiás era: atender à comunidade, formar professores para as escolas, formar profissionais para clubes e academias, formar recreadores?
- 08- Quais os objetivos do Curso, para a capacitação dos formandos?
- 09- Quais as disciplinas mais importantes no Curso Educação Física? Quais eram os eixos centrais do currículo?
- 10- De que forma foi feita a organização do currículo da ESEFEGO, quando de sua criação, quanto à: disciplinas, pré-requisitos, sistema de crédito ou seriado, disciplinas complementares?
- 11- Qual era a concepção de currículo?
- 12- Como era a participação dos alunos na vida acadêmica da ESEFEGO?

## **IIo Eixo: Influência dos militares na ESEFEGO**

- 01- No início havia um certo ritual no cotidiano da ESEFEGO?

02- Como era o uniforme na ESEFEGO? Existe alguma explicação para as listras nos mesmos?

03- Qual a razão da participação da ESEFEGO na cerimônia do "FOGO SIMBOLICO"?

04- Quais disciplinas enfocavam moral e civismo?

05- Que Psicologia era aplicada na ESEFEGO, para facilitar o ensino-aprendizagem?

06- Houve influências da Escola de Educação Física do Exército sobre a ESEFEGO? Quais?

07- Qual a concepção de desporto na época? (recreativo, competitivo, educativo)?

### IIIo Eixo: Marcas do Populismo na Educação Física em Goiás.

01- Qual foi a influência, da mudança da capital federal para Brasília, sobre Goiás e especialmente à ESEFEGO?

02- Como era visto o estado de Goiás no contexto nacional, nas áreas do esporte, da política, da economia?

03- Como eram vistos os grandes Colégios de Goiânia e como era desenvolvida a Educação Física nos mesmos?

04- Qual era a proposta de Mauro Borges para o desporto e a Educação Física?

05- Havia alguma interrelação entre F.E.E. e ESEFEGO ao nível político-administrativo?

06- E dessa época a idéia das Escolinhas de Iniciação Esportiva da F.E.E.?

07- A construção das Praças de Esporte para o povo, no Governo Mauro Borges, tinha por objetivo a massificação do esporte?

08- Quando Mauro Borges pensava em esporte para o povo, sua intenção era: Desporto-recreativo, de massa? Disciplinamento da criança e do jovem para a saúde e higiene? Ocupação do tempo livre do trabalhador?

09- Havia algum vínculo oficial entre a rede escolar, principalmente as escolas daquelas crianças que frequentavam as praças de esporte do povo, e a FEE?

## 2. Ex-Governador Mauro Borges Teixeira.

Orientação para a entrevista:

01- Como nasceu o seu interesse pela Educação Física e pelo Esporte?

02- O Senhor praticava algum esporte em particular?

03- Quando o senhor era estudante, antes do Exército, o senhor praticava esportes?

04- Nas escolas, na sua época, existia a Educação Física formal?

05- Na década de 60, como o senhor viu o desporto escolar na educação dos jovens?

06- O senhor acredita que a Educação Física ajude na educação moral e cívica da criança?

07- No seu Plano de Governo, qual foi a ênfase, a importância dada à Educação de maneira geral?

08- Dentro da Educação, a Educação Física na escola teve alguma ênfase especial ou ela continuou como era?

09- Como surgiu a idéia das Praças Esportes do Povo?

- 10- Em sua Mensagem à Assembléia Legislativa de 1963, tem uma afirmação sobre o desenvolvimento previsto pelo seu plano, ou seja "o desenvolvimento da cultura intelectual do povo menos favorecido da sorte". Seria esta a proposta dessas Praças de Esportes?
- 11- Naquela época o senhor pensava na Educação Física e no esporte para o trabalhador?
- 12- O senhor trouxe algumas idéias para a agricultura da viagem feita à Israel. E quanto à Educação Física, o senhor viu algo de diferente?
- 13- O senhor disse que a idéia das Praças de Esportes do Povo era disseminar o esporte não só em Goiânia mas, também, no interior. Havia algum critério na escolha dos locais para construir essas praças? Foi construída alguma no interior?
- 14- A Praça de Esportes da Vila Nova foi construída, especificamente, para ser Praça de Esportes do Povo ou para ser Escola de Educação Física?
- 15- O que significou, para o Governo do Estado da época, a criação da ESEFEGO?
- 16- Enquanto Governador de Goiás, como o senhor viu o esporte na condição de elemento de formação do homem e da sociedade?
- 17- No período de seu governo, acontecia também, a construção de Brasília. A integração nacional, a política desenvolvimentista harmônica e equilibrada surtiu bastante efeito para Goiás. Como o senhor via, no cenário nacional, o esporte goiano? Houve alguma influência do Distrito Federal sobre Goiás?
- 18- Nós sabemos que o esporte em Goiás sempre teve alguns grupos de atletas abnegados, que trabalhavam sozinhos e, na época da inauguração da ESEFEGO a maioria de seus alunos foram atletas que já trabalhavam nesta área. O senhor acha que eles tiveram algum benefício por isto? O senhor como Governador proporcionou algum benefício para que esses atletas tivessem um reconhecimento nacional?
- 19- É verdade que o senhor e todo seu secretariado praticava atividades esportivas na ESEFEGO?

20- E hoje, Deputado, o que é a Educação Física e o Esporte para o senhor?

21- Houve diretores na ESEFEGO de formação militar?

22- Espaço aberto para outras informações se necessário.